



Relatório Unidades da Federação

Justiça,
Presente



DEPEN
Departamento Penitenciário Nacional



CNU CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Relatório Unidades da Federação

Justiça,
Presente



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

Presidente: Ministro José Antonio Dias Toffoli

Corregedor Nacional de Justiça: Ministro Humberto Eustáquio Soares Martins

Conselheiros

Ministro Emmanoel Pereira

Luiz Fernando Tomasi Keppen

Rubens de Mendonça Canuto Neto

Tânia Regina Silva Reckziegel

Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Candice Lavocat Galvão Jobim

Flávia Moreira Guimarães Pessoa

Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva

Ivana Farina Navarrete Pena

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

André Luis Guimarães Godinho

Maria Tereza Uille Gomes

Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Carlos Vieira von Adamek

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica: Richard Pae Kim

Diretor-Geral: Johaness Eck

Supervisor DMF/CNJ: Conselheiro Mário Augusto Figueiredo de Lacerda Guerreiro

Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador DMF/CNJ: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Antonio Carlos de Castro Neves Tavares

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Carlos Gustavo Vianna Direito

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Fernando Pessôa da Silveira Mello

Diretor Executivo DMF/CNJ: Victor Martins Pimenta

Chefe de Gabinete DMF/CNJ: Ricardo de Lins e Horta

MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública)

Ministro da Justiça e Segurança Pública: André Luiz de Almeida Mendonça

Depen - Diretora-Geral: Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça

Depen - Diretor de Políticas Penitenciárias: Sandro Abel Sousa Barradas

PNUD BRASIL (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Representante-Residente: Katyna Argueta

Representante-Residente Adjunto: Carlos Arboleda

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Coordenadora-Geral (equipe técnica): Valdirene Daufemback

Coordenador-Adjunto (equipe técnica): Talles Andrade de Souza

UNODC (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)

Diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC: Elena Abbati

Coordenador da Unidade de Estado de Direito: Nívio Caixeta Nascimento

JUSTIÇA PRESENTE – ESPECIAL UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Elaboração: Comunicação Justiça Presente

Responsável: Débora Zampier

Especialista em dados: André Zanetic

Edição: Marília Mundim

Apoio: Iuri de Castro Tôrres, Lucas Pelucio Ferreira

Projeto Gráfico: Sense Design & Comunicação

Revisão: Orientse

APRESENTAÇÃO

O sistema prisional e o sistema socioeducativo do Brasil sempre foram marcados por problemas estruturais graves, reforçados por responsabilidades difusas e pela ausência de iniciativas articuladas nacionalmente fundadas em evidências e boas práticas. Esse cenário começou a mudar em janeiro de 2019, quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) passou a liderar um dos programas mais ambiciosos já lançados no país para a construção de alternativas possíveis à cultura do encarceramento, o Justiça Presente.

Trata-se de um esforço interinstitucional inédito, com alcance sem precedentes, que só se tornou possível graças à parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento na execução das atividades em escala nacional. O Justiça Presente conta, ainda, com o importante apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional, e de diversas instituições que trabalham de forma alinhada aos objetivos e diretrizes do programa.

O desafio penal e socioeducativo tem caráter nacional – em 2015, a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o estado de coisas inconstitucional foi abrangente. No entanto, sabemos que as Unidades da Federação dispõem de estruturas distintas e questões próprias a serem enfrentadas. É nesse sentido que um dos principais diferenciais do Justiça Presente tornou-se sua configuração nacional com ações adaptadas à realidade de cada estado, com a criação de 27 planos executivos.

Os planos foram construídos em um processo colaborativo com atores locais, com a proposição de ações claras a serem desenvolvidas. O compromisso do trabalho conjunto reforçou-se com o envio de 54 especialistas do programa, dois a cada Unidade da Federação, para oferecer apoio técnico aos tribunais na construção de soluções possíveis. Essa capilarização foi uma aposta inédita que mostrou-se fundamental para que, em apenas um ano e oito meses – seis meses em meio a uma pandemia – o Justiça Presente registrasse avanços significativos.

É sobre esses avanços que o presente relatório se debruça, indicando evidências do que mudou em campo no período de vigência do programa. Embora coordenado nacionalmente, é no nível local que o Justiça Presente cumpre sua função principal de otimizar a prestação jurisdicional com o apoio da tecnologia a partir de melhores práticas, ajudando a transformar as realidades de quase 800 mil pessoas presas e 140 mil adolescentes em medida socioeducativa no Brasil.

José Antonio Dias Toffoli

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça



SIGLAS

AGEPEN	Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário
Anoreg	Associação dos Notários e Registradores
APT	Associação para a Prevenção da Tortura
ASCOM	Assessoria de Comunicação
BDICN	Base de Dados da Identificação Civil Nacional
BID	Banco Interamericano Desenvolvimento
BNMP	Banco Nacional de Monitoramento de Prisões
CAP	Coordenadoria de Alternativas Penais
CEAPA	Central de Penas Alternativas
CEDCA	Conselhos de Gestão em Políticas Públicas Sociais
CEIJ	Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude
CIAP	Central Integrada de Alternativas Penais
CIDH	Comissão Interamericana de Direitos Humanos
CIJ	Coordenadoria da Infância e Juventude
CME	Central de Monitoração Eletrônica
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNMP	Conselho Nacional do Ministério Público
COVEP	Coordenadoria das Varas de Execução Penal
CPMA	Central Penal de Medidas Alternativas
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRIAD	Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRISP/UFMG	Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
DEGASE	Departamento Geral de Ações Sócio Educativas
DEPEN	Departamento Penitenciário Nacional
DGAP	Diretoria-Geral de Administração Penitenciária
DMF	Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Prisional e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (CNJ)
DP	Defensoria Pública
DPE	Defensoria Pública do Estado
DPU	Defensoria Pública da União
DTI/CNJ	Departamento de Tecnologia da Informação do Conselho Nacional de Justiça
EAD	Educação a Distância
EAP	Equipe de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJPA	Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará
EJUD	Escola Judiciária do Piauí
EJUSE	Escola Judicial de Sergipe
EMES	Escola da Magistratura do Estado do Espírito Santo
EPI	Equipamento de Proteção Individual
ESMA	Escola Superior de Magistratura
ESMAM	Escola Superior da Magistratura do Amazonas FECCOMPAR – Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná
ESMARN	Escola da Magistratura do Rio Grande do Norte
Fease	Fundação Estadual de Atendimento Socioeducativo
FECCOMPAR	Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná
FUNAP	Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso
FURB	Universidade Regional de Blumenau
GMF	Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de medidas Socioeducativas
GT	Grupo de trabalho
HCTP	Hospital de Custódia Tratamento Psiquiátrico
IAPEN	Instituto de Administração Penitenciária
IEMA	Instituto Estadual de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão
IF Brasília	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília
IFAM	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas
IML	Instituto Médico legal
ITTC	Instituto Terra, Trabalho e Cidadania
JIJ	Juizado da Infância e da Juventude
JP	Justiça Presente
JR	Justiça Restaurativa
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias

LGBTI+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexo
LOA	Lei Orçamentária Anual
Loje/PB	Lei de Organização Judiciária do Estado da Paraíba
ME	Monitoração Eletrônica
MEPCT	Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura
MJSP	Ministério da Justiça e Segurança Pública do Executivo Federal
MP	Ministério Público
MSE	Medidas Socioeducativas
NAI	Núcleo de Atendimento Integrado
Nat-CoopSocial	Núcleos de Assessoramento Técnico em Associativismo e Cooperativismo Social
NUAH	Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Doméstica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
OSC	Organização da sociedade civil
PAD	Prisão Albergue Domiciliar
PIA	Plano Individual de Atendimento
PJD	Processo Judicial Digital
PJe	Processo Judicial Eletrônico
PNAISM	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher
PNAISP	Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PPMSE	Políticas Públicas e Execução de Medidas Socioeducativas
PrEsp	Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional
PROCAP	Programa de Capacitação Profissional
PROVITA	Programa de Proteção às Vítimas, Testemunhas e Familiares
RAESP	Rede de Apoio ao Egresso do Sistema Penitenciário
RAPS	Rede de Atenção psicossocial
SAP	Secretaria da Administração Penitenciária
SEAP	Secretaria do Estado de Administração Penitenciária
SEAPEN	Secretaria da Administração Penitenciária
SEAS	Serviço Especializado de Abordagem Social
SEDH	Secretaria de Estado De Direitos Humanos
SEEU	Sistema Eletrônico de Execução Unificado
SEJUC	Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania
SEJUS	Secretaria de Justiça do Piauí
SEJUSP	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
SEMCAS	Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social
SEMDH	Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana
SERIS	Secretaria de Ressocialização e Inclusão Social
SESP	Secretaria de Estado de Segurança Pública
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
SISDEPEN	Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional
SISTAC	Sistema Audiências de Custódia (CNJ)
SJ	Seção Judiciária da Justiça Federal
SJDH	Secretaria de Justiça e Direitos Humanos
SSP	Secretaria de Segurança Pública
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUMESE	Superintendência De Medidas Socioeducativas
SUS	Sistema Único de Saúde
TJ	Tribunal de Justiça
TRF	Tribunal Regional Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UEA	Universidade Estadual do Amazonas
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UF	Unidade da Federação
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UGME	Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
VEMSE	Vara de Execução de Medidas Socioeducativas
VEP	Vara de Execuções Penais
VEPMA	Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas

SUMÁRIO

Introdução	7
Atuação local	8
Eventos e capacitações	12
Missões e encontros	15
Fichas Unidades da Federação	17
Próximas atividades	105
Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMFs/TJs)	107
Ficha técnica	108

INTRODUÇÃO

Iniciado em janeiro de 2019, o Justiça Presente trabalhou desafios instalados em todo o ciclo penal, desde o momento da apreensão até o fim da responsabilização, passando por soluções de gestão com o apoio da tecnologia e fomento às boas práticas. Também incidiu em problemas estruturais do sistema socioeducativo, que demanda ações diferenciadas para o enfrentamento de questões próprias.

O programa foi desenhado como um plano nacional com ações customizadas a cada Unidade da Federação, com a colaboração de atores locais e alocação de 27 coordenadores estaduais para apoiar a implementação dos planos executivos específicos. Atuou com foco de incidência no Judiciário mas em estreita colaboração com os demais poderes públicos e com a sociedade civil, considerando a natureza interinstitucional que caracteriza o funcionamento do sistema penal e do socioeducativo. Buscou, ainda, fortalecer iniciativas de sucesso de gestões anteriores.

Desenvolveu ações no campo do apoio técnico, doação de insumos e articulação institucional. Seu público-alvo alcançou beneficiários de nível inicial (Judiciário e atores do Sistema de Justiça Criminal) e de nível final – quase 800 mil pessoas no sistema prisional e cerca de 140 mil no sistema socioeducativo.

O Justiça Presente foi estruturado em quatro eixos temáticos de ação, que se subdividiram em diferentes iniciativas, além de uma coordenação geral que trabalhou ações transversais.



Ações transversais: mutirões eletrônicos, diálogo com polícias, populações vulneráveis, fortalecimento dos GMFs, Covid-19, internacionalização

ATUAÇÃO LOCAL

Um dos principais desafios para o sucesso de políticas e programas nacionais é a implementação das ações em campo, especialmente em um país grande e diverso como o Brasil. Ciente dessa realidade, o Justiça Presente foi concebido com o intuito de fortalecer a liderança dos atores locais para a transformação de realidades a partir de diretrizes gerais, customizando ações de forma colaborativa junto a tribunais e outras instituições ligadas ao sistema de justiça criminal e ao sistema socioeducativo. Esses avanços tiveram contribuições decisivas dos Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (GMFs), além de magistrados e gestores comprometidos com a superação dos complexos desafios que caracterizam o campo da privação de liberdade no Brasil.



Os **Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMFs)** são estruturas dos Tribunais de Justiça e dos Tribunais Regionais Federais responsáveis, dentre outras atribuições, pela monitoração e fiscalização do sistema carcerário e do sistema de execução de medidas socioeducativas em âmbito local. Atuam, ainda, na execução de novas políticas judiciárias destinadas à transformação do sistema prisional e do sistema socioeducativo.

A Resolução CNJ n. 96/2009 criou os GMFs no âmbito dos TJs, enquanto a Resolução CNJ n. 214/2015 promoveu o fortalecimento e a consolidação de escopo amplo de atuação, inclusive com a instituição dessas unidades institucionais no âmbito dos TRFs, visando uma capilarização eficiente das atividades do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas (DMF).

Os avanços indicados neste relatório foram apoiados com o auxílio técnico dos 27 coordenadores estaduais e 27 consultores em audiência de custódia, estes atuando por meio de parceria com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Algumas ações foram desenvolvidas com interlocução direta entre a equipe em Brasília e os tribunais, como é o caso da expansão e outras atividades relacionadas ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).

Quanto à ação nacional de identificação biométrica para emissão de documentos, a equipe nacional trabalhou na primeira parte de mapeamento, estruturação e articulação de atores nas Unidades da Federação, enquanto a fase atual, com o início das operações logísticas, terá maior participação das equipes locais.

Tribunais Regionais Federais

Além dos tribunais de justiça, o Justiça Presente também trabalha pautas com os tribunais regionais federais em diferentes frentes do programa, com atenção especial às especificidades e necessidades das cortes federais.

Um dos exemplos de maior troca é na área de Sistemas e Identificação. O Sistema Eletrônico de Execução Unificado já está em funcionamento nos Tribunais Regionais Federais da 1ª, 2ª, 3ª e 5ª Regiões, com estágio de finalização da implantação entre 79% e 95%.

As cortes federais também integram as ações de identificação para biometria. A partir do segundo semestre de 2020, receberão os kits para coleta biométrica para porta de entrada, além de participarem da ação nacional com procedimentos e fluxos para documentação das pessoas privadas de liberdade e egressas.

Ainda no tema porta de entrada, há interlocução com tema das audiências de custódia, especialmente no TRF3, que também participa do projeto Rede Justiça Restaurativa. Por meio da iniciativa, o Justiça Presente está promovendo a implantação de Núcleos de Justiça Restaurativa em 10 tribunais no país, selecionados a partir de critérios objetivos. Há, ainda, interlocuções pontuais com a frente de cidadania do programa.

Linha do Tempo

Principais marcos para incidência em campo do Justiça Presente.

A partir de março de 2020, em razão da pandemia de coronavírus, as atividades com atores e equipes locais seguiram de forma remota.

- **outubro de 2018**
Assinatura do Acordo de Cooperação CNJ e PNUD
Origem do Justiça Presente
- **janeiro de 2019**
Início do Justiça Presente
Chegada da equipe nacional. Início de desenho do plano nacional a partir do acordo entre CNJ e PNUD
- **fevereiro de 2019**
Diálogo aberto com tribunais
Reuniões na sede do CNJ com representantes dos 27 tribunais de justiça para discutir cenários locais e alinhamento de possibilidades do programa
- **fevereiro e março de 2019**
Criação de 27 planos executivos adaptados à realidade de cada unidade da federação. Processos seletivos para 27 coordenadores estaduais
- **março a junho de 2019**
Contratação e capacitação de coordenadores estaduais e consultores em audiência de custódia a serem alocados em cada uma das 27 unidades da federação para articulação das atividades a nível local
- **março a junho de 2019**
Pactuação do Justiça Presente com unidades da federação
27 missões da equipe nacional aos estados para apresentação da primeira fase do programa às autoridades locais, com discussão dos planos executivos e ambientação dos coordenadores estaduais
- **julho de 2019**
Consultores em audiência de custódia iniciam trabalho nas 27 Unidades da Federação, com foco no apoio técnico aos profissionais e na facilitação à rede local de proteção social, além de auxiliar no desenvolvimento de políticas de alternativas penais e monitoração eletrônica
- **setembro de 2019**
II Encontro Nacional dos GMFs
Atividade em Brasília com representantes dos tribunais e participação dos 27 coordenadores estaduais do Justiça Presente resultou na pactuação das fases dois e três do programa e debateu medidas para o fortalecimento dos GMFs nos tribunais, além de permitir troca de experiências
- **janeiro de 2020**
Encontro de Consultores em Audiências de Custódia
Treinamento, debates e avaliação das atividades realizadas em campo

Mecanismos de atuação

O Justiça Presente apoiou a criação ou melhoria de produtos, estruturas e serviços, realizou eventos e promoveu capacitações, gerou produtos de conhecimento e apoiou produção normativa do CNJ. Também trabalhou parcerias e novas narrativas a partir de evidências e soluções possíveis.

Além de fomentarem a implantação dos planos executivos, as equipes locais do programa participaram de ações nacionais diversas como a pesquisa sobre monitoração eletrônica em parceria com o Crisp-UFMG e a ação para baixa de guias excedentes do Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei, do CNJ.

Atuaram, ainda, em mapeamentos e sistematizações para construção de estratégias e produtos de conhecimento sobre os mais variados temas: estrutura geral do Judiciário; dados do sistema prisional e socioeducativo; arranjos locais de conselhos da comunidade; atores e arranjos em políticas prisionais; varas especializadas em penas alternativas; redes de proteção social junto às audiências de custódia; e programas de atendimento à adolescentes pós-cumprimento de medida.

Por fim, tiveram contribuição decisiva na mobilização dos mais diversos atores ligados ao campo penal e socioeducativo para a realização de eventos e capacitações do programa.

Covid-19



A pandemia de coronavírus impôs atrasos e adaptações no planejamento estratégico do Justiça Presente, mas também abriu caminhos para ações e abordagens inovadoras, com destaque especial às iniciativas desenvolvidas junto às Unidades da Federação.

A partir da edição da Recomendação 62, o Justiça Presente apoiou o CNJ em orientações técnicas e articulações facilitadas por equipes locais, além de monitorar dados para facilitar a tomada de decisão com base em evidências. Foram criados boletins semanais com informações sobre contágios e óbitos nos sistemas prisional e socioeducativo, assim como boletins quinzenais com dados informados por tribunais sobre a situação local. Produziu-se, ainda, dois relatórios sobre os efeitos da Recomendação 62 nas Unidades da Federação.

Síntese de incidências do programa no contexto de Covid-19:

- > 5 orientações técnicas (monitoração eletrônica, alternativas penais, inspeções, audiências de apresentação no socioeducativo, políticas de cidadania); material informativo para requerimento de auxílio emergencial
- > Recomendação 62 citada em 72% de normativos dos tribunais locais
- > Pelo menos 21 tribunais mobilizados em comitês de acompanhamento; envio de dados quinzenais ao CNJ pelos GMFs
- > Pelo menos 35 mil pessoas privadas de liberdade retiradas emergencialmente das prisões (4,6% do total) e cerca de 4 mil medidas socioeducativas em meio fechado revistas para alguma menos gravosa (16,6% do total)
- > Plataforma de Análise de Autos de Prisão em Flagrante criada – medida emergencial de acompanhamento das audiências de custódia suspensas no país, com mais de 50 mil cadastros nas 27 UFs
- > Webinários e capacitações (*mais detalhes na seção Eventos e Capacitações*), incluindo duas rodadas de quatro encontros com representantes de tribunais e organismos da ONU. Os oito eventos reuniram 850 participantes de todo o país

EVENTOS E CAPACITAÇÕES

Audiências de Custódia, Alternativas Penais e Justiça Restaurativa

Altos Estudos em Audiências de Custódia

atividade de capacitação com magistrados de todo o país e ministros de cortes superiores, no Supremo Tribunal Federal, com presença de consultores em audiência de custódia das 27 Unidades da Federação (junho de 2019)

50 participantes | 27 UFs

Qualificação nacional das Centrais Integradas de Alternativas Penais

webinário com integrantes do Sistema de Justiça e gestores públicos para discutir a atual política de alternativas penais e fomentar boas práticas a partir dos casos da BA e CE, considerados referências na área (julho de 2019)

300 participantes | 27 UFs

Capacitação em Reformulação do Sistac

webinário para qualificar a alimentação e a análise dos dados extraídos da ferramenta, otimizando a coleta de informações sobre o público que passa pela porta de entrada da Justiça criminal (setembro de 2019)

200 participantes | 27 UFs

4 formações presenciais para servidores em alternativas penais e audiências de custódia

reunindo membros de CIAPs e operadores do Direito que lidam com a temática

(agosto de 2019 e janeiro de 2020)

120 participantes | PI, SE, RO e RR

5 capacitações on-line sobre a plataforma de Autos de Prisão em Flagrante

com servidores de Tribunais de Justiça sobre o preenchimento da ferramenta, incluindo dados de perfil epidemiológico no contexto da Covid-19

(setembro de 2019 e de abril a julho de 2020)

850 participantes | 27 UFs

Workshop presencial sobre parâmetros nacionais para tomada de decisão judicial em audiências de custódia

com participação de juízes de todas as regiões do país e foco sobre o significado, alcance, limites referenciais e etapas do processo decisório da justiça com qualidade (janeiro de 2020)

8 participantes | 5 Regiões

17 mil pessoas

capacitadas ou envolvidas em eventos

3 webinários sobre proteção social nas audiências de custódia

reunindo servidores dos Tribunais de Justiça e equipes de atendimento psicossocial das Centrais Integradas de Alternativas Penais de 20 UFs para a troca de experiências e capacitação

(março de 2020)

140 participantes | AC, AM, AP, DF, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PB, PR, PE, PI, RN, RS, RO, RR, SP e SE

10 webinários em Justiça Restaurativa – Série 1

realizados com 10 Tribunais de Justiça para a construção e o fortalecimento de redes locais voltadas à estruturação de Núcleos de Justiça Restaurativa

(maio de 2020)

80 participantes | AC, AL, AP, CE, PB, PI, RN, RR e RO e TRF 3ª Região

Seminários on-line em Justiça Restaurativa – Série 2

para seguir o projeto de expansão da prática no país segundo os parâmetros da Resolução CNJ 225/2016. Entre os participantes, magistrados, servidores e sociedade civil com o objetivo de continuar as tratativas iniciadas em abril deste ano voltadas à estruturação de núcleos de práticas restaurativas após o período de pandemia de Covid-19. (agosto de 2020)

1,1 mil participantes | AC, AL, AP, CE, PB, PI, RN, RR e RO e TRF 3ª Região

Capacitações on-line em Justiça Restaurativa

cinco dias de formação para novos integrantes (agosto de 2020)

13 participantes | AC, AL, AP, PI, RN, RR e RO

Capacitações online em Justiça Restaurativa

plano de formação intensiva de três semanas para projeto Rede Justiça Restaurativa com dez tribunais. Somando 40 horas, a serem distribuídas em 9 módulos, trata de temas como direitos humanos, dignidade e JR; vitimologia e JR; traumas e supostos impedimentos e tensionamentos da JR na justiça criminal. (agosto e setembro de 2020)

13 participantes | AC, AL, AP, CE, PB, PI, RN, RR e RO e TRF 3ª Região

Sistema Socioeducativo

Webinário sobre Centrais de Vagas

com representantes do sistema de justiça de 24 estados, para conhecer a atuação do PR e de SC, locais com as experiências mais antigas e estruturadas do país. O encontro resultou na elaboração de planos de trabalho individualizados para a implementação de Centrais de Vagas em diversas localidades (março de 2020)

226 participantes | 24 UFs

Cidadania e Apoio à Pessoa Egressa

6 Encontros Regionais de Formação em Escritórios Sociais

com representantes do Judiciário, do Executivo e da sociedade civil para dialogar sobre metodologias criadas pelo Justiça Presente com atenção a pré-egressos, singularização, mobilização das redes de assistência e marcadores sociais

(outubro e novembro de 2019)

350 participantes | 27 UFs

Jornada Nacional da Leitura no Cárcere

voltada a estimular as pessoas em privação de liberdade para a leitura, enfatizando o poder dos livros na redução das penas e a importância da educação para o retorno à sociedade

(fevereiro de 2020)

Palestras assistidas por mais de 2,5 mil pessoas em todas as UFs e mais de 7 mil visualizações

Webinário Qualificação Escritórios Sociais e Covid-19

com equipes multidisciplinares dos Escritórios Sociais e de equipamentos de atenção à pessoa egressa para o acompanhamento dos serviços em âmbito nacional e perspectivas de retomada no contexto da Covid-19

(abril de 2020)

100 participantes | 27 UFs

Sistemas e Identificação

Webinário sobre panorama das políticas de cidadania para pessoas privadas de liberdade na pandemia

voltado ao compartilhamento de estratégias adotadas pelos estados para enfrentamento da Covid-19 no sistema prisional e diálogo sobre as orientações elaboradas pelo CNJ na temática (abril de 2020)

Participantes: coordenadores do Justiça Presente alocados nas 27 UFs

Encontro virtual sobre estratégias de controle social em estabelecimentos prisionais no contexto da pandemia

reunindo representantes de tribunais, associações, conselhos da comunidade, Ministério Público e Defensorias Públicas para discutir orientações, apresentar demandas e propor formas de participação da sociedade civil na assistências às pessoas privadas de liberdade e fiscalização das condições de prevenção e tratamento da Covid-19 no sistema prisional (maio de 2020)

140 participantes | 27 UFs

Webinário sobre fomento às Redes de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional

reunindo coordenadores estaduais do Justiça Presente e integrantes da Raesp para dialogar sobre metodologia para fomento e implementação da rede a partir das experiências do RJ e de TO (maio de 2020)

Participantes: coordenadores do Justiça Presente alocados nas 27 UFs

Webinário para conselhos da comunidade e associações de familiares

para discutir estratégias de participação e controle social em estabelecimentos prisionais no contexto da pandemia do novo coronavírus, com representantes de conselhos, familiares de apenados, pastoral carcerária e outras organizações da sociedade civil (maio de 2020)

128 participantes | 27 UFs

Webinário Protocolo de Regulação Políticas de Cidadania

para dialogar sobre a garantia de direitos às pessoas privadas de liberdade e egressas do sistema durante a pandemia do coronavírus, subsidiando normativas e estratégias de retomada de assistências e retorno à execução de políticas de cidadania em prisões (junho de 2020)

Participantes: coordenadores do Justiça Presente alocados nas 27 UFs

Encontro Nacional de Usuários do SEEU

evento voltado a usuários do sistema nos estados e que teve como foco atualizações e aperfeiçoamentos da ferramenta, estratégica para produção inteligente de dados e gestão processual eficiente.

(junho de 2019)

85 participantes de diferentes Unidades da Federação

7 webinários sobre implantação do SEEU

voltados a capacitação das equipes técnicas de tribunais, Ministério Público, Defensoria Pública e Ordem dos Advogados do Brasil, (abril a maio de 2020)

200 participantes | 27 UFs

Capacitações de usuários do SEEU (Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, advogados)

realizadas durante implantação da plataforma nos tribunais em todo o país – em andamento

6.709 pessoas capacitadas | 27 UFs

MISSÕES E ENCONTROS

Sistema Socioeducativo

Troca de experiências

- > Missão da equipe CNJ a Manaus para conhecer a metodologia aplicada pelo TJAM no projeto de audiências concentradas no sistema socioeducativo, especialmente quanto à metodologia de revisão das medidas a cada três meses, garantindo a racionalização na aplicação de internação (dezembro de 2019)

Articulação

- > Missão CNJ a São Paulo com reuniões para ações voltadas ao sistema socioeducativo e à construção de parcerias locais. Diálogo com o Tribunal de Justiça de São Paulo, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social e a Fundação CASA (fevereiro de 2020)

Pactuação

- > Missão para pactuar ações para os sistemas prisional e socioeducativo no estado do Rio Grande do Sul, com reuniões e visitas técnicas para apresentar as ações do Justiça Presente à nova diretoria do Tribunal de Justiça do estado e para conhecer serviços oferecidos pelo Judiciário e o Executivo em áreas como sistema socioeducativo e audiência de custódia (março de 2020)

Cidadania e Atenção à Pessoa Egressa

Escritório Social

- > Missões de assessoria técnica em estruturas já existentes no ES (julho e agosto de 2019) e no PR (setembro 2019) sobre política de atenção à pessoas egressas, interseccionalmente com alternativas penais e pessoas em monitoração eletrônica. Participantes: 30 pessoas
 - > Encontro para validação dos instrumentos das metodologias do Escritório Social, com sete pessoas egressas do sistema prisional. Brasília (dezembro de 2019)
-

Sistemas e Identificação

SEEU

Total de 75 missões realizadas a todas as Unidades da Federação para expansão e melhoria do SEEU, a maioria para implantação do sistema considerando suas diferentes etapas: pré-operacional, operacional e pós-operacional. Participação da equipe nacional do programa e de força-tarefa com 11 juízes de seis tribunais e mais de 100 servidores

Troca de experiências

- > Em agosto de 2019, comitiva do TJSP foi a Pernambuco para acompanhar o processo de implantação do SEEU no Tribunal do estado. Desembargadores, magistrados e servidores da Corte paulista conheceram de perto a dinâmica desenvolvida pelo CNJ para as ações, que envolvem planejamento conjunto e adaptações às realidades locais
- > Em dezembro de 2019, representantes do TJSC, TJRJ e TJAM foram ao Ceará para conhecer a experiência de migração automatizada de dados entre e-SAJ e SEEU. O TJCE desenvolveu uma ferramenta de extração baseada em um sistema livre e alta adaptabilidade às necessidades de cada tribunal
- > Em novembro de 2019, integrantes do TJAC e TJAL estiveram em Cuiabá para conhecer a migração automatizada de dados entre e-SAJ e SEEU, a fim desenvolver solução que permitisse a migração dos processos nos tribunais que já utilizassem sistema, diante da inviabilidade de implantação manual. O compartilhamento desse conhecimento permitiu acelerar em meses o processo de desenvolvimento e migração de dados pelos TJAC e TJAL

Biometria – Identificação do passivo

- > 12 missões para integração dos bancos de dados de SP, RJ, DF, BA, SC, MS, GO, ES, PR, PE, RS e CE. Realizadas entre agosto e novembro de 2019. Previsão de integração em 2020

60 entidades mobilizadas (Tribunais de Justiça, Seções Judiciárias Federais, Institutos de Identificação, Secretarias de Administração Penitenciária, Secretarias de Justiça e Segurança Pública e Polícia Civil)

420 pessoas envolvidas

- > 5 missões realizadas em novembro de 2019 com Unidades da Federação que não coletam biometria ou cujos bancos não podem ser integrados: MG, MT, TO, PA, RR, AP, RO, AM, AC, PB, MA, PI, AL, RN e SE. As missões promoveram articulação entre atores locais, ofereceram insumos técnicos e induziram planos de trabalho para coleta

55 entidades mobilizadas (Tribunais de Justiça, Seções Judiciárias Federais, Institutos de Identificação, Secretarias de Administração Penitenciária e Secretarias de Justiça e de Segurança Pública)

180 pessoas envolvidas



FICHAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

APRESENTAÇÃO

As próximas páginas apresentam um resumo dos principais avanços protagonizados por cada Unidade da Federação para transformações necessárias. Trata-se de um desafio complexo que resultou no envolvimento do Judiciário, especialmente na figura dos GMFs, para mobilização em rede dos poderes públicos locais e da sociedade civil. As intervenções alcançaram desde a porta de entrada ao fim do ciclo de responsabilização, de forma que os resultados sejam observados de modo sustentável e com real impacto em realidades.

Dados coletados pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, divulgados periodicamente no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), confirmam que o reconhecimento do estado de coisas inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, em 2015, foi apenas o primeiro passo para a construção de novos caminhos. De lá para cá, a manutenção da tendência de crescimento da população prisional é apenas um exemplo da importância do envolvimento contínuo e em rede dos poderes públicos e da sociedade nos diferentes níveis federativos em um plano sólido de médio e longo prazo, como buscou incentivar o Justiça Presente.

Com pouco mais de um ano desde a chegada nas Unidades da Federação, sendo metade de forma remota, ainda não é possível traçar uma análise de impacto estrutural dos sistemas de privação de liberdade a partir de induções promovidas pelo programa. Por outro lado, uma das políticas do CNJ, as audiências de custódia, provam que ações estruturadas têm maior chance de colher resultados positivos.

Iniciadas em 2015 e impulsionadas pelo programa, as audiências de custódia **vêm contribuindo para uma freada histórica no percentual de presos provisórios, além de queda significativa de conversão de flagrantes em prisão preventiva**. Com a incidência do programa, também houve aumento no encaminhamento a serviços de proteção social e aumento de registros de casos de tortura e maus-tratos no ato da prisão, em um esforço para evitar subnotificações.

**Prisões provisórias
caíram 4,63%
no Brasil em 2019,
maior queda
em 17 anos**

(série histórica Infopen/MJSP)

Entre janeiro de 2019 e janeiro de 2020

(dados Justiça Presente)

Queda de mais de 7%
no registro da conversão
em prisões preventivas

Aumento de 91%
no número de capitais
com atendimento
à pessoa custodiada

Aumento de 17%
na quantidade
de encaminhamentos
para proteção social

Aumento de 81%
no registro de casos
com indícios de tortura
e maus-tratos

A pandemia do coronavírus afetou de forma decisiva os eventos relacionados à segurança pública, à justiça criminal e ao sistema socioeducativo. Futuros dados gerados sobre 2020 devem refletir esse momento atípico, dificultando uma análise conclusiva sobre os impactos do programa na ponta. Esperamos, no entanto, que esta seja uma oportunidade para mudanças necessárias e permanentes nos sistemas de privação de liberdade.

METODOLOGIA DAS FICHAS

Nas fichas a seguir, apresentamos um retrato sobre as situações em cada Unidade da Federação no momento da chegada do Justiça Presente, de forma a facilitar a visualização de avanços já concretizados por meio do protagonismo dos atores locais, assim como ações importantes em andamento. É importante que a leitura parta da premissa de que muitos cronogramas foram afetados em razão da pandemia de Covid-19.

As fichas obedecem a uma estrutura geral de divisão nos macrotemas do programa, porém, os conteúdos não são idênticos em razão das diferentes realidades e de encaminhamentos possíveis em parceria com os atores locais. Em linhas gerais e em nome da objetividade, optou-se pelo detalhamento de ações do quadro 'Antes' apenas quando há avanço correspondente na versão 'Depois'. No item 'Estrutura do GMF', optou-se por incluir informações apenas onde houve transformação no período quanto aos critérios de incidência do programa (formalização e institucionalização, estrutura e equipes, planejamento e pactuação com temas do programa).

Também é importante destacar que, embora fomentando os avanços destacados nas respectivas áreas, o grau de incidência do Justiça Presente para concretização das ações listadas pode variar, considerando as dinâmicas dos demais atores envolvidos.

Por fim, cada ficha traz um quadro-síntese com dados de interesse no campo da política penal e socioeducativa, extraídos dos documentos nacionais mais completos e atualizados nas respectivas áreas – Infopen, com dados de dezembro de 2019; e levantamento do CNMP sobre o socioeducativo publicado em 2019, com dados de 2018. Os indicadores vêm acompanhados da classificação em ranking, em um comparativo com as demais unidades da federação e oferecendo subsídios para uma análise mais robusta sobre as condições locais.



Apresentação e adesão ao projeto de Justiça Restaurativa (janeiro/2020)
Crédito: Ascom/TJAC



Fórum de Alternativas Penais (março/2020)
Crédito: Ascom/TJAC

ACRE

Início das atividades do Justiça Presente: 25 de abril de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

8.414

954,04/100 mil habitantes (1°)

Presos provisórios

26,4%

(20°)

Déficit de vagas

4.345

(19°)

Razão preso/vagas

2,1

(8°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

4,75

(25°)

Acesso a trabalho

1.710

(20,32%) (11°)

Acesso à educação

286

(3,40%) (26°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

75%

(26°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

668

Taxa de internação por 100 mil habitantes

75,74

(1°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> e-SAJ com 100% dos processos (8.299 informados); Sem coleta biométrica; Sem informação sobre documentação

DEPOIS

> **SEEU implantado** em dezembro de 2019, com **99,9% dos 16.254 processos já migrados**

> **Pactuado plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits com **lapen, TJ e SJ**, com previsão de entrega **dos kits biométricos** a partir de outubro de 2020

> Articulada a **coleta biométrica do passivo** com lapen e TJ em janeiro de 2020

> Elaborado diagnóstico sobre a situação de emissão de **documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Estrutura arquitetônica limitada para espera de audiência de custódia e para pré atendimento por psicóloga; Coordenação da audiência de custódia pela VEPMA; Preenchimento regular do Sístac, na capital, durante os dias regulares da audiência de custódia e organização de banco de dados próprio da VEPMA sobre as audiências; Insumos emergenciais: vestuário e calçados; Serviço de atendimento psicossocial com 1 psicóloga; Ausência de fluxos com rede de proteção social

DEPOIS

- > Adaptação de espaço para entrevista pelo **Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada** do Núcleo de Audiência de Custódia
- > Expansão da equipe de **atendimento psicossocial** com advento de assistente social
- > Capacitação remota de profissionais do **Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada**
- > **Ampliação na oferta de insumos emergenciais:** alimentação e absorventes íntimos
- > Construção de **fluxos e integração com as redes de atendimento das políticas setoriais** (audiências de custódia, CIAP) em andamento, em conjunto com o MP estadual – em andamento
- > Construção de ato normativo para **institucionalização de fluxos de atendimento à pessoa custodiada no pré e pós-audiência** em andamento
- > Articulação e instituição de **rede intersetorial de Proteção Social** instituída, com participação do Sistema de Justiça
- > Articulação e apoio para **instituição da Defensoria de Audiência de Custódia**; Apoio à **construção do protocolo de prevenção e combate à tortura da DPE/AC** – em andamento
- > Apoio à elaboração do **Curso de Alternativas Penais e Audiências de Custódia** (VEPMA/Escola do Poder Judiciário) em andamento
- > Apoio a **processo formativo de policiais penais (escolta) e policiais militares** (Resolução 213/2015) – ação suspensa em virtude da pandemia



Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa

ANTES

> Política estadual de alternativas penais, com CIAP inaugurada em 2018 por meio de convênio Depen de R\$ 1,7 milhão; CME implementada em 2015, com convênio Depen de R\$ 1 milhão executado pelo Iapen; Sem Núcleo de Justiça Restaurativa

DEPOIS

- > **CIAP: ampliação de equipe multidisciplinar** (proposta enviada ao Planejamento); Estabelecimento de **fluxos e protocolos com rede de proteção social** em andamento, com foco em ações intersetoriais envolvendo o Executivo estadual e municipal
- > **Celebração de acordo de cooperação técnica** (2019) para institucionalização da política de alternativas penais (TJ, MP, DPE e Iapen)
- > **Implantação de Comitê Gestor de Alternativas Penais** em andamento
- > Indução para previsão orçamentária no PPA 2020-2023, com foco na **sustentabilidade da política estadual de alternativas penais**
- > **Ampliação de equipe multidisciplinar da CME** (+ assistente social e assessor jurídico); estabelecimento de **fluxos e protocolos da CME com rede de proteção social** em andamento
- > Celebração de **acordo de cooperação técnica** em 2019 (Iapen, TJ, MP, Defensoria e Polícia Militar)
- > **Núcleo de Justiça Restaurativa** – implantação em andamento



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Política para pessoas presas com foco em educação, sem plano pedagógico; Ausência de política de atenção a pessoas egressas; Ausência de fluxos com rede de proteção social; Ausência de programa de inserção produtiva

DEPOIS

- > **Escritório Social:** termo de cooperação técnica (CNJ, TJ, Iapen, MP e Defensoria Pública) para implantação assinado em agosto de 2020, apoio em articulação para recursos do Depen e doação de insumos
- > **Raesp:** articulação e institucionalização em andamento
- > Indução para previsão orçamentária da **política de pessoas egressas no PPA 2020-2023**
- > Institucionalização de **gerência de alternativas penais e egressos** no Iapen – em andamento
- > **Reativação do Conselho Penitenciário** em andamento, com articulações junto à sociedade civil, Executivo e MPF e foco em plano de trabalho mais efetivo
- > Articulação de projeto piloto para **acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis às Pessoas com Transtornos Mentais** em Conflito com a Lei – em andamento
- > Articulação com TJ, MP, MPF, Defensoria Pública e sociedade civil para **implantação do sistema estadual de Prevenção e Combate à Tortura e frente estadual** para o desencarceramento – em andamento
- > Apoio técnico à **elaboração de planos de trabalho de políticas de cidadania** nos campos da educação, trabalho e LGBTI+ – em andamento



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Ausência de Central de Vagas, de NAI, de Comissão Intersetorial do Sinase; Acesso a direitos durante o cumprimento da medida, sem plano estruturado; Ausência de audiência concentrada e de programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida; Oferta de ações de profissionalização/aprendizagem sem planejamento consolidado

DEPOIS

- > **Plano decenal de atendimento** apresentado em dezembro de 2019
- > Implantação de **atendimento inicial** desde junho de 2020
- > **Projeto de justiça restaurativa**, com formação de facilitadores – em andamento
- > Articulação com atores locais para **implantação de Central de Vagas**, incluindo projeto no Executivo
- > **Formação de GT sobre Audiência Concentrada** para disseminação em todo o estado – em andamento
- > Qualificação de termo de cooperação técnica entre TJ, Sistema S, MP e Executivo para **ações de profissionalização e aprendizagem de adolescentes em cumprimento de medida** – em andamento



Estrutura do GMF

ANTES E DEPOIS

- > Equipe composta pelo gabinete da desembargadora supervisora; Sala com dois computadores e mesa para reuniões



Reunião com a Secretaria de Administração Penitenciária (Seris) para pactuação de ações (março/2019) Crédito: Ascom Seris

ALAGOAS

Início das atividades do Justiça Presente: 25 de março de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

9.382

281,12/100 mil habitantes (20°)

Presos provisórios

32,65%

(14°)

Déficit de vagas

5.658

(15°)

Razão preso/vagas

2,5

(4°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

7,46

(23°)

Acesso a trabalho

1.013

(10,8%) (17°)

Acesso à educação

436

(4,65%) (25°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

75%

(26°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

253

Taxa de internação por 100 mil habitantes

7,58

(17°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público –



Sistemas e Identificação

ANTES

> e-SAJ com 100% dos processos (10.000 informados); Coleta biométrica incompatível com padrão nacional; Levantamento da documentação civil da população privada de liberdade; Sem mensuração do total de indivíduos com documentação básica

DEPOIS

> **SEEU implantado** em novembro de 2019, com **100% dos 11.416 processos já migrados**

> Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits com **TJ e SJ**, em janeiro de 2020. Pactuação com a **Seris** em andamento. Previsão de **entrega dos kits biométricos a partir de outubro** de 2020

> Em andamento a **articulação da coleta biométrica do passivo com a Seris e o TJ**

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Ausência de equipe multidisciplinar; Fluxos limitados com rede de proteção social; Preenchimento de Sistac

DEPOIS

- > **Implantação de equipe psicossocial:** profissionais designados e aguardando os trâmites finais para inserção no fluxo das audiências; Criação de fluxo com rede de proteção social e Núcleo Integrado de Alternativas Penais
- > Estratégias de **integração entre o Sistema de Justiça Criminal e a Rede de Atenção Psicossocial** ampliadas, com realização do “1º Encontro da RAPS em Maceió”, voltado ao atendimento pós-audiência; Planejamento de ações de interiorização
- > Indução para fortalecimento de **estratégias de prevenção à tortura** por meio de parceria entre TJ e APT, com foco na implementação de protocolo; Apoio à organização de devolutiva da pesquisa APT ao Tribunal, Ministério Público e Defensoria Pública
- > Apoio, conforme demanda, para implementação da **Coordenadoria de Direitos Humanos do TJ** (dezembro de 2019)
- > Modelo de **vara para unificação da central da custódia e de inquérito** elaborado junto à presidência do tribunal com apoio do programa
- > Apoio ao GMF na realização do **seminário Audiências de Custódia e (des) encarceramento: confluências, concepções e desafios para os sistemas penal e prisional**, em parceria com a Escola de Magistratura, em junho de 2019, reunindo magistrados, MP, Defensoria Pública, Executivo, sociedade civil e universidades
- > Criação de Grupo de Trabalho interinstitucional composto por Judiciário e Executivo, com foco no **aperfeiçoamento da Política de Alternativas Penais e Audiências de Custódia; e criação de Central de Vagas** no sistema prisional – andamento suspenso em razão da pandemia
- > **Redução de 21% de entradas no sistema prisional** no 2º semestre de 2019, comparado ao mesmo período de 2018



Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa

ANTES

> 2 Ceapas, com equipes multidisciplinares reduzidas - convênio em 2013 com o Depen de R\$ 564 mil e vigência até fevereiro de 2020; Em 2017, termo de cooperação técnica entre Seris, TJ, MP e Defensoria Pública voltado à Ceapa, com vigência até 2019; Serviço de monitoração eletrônica desde 2011 com equipe multidisciplinar e convênio em vigência com o Depen de R\$ 1,4 milhão

DEPOIS

- > **Política de alternativas penais fomentada como tema e locus de atenção no Judiciário** (GMF/VEP), com foco na intersecção com as audiências de custódia
- > Estratégias propostas para a **qualificação da política de alternativas penais** – estabelecimento de fluxos internos e interinstitucionais, expansão e qualificação de equipe multiprofissional.
- > Inclusão e aperfeiçoamento da **política de alternativas penais no Plano de Governança 2020** do Executivo estadual – em andamento
- > Apoio técnico à elaboração de **edital para seleção de organização da sociedade civil** – em andamento
- > Mobilização para **realização de audiência pública** sobre política de alternativas penais
- > Apoio técnico para **aperfeiçoamento da Central de Monitoração Eletrônica**
- > Fomento à **adoção das orientações do Manual de Gestão de Monitoração Eletrônica** em novo projeto de convênio apresentado ao Depen, com foco no aperfeiçoamento de equipe psicossocial
- > **Núcleo de Justiça Restaurativa:** equipe técnica designada e estrutura física disponibilizada pelo TJ, com implantação em andamento



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Ausência de políticas judiciárias específicas sobre gênero, raça ou condição psicossocial; Ausência de política ampla de atenção à pessoa egressa; Programa de inserção produtiva realizado pela Seris, por meio de parcerias

DEPOIS

> **Escritório Social: acordo de cooperação técnica** para implantação assinado em novembro de 2019 (CNJ, TJ e Governo Estadual). Sede nas dependências da Seris e equipe multidisciplinar com 9 profissionais. Início previsto: outubro de 2020.

> **Mapeamento e diálogos interinstitucionais realizados** para parcerias na criação do Escritório Social, com mobilização de 15 instituições do Judiciário, Executivo, sociedade civil e universidade

> Mobilização para **inclusão no PPA de linha de ação** específica, já aprovada na Secretaria do Estado de Planejamento

> **Coletivo interinstitucional criado para a consolidação do plano de trabalho**, com foco na articulação de políticas de educação, saúde, assistência social, cultura, inserção produtiva e práticas restaurativas. Composto por instituições do Executivo, Judiciário e sociedade civil

> Mapeamento e **fluxo de rede de proteção social para atendimento** a pessoas egressas, com mobilização de serviços e equipamentos públicos

> **Raesp:** articulações iniciais com organizações da sociedade civil e elaboração de plano de trabalho com estratégias para criação da rede



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Ausência de Central de Vagas e de NAI; Audiências concentradas voltadas exclusivamente às medidas protetivas de acolhimento; Sem programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida

DEPOIS

> **Articulação interinstitucional** envolvendo GMF e CEIJ/TJ Superintendência de Medidas Socioeducativas e Secretaria de Assistência Social **para apreciação de plano de ação proposto** e definição de prioridades (criação de Central de Vagas; NAI; implementação de programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida; e implantação de audiências concentradas)

> **Central de Vagas:** interlocução para criação da Central (GMF, CEIJ, Sumese, DP, MP, Vara da Infância). **Grupo de trabalho constituído para elaboração de minuta** e fomento à qualificação dos atores locais nos modelos desenvolvidos em outras UFs



Estrutura do GMF

ANTES

> Estrutura física limitada; Equipe com supervisor, coordenador, servidores de rotina e equipe técnica (médicos, assistente social e engenheiro); Plano de ações anual publicado em portaria

DEPOIS

> **Sala mais adequada**

> **Iniciativas e eixos programáticos do Justiça Presente** trabalhados como diretrizes estratégicas de ação

> **Maior atenção ao socioeducativo** e tratativas iniciais para redefinição de desenho organizacional/operacional

> **Plano Executivo do Justiça Presente acompanhado com a equipe** – reuniões semanais com o supervisor do GMF e foco na avaliação processual e definição de estratégias

> Realização de dois seminários de formação interna: sobre sistema socioeducativo e sobre **monitoramento de locais de privação de liberdade**, com referência em Manual APT

> **Ampliação do campo de interlocução** intra e interinstitucional (CEIJ, Executivo, sociedade civil)



Acordo de cooperação técnica para instalação de Escritório Social (junho/2019)
Crédito: Ascom Ministério Público-AP



Apresentação das Fases 2 e 3 do Plano Executivo das ações do Justiça Presente no socioeducativo (novembro/2019)
Crédito: JIJ-PPMSE/GMF/AP

AMAPÁ

Início das atividades do Justiça Presente: 25 de março de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

2.750

325,16/100 mil habitantes (15°)

Presos provisórios

25,05%

(22°)

Déficit de vagas

1.204

(27°)

Razão preso/vagas

1,8

(14°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

0

(27°)

Acesso a trabalho

343

(12,47%) (16°)

Acesso à educação

78

(2,84%) (27°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

86%

(20°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

178

Taxa de internação por 100 mil habitantes

21,05

(4°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> TUCUJURIS com 100% dos processos (8.453 informados);
Coleta biométrica digital durante as audiências de custódia e nas audiências realizadas na VEP;
Levantamento sobre documentação civil de pessoas presas

DEPOIS

> **SEEU implantado** em abril de 2019, com **100% dos 10.167 processos já migrados**

> Pactuado o **plano de trabalho de logística** de entrega e de recebimento dos kits com **TJ, SJ e Iapen** em dezembro de 2019, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020

> Articulada a **coleta biométrica do passivo com o Iapen e TJ** em dezembro de 2019

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Estrutura reduzida; rodízio de juízes substitutos sem escala prévia; Preenchimento do Sistac em dias úteis; Ausência de equipe psicossocial

DEPOIS

- > **Nova estrutura física:** sala de audiência, secretaria, sala para entrevista e sala de atendimento ao custodiado
 - > **Juiz substituto para o Núcleo de Garantias,** com designação regulamentada por Ato Conjunto estabelecendo prazo fixo de 90 dias
 - > **Qualificação do preenchimento do Sistac,** com assessor designado e padronização dos dados; Adequação do roteiro de entrevista quanto ao cumprimento do art. 8º da Resolução CNJ 213/2015
 - > **Redução do uso de algemas e novas rotinas:** um custodiado por vez na sala e até o final da audiência; entrevista reservada com defensor público/advogado; destinação de uma juíza para a custódia sem acúmulo de funções no mesmo horário; audiências à tarde, com tempo para atendimento psicossocial
 - > Instalação de câmera na sala de audiência para **qualificação dos registros de relato de tortura** ou maus-tratos
 - > **Ajuste de fluxos junto às instituições** de segurança pública, Defensoria e MP, permitindo avanços na proteção a direitos dos custodiados
- > **Redução do número de prisões preventivas:** queda de 28,24% entre julho de 2019 a fevereiro de 2020, quando comparado ao mesmo período do ano anterior



Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa

ANTES

> Ausência de política estadual de alternativas penais; CME implantada em 2018 sem convênio com o Depen; Recebimento de recurso Funpen de R\$ 4,6 milhões, em execução

DEPOIS

- > Suporte à elaboração de **projeto de convênio com o Depen para a instalação de política de alternativas penais** - em andamento
- > Apoio à construção de projeto de **convênio com o Depen para monitoração eletrônica,** com designação de recursos para ampliação da equipe técnica multidisciplinar
- > Estabelecimento de **fluxos e protocolos para o serviço de monitoração eletrônica,** em andamento
- > Implantação de **Núcleo de Justiça Restaurativa** - em andamento



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Ausência de política estruturada de atenção à pessoa egressa; conselho da comunidade em funcionamento; ação de inserção produtiva pelo projeto Liberdade e Cidadania, entre Prefeitura de Macapá, TJ e Iapen; ausência de políticas judiciais sobre gênero, raça ou condição psicossocial

DEPOIS

- > **Escritório Social:** acordo de cooperação técnica, em junho de 2020, com Tribunal de Justiça, Governo do Estado, Defensoria Pública do Estado e Instituto de Administração Penitenciária, com previsão de funcionamento no segundo semestre de 2020. Doação de insumos para funcionamento
- > **Raesp:** articulação e institucionalização
- > Articulação junto ao Iapen para a inclusão de **previsão orçamentária no PPA/LDO/LOA** destinada à implementação da política de atenção às pessoas egressas do sistema prisional
- > Ações de **apoio** à retomada de funcionamento do **Conselho da Comunidade**, com a constituição de novos representantes
- > **Inserção produtiva:** consultoria para projeto de lei que regulamenta a gestão da política de trabalho das pessoas privadas de liberdade e egressos
- > Equipamentos sociais e organizações não governamentais mapeadas (políticas e rede de atendimento) para a **inserção de grupos vulneráveis** (população negra, mulheres, LGBTQI+, estrangeiros e grupos étnicos, pessoas com transtornos mentais e idosos)
- > Fomento na formalização de um **Projeto de Remição pela Leitura**, com publicação de portaria pela VEP; Projeto em funcionamento nas Penitenciárias Feminina e Masculina da capital



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Ausência de Central de Vagas, de NAI e de Comissão Intersetorial do Sinase; Ausência de audiência concentrada; Ausência de ações de profissionalização/aprendizagem e de programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida; Juizado da Infância e Juventude com ações de práticas restaurativas

DEPOIS

- > Ações para implementação de **justiça restaurativa** em andamento, com sensibilização do Sistema de Justiça e apoio à constituição de Núcleo
- > Elaboração de minuta para **implantação da audiência concentrada** a partir da experiência do TJ do Amazonas, já ocorrendo no âmbito da Vara de Execução de Medidas Socioeducativas
- > Assessoria na **revisão dos PIAs das Unidades Socioeducativas de Internação, de Semiliberdade e dos Creas** da capital
- > Articulação junto à Escola Judicial do Amapá para **inclusão de conteúdos sobre o Sinase na grade de cursos**
- > **Articulação junto ao Sistema S** para inserção de adolescentes pós e em cumprimento de medida em cursos profissionalizantes – em andamento



Estrutura do GMF

ANTES

> Equipe de trabalho com acumulação de atribuições da VEP e composta por 4 técnicos e 1 secretário executivo; Sem estrutura física própria

DEPOIS

- > **Equipe ampliada** (+ 2 técnicos e + 1 servidor do socioeducativo) e estabelecimento de estrutura própria
- > Adoção de **incidência em políticas penais**
- > **Atuação no socioeducativo**, com presença de magistrados e profissionais da área na equipe
- > Constituição de **plano de trabalho anual**, elaborado em 2019



Missão de apresentação do Justiça Presente e pactuação de ações com autoridades locais (março/2019)
Crédito: Rafael Alves - Ascom/TJAM



Encontro Regional de Metodologias em Escritório Social (outubro/2019) (novembro/2019)
Crédito: Arquivo pessoal - Justiça Presente/AM

AMAZONAS

Início das atividades do Justiça Presente: 25 de março de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

9.382

291,20/100 mil habitantes (17°)

Presos provisórios

25,39%

(21°)

Déficit de vagas

8.558

(12°)

Razão preso/vagas

2,5

(5°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

28,17

(3°)

Acesso a trabalho

961

(7,96%) (20°)

Acesso à educação

852

(7,06%) (22°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

95%

(12°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

96

Taxa de internação por 100 mil habitantes

2,32

(27°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> e-SAJ com 100% dos processos (19.616 informados); Sem coleta biométrica de pessoas presas; Ausência de levantamento da documentação civil

DEPOIS

> **SEEU implantado** em fevereiro de 2020, com **100% dos 14.666 processos já migrados**

> Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits com **TJ, SJ e Seap** em dezembro de 2019, com previsão de **entrega dos kits biométricos a partir de outubro** de 2020

> Articulada a **coleta biométrica do passivo com a Seap e TJ** em dezembro de 2019

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação civil no estado**



Audiências de Custódia

ANTES

> Estrutura física com restrições; Realizadas somente na capital e sem fluxo administrativo; Rede de proteção social não constituída; Ausência de fluxos de encaminhamento em casos de tortura e maus-tratos; Sem preenchimento do Sistac

DEPOIS

- > **Adequação de estrutura**, com construção de parlatório para advogados e de espaço para o serviço de atendimento pós-audiência
- > **Interiorização das audiências de custódia** para 61 comarcas
- > Designação de juiz coordenador e **definição de fluxo administrativo**: logística da chegada - biometria - preenchimento do Sistac - audiências de custódia - encaminhamentos à proteção social ou órgãos de controle interno e externo da atividade policial
- > Adequação do **tempo de apresentação para até 24h e retirada das algemas** dos custodiados
- > **Preenchimento diário do Sistac**, com formação de equipes e qualificação dos dados
- > **Rede de proteção social** mapeada e aprimoramento dos instrumentos de trabalho, incluindo formação e alinhamento técnico para parâmetros de **acolhimento a LGBTQI+ e mulheres**
- > Audiências de custódia realizadas em casos de **mandados de prisões cautelares**
- > **Prevenção a maus-tratos e tortura**: criação e pactuação de fluxos para encaminhamento de casos, com armazenamento em nuvem e acesso compartilhado; Qualificação do roteiro de perguntas e atuação dos magistrados em casos de relatos
- > Inclusão do tema no Projeto Pedagógico de 2020 da Escola de Magistratura e elaboração de **Protocolo Interinstitucional** de Prevenção e Combate à Tortura no Amazonas - em andamento
- > **Laudos**: pactuação de fluxos para acesso ao sistema virtual do IML e qualificação dos laudos conforme o Protocolo de Istambul



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

> Convênio com Depen de R\$ 438 mil para implantação de Ciapa, firmado em 2014 e sem investimentos para contratação de recursos humanos e capacitação de equipes; CIAP em funcionamento com recursos do próprio estado e atendimento exclusivo a audiências de custódia; CME voltada ao semiaberto, sem equipe multidisciplinar; Inexistência de convênio com Depen para a política de monitoração eletrônica

DEPOIS

- > Assinatura de **acordo de cooperação técnica para aprimoramento da Ciapa** (TJ, MP e Seap), prevista para setembro de 2020
- > **Suporte à execução do convênio** para a política de alternativas penais - em andamento
- > **Qualificação dos serviços de acompanhamento multiprofissional** nas alternativas penais - em andamento
- > **Fomento ao Comitê Gestor** da política estadual de alternativas penais, - em andamento
- > Suporte à elaboração do **projeto de convênio com o Depen sobre monitoração eletrônica** - já ativo
- > Formação da equipe, estabelecimento de fluxos e protocolos de atendimento para a CME em andamento
- > Fomento de políticas de **atenção aos monitorados do semiaberto** - em andamento



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Serviço à pessoa egressa por meio de ações pontuais da Seap; Ausência de programa de inserção produtiva; Ausência de políticas judiciais específicas sobre gênero, raça ou condição psicossocial

DEPOIS

- > **Escritório Social:** acordo de cooperação técnica, com previsão de início em 2021. Apoio para facilitação de financiamento pelo Depen
- > Apoio na **reorganização do Fundo Penitenciário Estadual** – com atualização de legislação para viabilizar repasse de pagamento
- > Apoio técnico no **Projeto de Remição pela Leitura**, com ampliação de acervo e de acess
- > Apoio técnico à **(re)implantação dos Conselhos da Comunidade** – em andamento
- > Fomento e assessoria na construção do **Plano Estadual de Educação nas Prisões**, em andamento
- > **Aprendizagem:** articulação em andamento para **programas de extensão sobre apoio a pessoas egressas** nas Universidades UFAM e UEA
- > **Inserção produtiva:** em andamento, **pactuação do fluxo de encaminhamento** das pessoas egressas para profissionalização e empregabilidade



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Ausência de Central de Vagas, de NAI e de Comissão Intersetorial do Sinase; Audiências concentradas a cada 4 meses; Ocorrência de adolescentes em delegacias de polícia; Prazos de internações provisórias: ponto de atenção

DEPOIS

- > Indução dos atores locais para implementação da **metodologia de Atendimento Inicial** e apoio para liberação de convênio federal de 2015 para formação de servidores
- > Fomento de plano de **educação com foco na internação provisória**
- > Apoio para construção do **monitoramento das medidas socioeducativas em meio aberto** e fomento à **metodologia de acompanhamento de egressos** – em andamento
- > Articulação do Sistema de Justiça para monitoramento dos **Planos Municipais Decenais Socioeducativos** – em andamento
- > Ações de **Profissionalização e Aprendizagem** com o IFAM e Sistema S – em andamento



Estruturas do GMF

ANTES

> Equipe e estrutura adequadas

DEPOIS

- > **Adesão a políticas penais fomentadas pelo Justiça Presente** (Escritórios Sociais, SEEU, designação de juiz para audiências de custódia; lei de contratação de PPL, Leitura no Cárcere e Plano de Educação)
- > **Socioeducativo:** apoio a resolução e portaria sobre o tema, além de inspeção e combate a apreensões irregulares de adolescentes; Acompanhamento de execução de medidas e recebimento de relatórios
- > Estabelecimento de **ações para 2020**, com relatório semestral
- > Governança: **articulação de reuniões, grupos de trabalhos, resoluções e portarias**



Missão de apresentação do programa Justiça Presente e pactuação de ações com autoridades locais (maio/2019)
Crédito: ASCOM Defensoria Pública do Estado

BAHIA

Início das atividades do Justiça Presente: 29 de maio de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

16.727

112,47/100 mil habitantes (27°)

Presos provisórios

43,86%

(6°)

Déficit de vagas

4.744

(17°)

Razão preso/vagas

1,4

(22°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

10,76

(17°)

Acesso a trabalho

2.139

(12,79%) (15°)

Acesso à educação

3.688

(22,05%) (6°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

85%

(23°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

656

Taxa de internação por 100 mil habitantes

4,41

(24°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 33.226 processos informados – em meio físico (4,47%) e no SEEU (95,53%); Coleta biométrica nos postos do Instituto de Identificação Pedro Melo presentes em 40% das unidades prisionais; Levantamento de necessidade de emissão de documentos civis

DEPOIS

- > **SEEU** com implantação anterior ao programa, com **99,9% dos 32.487 processos já migrados**
- > Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits com TJ e Seap janeiro de 2020, e com SJ em junho de 2020, com **previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro** de 2020
- > Articulada a **integração dos bancos de dados e sistemas com Instituto de Identificação e TSE** em agosto 2019
- > Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Central de Vagas com atuação limitada; Ausência de NAI; Sem audiência concentrada; Atendimento no pós-medida limitado; Iniciativas pontuais de qualificação e profissionalização

DEPOIS

- > **Central de Vagas:** qualificação e institucionalidade do modelo atualmente executado pela Fundac – em andamento
- > **NAI:** articulação e sensibilização acerca da metodologia, com vistas à implementação do instrumento – em andamento
- > **Audiência de Apresentação:** suporte técnico para revisão de Ato Conjunto da Defensoria Pública
- > **Aperfeiçoamento do Sinase:** participação em Comissão Intersetorial de Implementação e Acompanhamento; Articulação e participação em Subcomissão de Qualificação Profissional
- > **Audiências concentradas:** suporte técnico para elaboração e publicação de Projeto e Ato Conjunto; Reuniões mensais para construção de estratégias de implementação a partir de projeto piloto – em andamento
- > **Profissionalização/Aprendizagem:** articulação e parceria com o MPT para projetos de qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Dois projetos contemplados (Edital Funtrad), com foco nas Unidades de Salvador e Feira de Santana



Audiências de Custódia

ANTES

> Ausência de vara, apenas Núcleo com número reduzido de audiências; Atendimento psicossocial no pós AC; Sem preenchimento do Sistac

DEPOIS

- > **Constituição de Vara de Audiência de Custódia em substituição ao Núcleo**, em outubro de 2019 – aumento de servidores e da capacidade de atendimento
- > Incidência junto ao Tribunal e Polícia Civil para **reforma e adaptação do espaço da custódia** e melhoria das condições físicas da carceragem – em andamento
- > Incidência para o **retorno do preenchimento regular e diário do Sistac**
- > Levantamento sobre a **interiorização das audiências de custódia**, condições e formas de realização
- > Incidência para **redução da população de presos na carceragem da custódia**, especialmente os com mandado de prisão e monitoração não efetivada
- > Construção de **fluxos para que pessoas com decisão de monitoração sejam liberadas** de maneira célere, além de fluxos do Tribunal com **serviços de proteção à vida** (ProVita) para pessoas liberadas
- > Registro de todas as audiências por meio audiovisual, fim dos paredões
- > **Qualificação do registro das atas para valorização dos relatos de tortura** dos custodiados em andamento, assim como registro fotográfico das lesões; Fluxo para rastreamento e acompanhamento dos desdobramentos dos casos de relato de tortura em construção
- > Incidência junto ao IML para **disponibilização dos laudos de exames cautelares** no momento da audiência – em andamento



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

> Política estadual de alternativas penais com 16 Centrais: institucionalidade com ponto de atenção; Convênio com Depen para alternativas penais no valor de R\$ 2,3 milhões; CME com equipe multidisciplinar com 2 técnicos e estabelecida por meio de convênio de 2013 com o Depen de R\$ 1,9 milhão

DEPOIS

- > Recomposição de equipes técnicas das **Centrais de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas** a partir de articulação com MP e Seap, com reabertura das Centrais do interior e 21 novos profissionais nomeados
- > **Capacitação de equipes** e, em andamento, suporte técnico para solicitação de suplementação de recurso destinado ao aumento do número de profissionais na Ciap, possibilitando o início dos atendimentos pré-audiência de custódia
- > Ampliação do **acompanhamento de medidas cautelares**, com foco na interiorização (Juazeiro, Senhor Bonfim, Barreiras, Serrinha e Brumado). Em andamento: Feira de Santana, Teixeira de Freitas, Ipirá, Irecê e Ilhéus
- > Suporte técnico para **uso de saldo financeiro** de convênio federal de cerca de R\$ 400 mil para a política de alternativas penais
- > Elaboração em andamento de **termo de cooperação técnica** entre Seap e TJ para fortalecimento da política de alternativas penais
- > Institucionalização do **Comitê Gestor Estadual** de alternativas penais – em andamento
- > **Redefinição de fluxo de início de acompanhamento** pela CME
- > Composição de **equipe técnica multidisciplinar** e suporte na elaboração de projeto para convênio com Depen destinado à ampliação do número de profissionais
- > **Proteção de dados** das pessoas monitoradas, numa articulação entre GMF e MP
- > Parceria com MPT para concessão de **cestas básicas emergenciais** – em andamento
- > Suporte técnico em andamento para elaboração de **termo de cooperação técnica** entre TJ, MP, Defensoria Pública e Executivo



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Sem políticas ou ações sistemáticas à pessoa egressa, apenas iniciativas específicas para a inserção no mercado de trabalho; Executivo desenvolve o programa "Pró-Trabalho" e também o "Começar do Novo", com foco na inserção produtiva; Ausência de políticas judiciais específicas sobre gênero, raça ou condição psicossocial

DEPOIS

Escritório Social

> **Acordo de cooperação técnica para implantação**, em dezembro de 2019, entre TJ, Governo do Estado e CNJ para a criação de Escritório Social; Apoio a convênio com Depen para financiamento e doação de insumos para funcionamento

> Incidências para cessão de imóvel que sediará o Escritório Social e criação de **Comissão Interinstitucional para elaboração de plano de trabalho**, composta por mais de 10 instituições representativas do Sistema de Justiça, Executivo e sociedade civil

> **Apresentação da metodologia aos diretores e equipes multidisciplinares** das Unidades Prisionais de Salvador, Simões Filho e Lauro de Freitas

Políticas de cidadania

> Apoio para elaboração de portaria e projeto metodológico para **remissão de pena pela leitura**

> Incidência na melhoria de **fluxo para acesso ao pecúlio penitenciário** por meio de contas individuais Banco do Brasil

> Composição de Grupo de Trabalho Interinstitucional para diagnóstico e **avaliação do Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico**, com participação de GMF/TJ, Seap, Secretaria de Saúde, Defensoria Pública, MP e Justiça Presente

Inserção produtiva

> Suporte técnico para facilitação e elaboração de **projetos de capacitação profissional em parceria com o Depen**

> Suporte técnico para facilitação e **execução do programa Pró-Trabalho**

> Organização de **fluxos e procedimentos do Projeto Começar de Novo**, com foco na vinculação ao Escritório Social



Estrutura do GMF

ANTES

> Equipe composta por 1 desembargador supervisor e 1 juiz coordenador; Estrutura física e equipe técnica reduzidas (1 servidor); Normativa própria e plano de trabalho anual

DEPOIS

> Novo formato de composição (**+ 3 juízes colaboradores**), com maior capilaridade na atuação

> **Ampliação da equipe técnica** (+ 2 servidores), com maior capacidade operacional e celeridade nas respostas e intervenções

> Qualificação no acompanhamento das **pautas de inserção produtiva**

> Impulso na **interlocução com demais setores do TJ, com o Executivo** e instituições parceiras

> **Juiz colaborador vinculado exclusivamente às pautas do socioeducativo**, com interlocução direta e alinhada com a CIJ

> Inclusão do **GMF no projeto de parametrização jurídica** das audiências de custódia



Reunião sobre audiência de custódia com magistrados, Coordenadoria de Alternativas Penais e equipe do Justiça Presente (agosto/2019)
Crédito: Sec. Vara Privativa de Audiência de Custódia Fortaleza/CE

CEARÁ

Início das atividades do Justiça Presente: 25 de abril de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

31.776

347,96/100 mil habitantes (2º)

Presos provisórios

45,81%

(24º)

Déficit de vagas

19.900

(4º)

Razão preso/vagas

2,7

(2º)

Mortalidade por 10 mil habitantes

8,5

(19º)

Acesso a trabalho

1.536

(4,83%) (25º)

Acesso à educação

6.999

(22,03%) (7º)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

85%

(23º)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

850

Taxa de internação por 100 mil habitantes

9,31

(13º)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> e-SAJ com 33,3% dos processos (55 mil informados); Cerca de 95% da população prisional identificada em sistema compatível com o BDICN do Tribunal Superior Eleitoral; Sem informação disponível sobre documentação

DEPOIS

> **SEEU implantado** em novembro de 2019, com **77,8% dos 50.552 processos já migrados**

> Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits com **SJ e SAP** em janeiro de 2020, e TJ em junho de 2020, com **previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro** de 2020

> Articulada a **integração dos bancos de dados e sistemas com Instituto de Identificação** e TSE em novembro de 2019

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Vara com estrutura arquitetônica com restrições; Serviço de atendimento à pessoa custodiada e rede de proteção social articulada via CAP; Preenchimento do Sistac a partir de março de 2019

DEPOIS

- > Destinação de **sala reservada para atendimento pós-audiência**
- > **Redução do uso de algemas** pelos custodiados e da aplicação dorsal, especialmente em idosos, pessoas com deficiência, gestantes e em crimes sem violência
- > Garantia do **direito de presença em todos os atos da audiência**, retomada desde janeiro de 2020
- > **Acesso a laudos periciais** no momento da audiência, desde novembro de 2019
- > Fluxo para a garantia de **audiência em caso de pessoa hospitalizada** em andamento
- > Garantia de pergunta sobre **autodeclaração de cor/raça** em andamento
- > Estabelecimento de **fluxo de registro e notificações de casos de tortura**. Vara privativa da capital passou a notificar a Controladoria Geral e solicitar encaminhamento à respectiva vara de conhecimento
- > Fomento para a implementação de **fluxo de medidas de proteção em caso de relato de tortura**, com articulação entre CAP e centro de referência de apoio a vítimas
- > Apoio à elaboração de Protocolo de atuação da DPE na **prevenção e combate à tortura** - em construção



Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa

ANTES

> Política estadual de alternativas penais desde 2015, com convênio Depen em 2016 de R\$ 6,9 milhões; CME implantada em 2012 e administrada pela SAP; Convênio com Depen de 2012 em execução, no valor de R\$ 4,9 milhões; Maior parte dos monitorados em regime semiaberto, seguido de pessoas com medidas cautelares; Núcleos de ME no interior

DEPOIS

- > Articulação com vistas à celebração de acordo de cooperação técnica entre Judiciário e Executivo para **ampliação e interiorização da política**
- > Articulação para definição de **fluxo entre o Juizado de Violência Contra a Mulher, a CAP e o NUAH** (Núcleo de Atendimento ao Homem Autor de Violência Doméstica)
- > Contribuição para implementação de **protocolo e metodologia de atendimento a homens autores de violência doméstica** contra a mulher - em andamento
- > Apoio ao **fortalecimento do Fórum de Alternativas Penais** e rede vinculada à VEPMA - em andamento
- > **Suporte técnico na execução do convênio federal** relativo à política de monitoração eletrônica, com foco no aumento do número de tornozeleiras e ampliação da equipe multidisciplinar
- > **Fortalecimento do Núcleo de Justiça Restaurativa** e ampliação da área de atuação - em andamento



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso; Encaminhamentos com base na lei estadual de reserva de vagas para pessoas em regime semiaberto; Programa Um Novo Tempo, desenvolvido pelas VEPs para pessoas em livramento condicional e semiaberto; Projeto Fábrica Escola, da sociedade civil, com qualificação profissional no semiaberto

DEPOIS

- > **Saúde mental:** apoio técnico a projeto piloto de **desinstitucionalização de pessoas em medida de segurança** – em articulação com o Judiciário, Executivos (Estadual e Municipais), Ministério Público, Defensoria Pública e sociedade civil
- > Articulação com o GMF sobre o **mapeamento nacional** realizado acerca dos Conselhos da Comunidade
- > Articulação com atores locais para **incidência no campo das políticas penais** (Conselho Estadual de Direitos Humanos, Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, OAB/CE e CDH da Assembleia Legislativa)
- > Execução penal: suporte ao GMF para **regularização de processos advindos do interior para a capital** em 2019
- > **Capacitação de equipes multidisciplinares** que realizam atendimento à pessoa egressa
- > Fomento na articulação de atores locais do Judiciário, Executivo e sociedade civil em andamento, com perspectiva de **constituição de Raesp**



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Ausência de NAI; Central de Vagas ausente de limite para ocupação; Núcleo de Justiça Restaurativa sem equipe própria e articulação restrita; Ausência de audiência concentrada e de programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida; Ações de profissionalização/aprendizagem limitadas

DEPOIS

- > **Regulamentação da Central de Vagas** quanto à ocupação taxativa das vagas, por meio de apoio técnico na elaboração de Portaria
- > Articulação visando a implementação do NAI por meio da celebração de **acordo de cooperação técnica** e regulamentação do fluxo interinstitucional com Judiciário, Executivo, Defensoria Pública, MP e Polícia Civil
- > Articulação visando a instituição de **fluxo de encaminhamento dos relatos de tortura** e maus-tratos na audiência de apresentação – em andamento
- > Fortalecimento e ampliação da atuação do **Núcleo de Justiça Restaurativa** por meio da inclusão do TJ no Projeto de Redes de Justiça Restaurativa e designação de equipe própria



Estrutura do GMF

ANTES

> Equipe com 1 desembargador supervisor e 1 juíza coordenadora, com nomeação por portaria

DEPOIS

- > **Equipe ampliada:** + 5 membros colaboradores da execução penal, de medidas socioeducativas e audiências de custódia, da capital e interior
- > Incremento da institucionalidade: por meio da Resolução 17/2019, que **reestrutura o GMF**
- > Incorporação de temas como **monitoração eletrônica, audiências de custódia e SEEU**
- > Ampliação do âmbito de atuação na **fiscalização do sistema socioeducativo**, com inclusão de magistrado da execução das medidas socioeducativas
- > **Inspeções judiciais regulares**, especialmente no período da pandemia



Programa Justiça Presente é apresentado a autoridades no TJDFT (maio/2019)
Crédito: Acácio Pinheiro / Agência Brasília

DISTRITO FEDERAL

Início das atividades do Justiça Presente: 31 de maio de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

16.773

556,27/100 mil habitantes (5°)

Presos provisórios

17,25%

(26°)

Déficit de vagas

9.375

(11°)

Razão preso/vagas

2,3

(6°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

8,35

(20°)

Acesso a trabalho

2.926

(17,44%)
(12°)

Acesso à educação

2.689

(16,03%)
(11°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

100%

(1°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

960

Taxa de internação por 100 mil habitantes

31,84

(2°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> SEEU com 100% dos processos (50 mil informados); Coleta biométrica compatível com o sistema nacional, realizada pela Polícia Civil, com 95% das identificações realizadas; Sem informações sobre documentação

DEPOIS

> **SEEU implantado** anteriormente ao Justiça Presente. Atualmente, **99,9% dos 45.605 processos** já migrados

> Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits com TJ e SJ em junho 2020. **Em andamento a pactuação** do Plano de Trabalho de Logística de Entrega e de Recebimento dos Kits com Seap. Previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020

> Articulada a **integração dos bancos de dados e sistemas com Instituto de Identificação** e TSE em setembro 2019

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Realizada em prédio da Polícia Civil com restrições de acesso a familiares; Rodízio de juízes de todas as varas durante os plantões; Sem atendimento multidisciplinar pré-audiência, e atendimento pós limitado; Rede de proteção social sem articulação e definição de fluxos; Preenchimento do Sistac limitado

DEPOIS

- > Publicação de regulamentação de **rodízio fixo de juízes criminais nos plantões**
- > **Capacitação de equipes psicossociais**, voltada à articulação de redes e reunindo profissionais do TJ, MP e Defensoria Pública
- > Fomento à **institucionalização de fluxos pré e pós para rede de proteção social**, com foco em saúde mental, uso de drogas e pessoas em situação de rua
- > Redução **do uso de algemas** – em 2015 era de 99,2%, em 2020, de 25%
- > **Aprimoramento do preenchimento do Sistac** (raça e gênero)
- > Articulação com MP em andamento para estabelecimento de **fluxos para relatos de tortura e maus-tratos**, além de qualificação de laudos
- > Projeto Diálogos na Custódia em construção – formalizado junto à Corregedoria. Proposta de encontros semanais entre equipes para debater **gênero, raça, saúde mental e política de drogas**
- > **Parceria** com Universidade de Brasília em construção, com foco no acompanhamento de cautelares

> Aumento na **concessão de liberdades provisórias (de 52% para 75%**, entre 2018 e 2020)



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

> Ausência de política estadual de alternativas penais - convênio em 2015 com o Depen de R\$ 2,5 milhões para implementação de CIAP; CME desde 2017, sem atendimento multidisciplinar; Convênio com o Depen de R\$ 890 mil para instalação de até 6 mil tornozeleiras eletrônicas

DEPOIS

- > Frente de diálogo iniciada com a Secretaria de Justiça na perspectiva de **projeto, sob comando da Funap, para implantação de CIAP** após cancelamento de convênio com o Depen por desistência do Executivo local
- > **Coleta de dados** junto ao Centro de Monitoração Eletrônica com vistas à incidência qualificada



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Ausência de política sistêmica de atenção à pessoa egressa – ações pontuais pela sociedade civil; Iniciativas pontuais de inserção produtiva pela Funap, com foco no regime aberto; Ausência de políticas judiciárias específicas sobre gênero, raça ou condição psicossocial

DEPOIS

- > Articulação iniciada para implantação de **Escritório Social** (Secretaria de Justiça e TJ)
- > **Escritório Social Virtual (piloto)**: levantamento de dados e serviços locais em andamento. Foco nas redes de educação, saúde, assistência social – incluindo georreferenciamento de dados
- > Incidência junto à Secretaria de Educação para **aperfeiçoamento do Programa Ler Liberta**, com foco na oferta de ensino à distância – em andamento
- > Articulação com Federações da Indústria e Comércio com incidência para a aproximação das ações da Funap, especialmente na **inclusão de egressos em projetos locais de inserção produtiva**



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Central de Vagas sem regulação efetiva; NAI com equipe multidisciplinar (limitações durante plantões); Comissão Intersetorial Sinase com pouca estrutura; Ausência de audiência concentrada; Programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida com fluxos limitados; Ações de profissionalização/aprendizagem realizadas com participação do Sistema S.

DEPOIS

- > Articulação para criação de **fluxo de atendimento aos adolescentes nos plantões** (TJ, MP e NAI) – em andamento
- > Realização de **webinário sobre a importância do NAI para o sistema de garantia** de direitos, com foco no fortalecimento da estrutura e subsídios para replicação da iniciativa
- > Apoio na **reinstalação da Comissão Intersetorial do Sinase** por meio de decreto – em andamento
- > Levantamento de informações preliminares sobre **ações de pós-medida, com incidência na estruturação de programa na área** – em andamento
- > Levantamento das experiências e ações realizadas pelo Sistema S no socioeducativo, com foco na **ampliação de públicos para além da internação** – em andamento
- > **Mapeamento das ações de profissionalização/aprendizagem**, com vistas à ampliação de iniciativas do sistema S e do IF Brasília, especialmente quanto ao ingresso – em construção



Estrutura do GMF

ANTES E DEPOIS

- > Estrutura física com 1 sala e 2 computadores; Equipe de trabalho se mescla com a da VEP



1ª Rodada de Encontros Locais sobre Audiências de Custódia (julho/2019)
Crédito: Lucilene Mol Roberto / Equipe Justiça Presente



Mutirão Carcerário - Atividade de formação de voluntários da ONU (dezembro/2019)
Crédito: Lucilene Mol Roberto / Equipe Justiça Presente

ESPÍRITO SANTO

Início das atividades do Justiça Presente: 22 de abril de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

23.470

584,03/100 mil habitantes (4°)

Presos provisórios

33,38%

(13°)

Déficit de vagas

9.686

(10°)

Razão preso/vagas

1,7

(17°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

11,08

(16°)

Acesso a trabalho

4.933

(2103%) (10°)

Acesso à educação

4.917

(20,95%) (8°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

100%

(1°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

855

Taxa de internação por 100 mil habitantes

21,28

(3°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 43.962 processos informados, em meio físico (15,84%) e no SEEU (84,16%); Coleta biométrica no ingresso ao sistema e nas movimentações pelas unidades; Levantamento da documentação civil das pessoas presas, com confecção quando necessário; Ausência de dados quanto ao % com documentação civil completa

DEPOIS

> **SEEU implantado** em março de 2019, com **100% dos 44.874 processos já migrados**

> Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com TJ e SJ em janeiro 2020, e Sejus em junho de 2020**, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020

> Articulada a **integração dos bancos de dados e sistemas com Instituto de Identificação e TSE** em outubro de 2019

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Estrutura arquitetônica com restrições, funcionando dentro do complexo penitenciário; Equipe multidisciplinar no atendimento pré e pós com necessidade de aperfeiçoamento; Sem preenchimento do Sistac; Insumos emergenciais: alimentação, vestuários, calçados e absorventes íntimos

DEPOIS

- > Fomento à **implementação de plantões de flagrantes no interior** – diálogos com GMF e Executivo – em andamento
- > **Implementação do Sistac em todo o estado** – fevereiro de 2020
- > **Roteiro de perguntas acessíveis orientadoras para o ato** da audiência em andamento (adequação à Resolução CNJ 213/2015)
- > **Qualificação da atenção das equipes psicossociais**, com duas rodadas de encontros presenciais realizadas
- > **Banco de intérpretes** junto à SEDH e fluxo para atenção às demandas – em construção
- > Levantamento de demanda de **insumos básicos nas delegacias**, a ser encaminhado ao MP para subsidiar atuação – em andamento
- > Fomento à **realização das audiências de custódia em casos de mandados de prisão**, com levantamento de indicadores – em andamento
- > Articulação com a Justiça Federal para adequações voltadas ao **aprimoramento das audiências de custódia na esfera federal**
- > Proposta de **formação permanente junto à Escola de Magistratura e GMF** sobre as temáticas afetas à audiência de custódia em elaboração, envolvendo desde magistrados a equipes técnicas
- > Elaboração de Nota Técnica com recomendações para o aprimoramento das análises de APFs no estado



Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa

ANTES

> Atuação em alternativas penais restrita à Vepema; Atuação pelo Executivo com necessidade de aperfeiçoamento; CME implantada em 2013, sem equipe multidisciplinar; Ausência de convênio com Depen – serviços na área não contam com recursos federais

DEPOIS

- > **Alternativas penais: projeto para implantação de 7 CIAPs**, no âmbito de cooperação com o BID, com possibilidade de recursos do Depen para financiamento de equipes – em elaboração
- #### Monitoração Eletrônica
- > Articulação para obtenção de recursos do Depen para o **aporte de equipes psicossociais**
 - > Levantamento e análise do histórico recente de atuação da CME, com elaboração de documento de referência com **sugestões de adequações do modelo** (ACT, Comitê Gestor e capacitação técnica de equipes)
 - > **Justiça Restaurativa:** ações para ampliar o escopo de atuação no âmbito do sistema prisional em elaboração



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Programa Estadual de Ressocialização de Presos e Egressos do Sistema Prisional implementado pelo Executivo e foco na inserção produtiva; Estado pioneiro na implantação do Escritório Social, com ajustes necessários na gestão compartilhada entre Judiciário e Executivo

DEPOIS

> **Escritório Social:** acompanhamento da atuação e documento de referência com indicadores de processos e de resultados, inclusive quanto à alimentação e disponibilização de dados; Apoio a alinhamento do serviço com **diretrizes do CNJ e implementação de metodologias;** Articulação com as equipes dos estabelecimentos penitenciários para otimizar interlocução

> **Cidadania:** iniciativas realizadas com foco em políticas de educação: revisão do Plano Estadual de Educação no Sistema Prisional; Formação continuada realizada pela UFES com 280 profissionais da educação; Fomento à institucionalização de parceria existente entre Defensoria Pública e universidades para incentivar leitura em prisões



Sistema Socioeducativo

ANTES

> NAI em funcionamento; Sem Central de Vagas; Comissão Intersetorial do Sinase em funcionamento; Acesso a direitos durante o cumprimento da medida; Ausência de audiência concentrada; Sem programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida; Ações de profissionalização e aprendizagem

DEPOIS

> Em elaboração, **documento de referência para atuação do NAI** (Defensorias Pública, Ministério Público, Polícia Civil e Judiciário). Foco em indicadores e convergências para valorização do meio aberto

> **Justiça Restaurativa:** fomento à realização de práticas no âmbito do socioeducativo – em elaboração

> **Organização da gestão de vagas** em andamento, por meio de revisão dos fluxos e procedimentos atualmente adotados – em andamento

> Diálogo com **as redes de assistência e de educação**, identificando-os como atores relevantes do processo de prevenção

> Fortalecimento e retomada da **Comissão Interinstitucional do Sistema Socioeducativo**, composta por representantes do Executivo, Judiciário, MP, Defensoria Pública e CRIAD – em andamento

> Política de educação: em elaboração **iniciativas com vistas à formação continuada**



Estrutura do GMF

ANTES

> **Sistema Carcerário:** equipe de trabalho com 1 servidor e 2 estagiários; Estrutura física adequada; Incidência em políticas penais; Plano de trabalho anual; Governança e atuação em rede; Gestão compartilhada do Escritório Social

> **Socioeducativo:** estrutura física adequada; Atuação direta no NAI; Atuação na Comissão Interinstitucional criada em resposta à CIDH

DEPOIS

> **Equipe ampliada** (+ 1 servidor)

> Proposta para qualificar o **Plano de Trabalho Anual**

> **Comissão Interinstitucional do Sistema Prisional e participação nos grupos de trabalhos** criados para elaboração de proposta de criação das CIAPs e CME

> Proposta de Plano de Ação para **práticas de justiça restaurativa** no sistema prisional e socioeducativo

> Comissão intersetorial do **Sistema Socioeducativo**



Reunião de pactuação do programa Justiça Presente no TJGO (abril/2019)
Crédito: Aline Caetano/TJGO

GOIÁS

Início das atividades do Justiça Presente: 22 de abril de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

25.950

369,74/100 mil habitantes (7°)

Presos provisórios

40,54%

(7°)

Déficit de vagas

11.842

(7°)

Razão preso/vagas

1,8

(15°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

16,57

(9°)

Acesso a trabalho

4.126

(15,90%) (14°)

Acesso a educação

2.155

(8,30%) (19°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

87%

(18°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

380

Taxa de internação por 100 mil habitantes

5,41

(21°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 55.803 processos informados, sendo 79,54% em meio físico e 20,46% no sistema PJD; Coleta biométrica pelo Instituto de Identificação, em ferramenta compatível para integração nacional; Patronato com mutirões para emissão de RG das pessoas em cumprimento de pena

DEPOIS

- > **SEEU implantado** em 13 de agosto, com **99,4% dos 57.591 processos** já migrados
- > Pactuado o **plano de trabalho** de Logística de Entrega e de Recebimento dos Kits **com TJ e SJ em janeiro 2020, e com a DGAP em fevereiro de 2020**, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020
- > Articulada a **integração dos bancos de dados e sistemas com Instituto de Identificação e TSE** em setembro 2019
- > Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Estrutura arquitetônica restrita; Sem Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada; Ausência de rede de proteção social e de fluxo com CIAP; Sistac preenchido por cada unidade judiciária

DEPOIS

- > **Implementação da Vara Única** de audiência de custódia com coordenação própria (Resolução 126 TJ/2020)
- > Implementação do **Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada**, com atendimento pós por assistentes sociais e psicólogos (Resolução 126 TJ/2020) – em andamento
- > Celebração de **termo de cooperação técnica** entre TJ e a Prefeitura de Goiânia para composição da equipe psicossocial na Vara Única – em andamento
- > Fortalecimento e articulação de rede de proteção social, com **mapa da rede de proteção social local SUS e SUAS** e interlocução com instituições de atendimento com foco em consumo de álcool e outras drogas – em andamento
- > Definição de **fluxos de atendimento no âmbito da audiência de custódia com a CIAP**: encaminhamento para a rede de proteção social e monitoramento dos casos – em andamento
- > Qualificação e expansão de **preenchimento do Sistac**
- > **Prevenção à tortura**: estabelecimento e melhoria de fluxos para relatos de casos, com elaboração de plano de ação, incidências junto ao IML para acompanhamento de perícias e articulação com atores institucionais – incluindo o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, a Comissão de Direitos Humanos da OAB e o Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

> Duas Centrais de Alternativas Penais; CME implementada em 2014, sem equipe multidisciplinar; Em dezembro de 2013, convênio entre Depen e Executivo de R\$ 1,6 milhão, com suplementação de R\$ 1,2 milhão e vigência prorrogada até março de 2020

DEPOIS

- > Ampliação ou contratação de **equipe multidisciplinar** (em processo de suplementação do convênio) – em andamento
- > Celebração de **acordo de cooperação técnica** para qualificar a execução das alternativas penais, com participação do TJ, MP, Defensoria Pública e DGAP
- > Implantação de **Comitê Gestor**, com a participação do TJ, MP, Defensoria Pública e DGAP – em andamento
- > Ampliação ou implantação de equipe multidisciplinar via novo convênio com Depen – em andamento



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Ausência de política estadual de atenção à pessoa egressa; Patronato com estrutura e equipe limitados; Políticas específicas de acompanhamento em saúde mental com programa Paili

DEPOIS

> Suporte técnico para elaboração do **Plano de Inclusão Produtiva da Gerência de Educação**, Módulo de Respeito e Patronato, publicado em julho de 2020

> Mobilização de **Conselhos da Comunidade** dos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia para interlocução com GMF



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Central de Vagas; Plantão Integrado Interinstitucional semelhante ao NAI; Grupo Executivo de Apoio a Crianças e Adolescentes; Sem audiência concentrada; Ausência de programa de acompanhamento pós-medida; Pactuação com o Sistema S para profissionalização e aprendizagem

DEPOIS

Porta de entrada

> Diagnóstico sobre o funcionamento da **Central de Vagas**

> Instituição de **Grupo de Trabalho interinstitucional para implantação do NAI**, com participação do TJ, MP, Defensoria Pública e Executivo – em andamento

Execução

> Construção da **Comissão Intersetorial do Sinase**, com articulação envolvendo TJ, MP, Defensoria Pública e Executivo – em andamento

> Suporte técnico para elaboração de **Plano de Ação em Saúde Mental** com foco na desinstitucionalização, com participação de Secretaria de Saúde, Secretaria de Desenvolvimento Social, Superintendência do Socioeducativo e Defensoria Pública – em andamento

Porta de saída

> Articulações com TJ, Secretaria de Desenvolvimento Social e Superintendência do Socioeducativo para implantação da **audiência concentrada** – em andamento

> Diagnósticos junto aos Creas de **acompanhamento ao adolescente pós-medida** e de ações de **profissionalização/aprendizagem**



Estrutura do GMF

ANTES e DEPOIS:

> Equipe de trabalho própria, com duas servidoras administrativas e 11 magistrados; Boa estrutura física



Articulação com o Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia (fevereiro/2020)
Crédito: Assessora de Comunicação do IEMA



Assinatura convênio entre TJ e 2ª VEP para execução das atividades na Ciapis (agosto/2019).
Crédito: Seap

MARANHÃO

Início das atividades do Justiça Presente: junho de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

12.387

175,08/100 mil habitantes (24°)

Presos provisórios

35,79%

(11°)

Déficit de vagas

3.042

(22°)

Razão preso/vagas

1,3

(26°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

2,42

(26°)

Acesso a trabalho

4.378

(%)
(2°)

Acesso a educação

6.895

(55,66%)
(1°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

98%

(9°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

305

Taxa de internação por 100 mil habitantes

4,31

(25°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 24.219 processos informados (18% em meio físico e 82% em eletrônico); Coleta biométrica das pessoas privadas de liberdade sem carteira de identidade; Programa Começar de Novo na regularização da documentação civil básica de apenados e egressos

DEPOIS

> **SEEU implantado** em agosto de 2019, com **100% dos 24.189 processos** já migrados

> Pactuado o **Plano de Trabalho** de Logística de Entrega e de Recebimento dos Kits **com TJ e Seap em janeiro 2020, e SJ em julho de 2020**, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020

> Em andamento articulação da **coleta biométrica do passivo com a Seap e o TJ**

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Estrutura arquitetônica insuficiente; Ausência de serviço de atendimento à pessoa custodiada; Sem fluxos com a rede de proteção social; Sistac não utilizado; Revezamento de juízes

DEPOIS

- > Implementação do **Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada:** atendimento social pré-audiência
- > Qualificação da equipe do serviço de atendimento à pessoa custodiada, com criação do **instrumento de entrevista e banco de dados estatísticos**
- > Em andamento, qualificação do fluxo de encaminhamento nos **atendimentos pós-audiência**, com mapeamento da rede de proteção social do município de São Luís
- > Instituição de **grupo fixo de juízes criminais e de juiz coordenador** das audiências de custódia
- > **Preenchimento regular e diário do Sistac** para todas as audiências de custódia
- > Mapeamento do **fluxo de apresentação** da pessoa custodiada
- > Mapeamento do status das **audiências de custódia no interior**
- > Criação do **Comitê sobre Tortura e Maus-tratos** no âmbito das audiências de custódia – em andamento



Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa

ANTES

> Projeto da Ciapis a partir de convênio com Depen de R\$ 2,8 milhões; Supervisão de Monitoração Eletrônica (Executivo, TJ e Ministério Público); Convênio com Depen de R\$ 2,1 milhões para a execução da política no estado

DEPOIS

- > **Implantação e fortalecimento da Ciapis:** parceria entre TJ e Seap; Capacitação de equipes técnicas e implantação de grupos reflexivos (Pequenos Furtos e Tráfico de Drogas)
- > Inclusão de **dotação orçamentária no PPA** para fortalecimento da Política
- > Inserção de cursos e seminários sobre **alternativas penais na grade curricular da Escola de Magistratura**
- > Implantação de **Núcleo de Justiça Restaurativa** (Resolução 55/2020 TJ) com a coordenação de três juízes e estruturação de equipe técnica multidisciplinar
- > Celebração de termo de cooperação técnica para **formação continuada de magistrados e servidores do Sistema de Justiça e Executivo** (GMF, TJ, Seap e Escola de Magistratura) – em construção
- > Contratação de **equipe multidisciplinar para a CME** por meio de convênio Depen – em andamento
- > Suporte técnico para **suplementação do convênio federal** relativo à Política Estadual
- > Em construção: estabelecimento **de fluxos/ protocolos com as audiências de custódia**



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

- > Política de atenção à pessoa egressa limitada – equipe reduzida e necessidade de qualificação da metodologia; Programa Começar de Novo sem enfoque em inserção produtiva

DEPOIS

- > Execução de projeto piloto de **atendimento a pessoa pré-egressa**, egressa e seus familiares – parceria entre UMF (TJ), Executivo Estadual (Seap) e Executivo Municipal (SEMCAS)
- > Reordenamento das ações do **Programa Começar de Novo**, com ênfase na empregabilidade de pessoas egressas
- > Inclusão de **dotação orçamentária no PPA (2020-2023)** para o fortalecimento das ações com pessoas egressas e suas famílias
- > Articulação e institucionalização da Raesp (em andamento)
- > **Qualificação de equipes psicossociais** nas metodologias de individualização do atendimento à pessoa egressa e pré-egressa
- > **Implantação da Cooperativa Cuxá** (parceria com o Instituto Humanista 360)
- > Inserção de 30 apenados nas **bolsas de estudo EAD** da Fundação Pitágoras e Cogna
- > Revisão do Provimento da Corregedoria de Acompanhamento das **Medidas Terapêuticas Aplicáveis às Pessoas com Transtornos Mentais em Conflito com a Lei** – foco no acompanhamento de processos e desinternações
- > Retomada do **Comitê Gestor PNAISM** – Articulação com todos os municípios com unidades prisionais para adesão à Política de Saúde Prisional
- > Instalação do Comitê Gestor (1ª VEP e Seap) do Programa “Trabalho com Dignidade” para o monitoramento da Portaria Conjunta nº 01/2019 que visa fomentar a **expansão de vagas de trabalho para as pessoas presas** e garantir o adequado acompanhamento desse processo, com foco na ressocialização e reinserção social digna
- > Em andamento: Suporte técnico para elaboração de **Plano Estadual de Educação Prisional**



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Sem Central de Vagas; Ausência de Comissão Intersetorial do Sinase; Programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida com restrições; Ações de profissionalização/aprendizagem no meio fechado

DEPOIS

Porta de entrada

- > Realinhamento do Projeto de **Central de Vagas**, com mobilização do TJ, MP, Defensoria e Executivos estadual e municipal – em andamento
- > Revisão e Monitoramento do **Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo** (Comissão Intersetorial do Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes)
- > Suporte técnico em andamento para termo de cooperação técnica entre TJ, Instituto de Educação e SEMCAS para **oferta de cursos profissionalizantes pós-medida**

Execução

- > Articulação com a Funac e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente para **instituição da Comissão Intersetorial do Sinase**
- > Articulação com a Casa Civil e a Sedes visando assegurar co-financiamento aos municípios para o **fortalecimento das Medidas Socioeducativas no Meio Aberto**
- > Instalação, em julho de 2020, do **Núcleo de Justiça Restaurativa** pela Coordenadoria da Infância e Juventude
- > Em andamento, construção de **termo de cooperação técnica** entre TJ, CIJ e Escola de Magistratura para realização de cursos em temas do socioeducativo



Estrutura do GMF

ANTES

> Equipe de trabalho com 18 servidores, com sobreposição de tarefas; Boa estrutura física

DEPOIS

- > **Qualificação da gestão de pessoas, espaço físico reformado** e aquisição de novos equipamentos (computadores, telefones, kit multimídia) e veículo próprio
- > **Incidência em todas as políticas fomentadas** pelo Justiça Presente e fortalecimento das fiscalizações (inspeções) nas Unidades Prisionais e Socioeducativas
- > Qualificação da rede com **atuação interinstitucional** junto à Defensoria Pública, MP, Executivo e organizações da sociedade civil



Apresentação do Escritório Social ao Governo do Estado (julho/2019)
Crédito: Coordenadoria de Comunicação TJMT



Oficina de compartilhamento de experiências na Política de Alternativas Penais (setembro/2019)
Crédito: Coordenadoria de Comunicação TJMT

MATO GROSSO

Início das atividades do Justiça Presente: 9 de abril de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

12.562

360,51/100 mil habitantes (9°)

Presos provisórios

45,06%

(3°)

Déficit de vagas

3.853

(20°)

Razão preso/vagas

1,4

(23°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

7,96

(22°)

Acesso a trabalho

2.089

(16,33%) (13°)

Acesso à educação

2.868

(22,83%) (5°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

92%

(15°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

108

Taxa de internação por 100 mil habitantes

3,10

(26°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 44.654 processos informados, em meio físico (97,6%) e no SEEU (2,4%); Sem coleta biométrica das pessoas privadas de liberdade; Iniciativas para documentação civil – sem informações quanto a tipos de documentos e percentual da população carcerária atendida

DEPOIS

> **SEEU implantado** em março de 2019, com **100% dos 42.461 processos já migrados**

> Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com TJ e SJ** em janeiro 2020 e **com Sesp** em junho de 2020, com **previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro** de 2020

> Em andamento a **coleta biométrica do passivo com a Sesp e TJ**

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Equipe multidisciplinar para atendimento pré; Sem fluxos bem estruturados com outras instituições; Preenchimento periódico do Sistac na capital e em algumas comarcas

DEPOIS

- > Implementação do **serviço de atendimento pós-audiência** na capital (dezembro de 2019), com desenvolvimento de plano de trabalho, capacitação e elaboração de instrumentos de atuação
- > **Ampliação da equipe** de servidores, **qualificação do atendimento psicossocial** e atualização no fluxo interno
- > Disseminação e fortalecimento dos **fluxos com os serviços da rede de proteção social**
- > **Insumos:** disponibilização permanente de roupas aos custodiados
- > Iniciativa em andamento para **capacitação de magistrados e peritos para enfrentamento da tortura** (prevenção, identificação e documentação) – início previsto para outubro de 2020
- > Atualização de **termo de cooperação técnica entre Judiciário e Executivo**, no segmento da parceria do Projeto Audiência de Custódia
- > Processo formativo sobre uso de drogas e encaminhamentos para rede de proteção social, com **roda de diálogo entre Judiciário, Executivo e sociedade civil**



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

> Ausência de política estadual de alternativas penais e de convênio com o Depen; Sem CIAP; CME em funcionamento com abrangência estadual, sem equipe psicossocial

DEPOIS

- > Inserção da pauta das alternativas penais **no PPA, na LDO e na LOA** do estado
- > Disponibilização de **quatro novas equipes psicossociais** pelo TJ para acompanhamento das alternativas penais, sendo duas alocadas no pós-audiência
- > Fomento a criação de **Grupo de Trabalho de Alternativas Penais**, em fevereiro de 2020, com representantes do Judiciário, Executivo e do Programa Justiça Presente
- > Suporte técnico ao projeto para o **convênio federal relativo à política estadual de monitoração eletrônica**



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Patronato Penitenciário, sem metodologia do Escritório Social – estrutura e equipe com necessidade de aperfeiçoamento; Escola Nova Chance com ações de ensino no sistema penitenciário

DEPOIS

Escritório Social

- > **Acordo de cooperação técnica** para implantação assinado (CNJ/TJ/Governo do Estado/ Fundação Nova Chance). Reestruturação das instalações e capacitação de equipes
- > Apoio técnico para facilitação de **convênio com Depen** e doação de insumos para funcionamento
- > **Plano de trabalho construído conjuntamente** pelo Judiciário, Executivo, sociedade civil e o Justiça Presente
- > **Implantação da metodologia pré-egresso**, com pactuação em todas as unidades prisionais da capital
- > Construção de fluxos e **pactuação de serviços com rede de proteção**, com pontos focais em Secretarias Estaduais – em andamento

Políticas de cidadania

- > **Fortalecimento da PNAISP**, com instituição de Comitê Gestor e incidência política do GMF junto à Assembleia Legislativa e no Executivo
- > Fomento a projetos de **remição de pena pela leitura e fortalecimento dos Conselhos da Comunidade** – em andamento
- > Articulação e **institucionalização da Raesp** em andamento, com reuniões periódicas
- > Processo formativo sobre drogas e encaminhamentos para rede de proteção social, com roda de **diálogo entre Judiciário, Executivo e sociedade civil**



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Central de Vagas sob responsabilidade do Executivo; NAI na capital; Sem Comissão Intersetorial do Sinase; Ausência de audiência concentrada e de programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida; Ações pontuais de profissionalização e aprendizagem

DEPOIS

- > Em andamento, apoio técnico para elaboração do Programa de **Acompanhamento ao Adolescente Pós-Medida** realizado pelo Executivo Estadual
- > Acordo de cooperação técnica para promoção de programas de **aprendizagem e cursos de qualificação profissional** em elaboração, com participação do TJ, Ministério Público, MPT, Defensoria Pública, Executivo e Sistema S



Estrutura do GMF

ANTES

> Ausência de equipe técnica e de estrutura física

DEPOIS

- > **Equipe técnica instalada** (2 servidores da Sesp + 1 servidora do TJ)
- > **Instalação de estrutura física:** 2 salas, 4 estações de trabalho e mesa de reuniões
- > **Incidência em todas as políticas penais** fomentadas pelo Justiça Presente
- > Inclusão de **3 magistrados do socioeducativo** na composição oficial
- > **Plano de trabalho** bienal construído
- > **Rede de parceiros** com instituições do Executivo, Legislativo e Judiciário, além de organizações da sociedade civil



Reunião com GMF para elaboração do provimento de medidas terapêuticas aplicadas a pessoas com transtornos mentais (agosto/2019) Crédito: Equipe COVEP/GMF/MS



Ações de acompanhamento e aporte técnico ao projeto Pintando e Revitalizando (dezembro/2019) Crédito: Equipe COVEP/GMF/MS

MATO GROSSO DO SUL

Início das atividades do Justiça Presente: 15 de maio de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

17.834

360,51/100 mil habitantes (10°)

Presos provisórios

23,46%

(24°)

Déficit de vagas

9.786

(9°)

Razão preso/vagas

2,2

(7°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

25,23

(4°)

Acesso a trabalho

6.564

(36,81%) (1°)

Acesso à educação

1.827

(10,24%) (18°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

100%

(1°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

256

Taxa de internação por 100 mil habitantes

9,21

(14°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> e-SAJ com 100% dos processos (72.423 informados); Projeto de biometria na Central de Execução de Penas Alternativas na capital e na VEP de Nova Alvorada do Sul; Atendimento limitado de demanda por documentos (cerca de 50%)

DEPOIS

> **SEEU implantado** em novembro de 2019, com **100% dos 40.557 processos já migrados**

> Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com TJ** em janeiro de 2020, **SJ** em fevereiro de 2020 e **Agepen** em junho de 2020, com **previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro** de 2020

> Articulada a integração dos bancos de dados e sistemas

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Equipe de atendimento reduzida e sem equipe multidisciplinar; Ausência de fluxos com redes de proteção social; Ausência de insumos para atendimento emergencial; Sem preenchimento do Sistac; Estrutura física limitada e sem espaço para defensor e advogado; Mais de 50 juízes cíveis em rodízio

DEPOIS

- > **Coordenadoria de Audiência de Custódia** criada por meio de ato normativo, com fluxos de atendimento psicossocial, periodicidade e equipe de saúde
- > **Expansão do espaço físico** (secretaria, atendimento psicossocial, defesa, sala de espera)
- > **Equipe ampliada** (assessoramento e assistência)
- > **Equipe psicossocial (pré e pós)** a partir de outubro de 2019. Inovações: questionários com coleta de dados sobre saúde, situação profissional e de moradia
- > **Rede de proteção social articulada** por meio da nova equipe psicossocial, com fluxos operacionais
- > **Rodízio fixo** com 12 **juízes criminais via** ato normativo
- > **Sistac implementado na capital**, com capacitação de servidores
- > **Novos insumos:** alimentação aos custodiados e à escolta
- > **Prevenção e Combate à Tortura e Maus-tratos:** convênio com a Sejusj para alocação de médico legista nas dependências do Fórum



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

> Ausência de política estadual e de convênio com o Depen; Central de Penas Alternativas com estrutura enxuta e vinculada à 2ª VEP, com responsabilidade de acompanhar processos e encaminhar para prestação de serviços à comunidade; Serviço de monitoração executado pela Unidade Mista de Monitoramento Virtual Estadual – convênio com o Depen de R\$1,8 milhão até fevereiro de 2020

DEPOIS

- > Articulação na obtenção de aporte financeiro no PPA para a implementação da **Central Integrada de Alternativas Penais**, com alocação de recursos
- > Implantação de **Comitê Gestor** para política estadual de alternativas penais, já deliberada pelo GMF
- > Articulação para celebração de **acordo de cooperação técnica** para implementação de CIAP (TJ e Executivo estadual e municipal) – em andamento
- > **Ampliação de equipe** multidisciplinar em monitoração eletrônica e estabelecimento de **fluxos/protocolos** com a audiência de custódia



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Patronatos penitenciários e Conselhos da Comunidade que não desempenham funções de Escritório Social; Projetos de inserção laboral com presos do semiaberto por meio de parceria entre o TJ, Agepen e Conselho da Comunidade

DEPOIS

Escritório Social

- > **Acordo de cooperação técnica** entre TJ, CNJ e Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário para implantação; Reforma de espaço físico - em andamento
- > Apoio técnico para facilitação de **convênio com Depen** e doação de insumos para funcionamento
- > Articulação para **aporte financeiro no PPA para a implementação** de Escritório Social, publicado em dezembro de 2019

Políticas de cidadania

- > Apoio à elaboração de provimento da Corregedoria que resultou na **implantação de equipe EAP**
- > Acompanhamento e aporte técnico ao **Projeto Pintando e Revitalizando a Liberdade** realizado pela 2ª VEP de Campo Grande, tendo como perspectiva as diretrizes que orientam as políticas de cidadania
- > Atuação para a implementação da Resolução CNJ 287/2019 e nota técnica Depen sobre o **encarceramento indígena**. Levantamento de dados, procedimentos para consulta prévia, metodologia para mutirão com réus e condenados indígenas, e proposta de regulamentação para serviços auxiliares ao TJ

Inclusão produtiva

- > Fomento à **Inclusão Produtiva**, por meio de projetos junto às Varas de Execuções Penais e Agepen - em andamento



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Ausência de NAI e de Central de Vagas; Sem audiência concentrada; Comissão Intersetorial do Sinase com atuação na capital

DEPOIS

- > Articulação para minuta de **portaria estabelecendo a oferta do serviço de Central de Vagas**, a ser elaborada conjuntamente com Ministério Público, Defensoria Pública, Tribunal de Justiça e Executivo
- > Fomento à **qualificação das informações estaduais** relacionadas ao socioeducativo, por meio de sensibilização de magistrados
- > Ampliação da incidência da **Comissão Intersetorial do Sinase** para a esfera estadual - em andamento



Estrutura do GMF

ANTES

> Estrutura e equipe reduzida (2 servidores do TJ e 1 cedido para atividades pontuais)

DEPOIS

- > **Equipe ampliada** para 3 servidores do TJ e 1 cedido para atuação direta
- > Incidência em todas as **políticas penais** fomentadas pelo Justiça Presente, com **plano de trabalho ampliado** para as pautas do programa e outros temas relacionados
- > **Criação do GMF Socioeducativo**. Construção do Plano de trabalho, com inserção das ações do Justiça Presente, além de aporte de uma servidora
- > **Atuação interinstitucional** junto à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Executivo estadual e municipal



CNJ apresenta programa Justiça Presente a representantes do TJMG (fevereiro/2019)
Crédito: Gil Ferreira/Agência CNJ



Encontro regional de biometria e documentação civil (outubro/2019)
Crédito: Lucas Miranda / Justiça Presente

MINAS GERAIS

Início das atividades do Justiça Presente: 15 de maio de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

74.844

175,08/100 mil habitantes (25°)

Presos provisórios

38,86%

(8°)

Déficit de vagas

33.271

(10°)

Razão preso/vagas

1,8

(16°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

11,62

(13°)

Acesso a trabalho

21.458

(28,67%) (5°)

Acesso à educação

10.315

(13,78%) (12°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

100%

(1°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

1.524

Taxa de internação por 100 mil habitantes

7,20

(18°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 187.561 processos informados, em meio físico (30%) e no SEEU (70%); Coleta biométrica digital durante admissão no sistema prisional; Levantamento da documentação civil de todos os privados de liberdade

DEPOIS

- > **SEEU implantado** antes do Justiça Presente. Atualmente, **99,8% dos 178.863 processos em meio eletrônico**
- > Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com SJ em junho 2020, com TJ em julho de 2020**. Em andamento a pactuação com Seap. Previsão de **entrega dos kits biométricos a partir de outubro** de 2020
- > Articulada a **integração dos bancos de dados** e sistemas com Instituto de Identificação e TSE em novembro de 2019
- > Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

- > Estrutura arquitetônica com necessidade de aprimoramento; Sem atendimento prévio e o posterior com restrições; Encaminhamentos à CIAP restritos à caso da Lei Maria da Penha

DEPOIS

- > Aperfeiçoamento do **serviço e atendimento pós da pessoa custodiada** em andamento
- > Assessoria à Secretaria de Justiça e Segurança Pública na elaboração da **Central Integrada de Medidas Extra-Custódia**, com atendimento prévio e qualificação do atendimento pós-audiência
- > Apoio na implantação do **Programa de Atenção ao Portador de Sofrimento Psíquico PAI PJ/TJMG** na audiência de custódia na capital
- > Capacitação das equipes que atuam com **população em situação de rua, saúde mental e redução de danos** em andamento
- > Apoio para manutenção de **juízes fixos em dias úteis e de rodízio de juízes criminais nos plantões**
- > Monitoramento e aperfeiçoamento do uso do **Sistac** na capital
- > Apoio no aperfeiçoamento da **padronização do atendimento da defesa** antes da audiência
- > Apoio na elaboração de protocolo de **combate à tortura e maus-tratos**, em parceria com MP, para melhoria dos fluxos durante e após-audiência de custódia em andamento
- > Plano de trabalho elaborado, em andamento, com a Central de Alternativas Penais para **ajustes nos fluxos e metodologia** de trabalho
- > Implementação efetivada do **GT sobre Audiência de Custódia e Rede de Proteção Social** em Belo Horizonte, vinculado ao GMF, envolvendo mais de 60 atores do Sistema de Justiça, da proteção social e da universidade. Foco no atendimento das pessoas em cumprimento de medidas cautelares diversas da prisão que estejam em situação de rua, em uso abusivo de substâncias psicoativas, em situação de sofrimento mental e pessoas LGBTI



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

- > Programa de Acompanhamento de Alternativas Penais desde 2003, com centrais em 16 municípios e recursos do Depen de R\$7,8 milhões; Diretoria de Atendimento ao Flagranteado, com apoio técnico e multidisciplinar; Política de monitoração eletrônica desde 2012, com estrutura física própria na capital e polos em 6 municípios; Serviço de monitoração sem recursos do Depen

DEPOIS

- > **Capacitações de equipes técnicas** com foco em experiências na porta de entrada
- > **Plano de trabalho para integração das CIAPs** na porta de entrada
- > Inclusão de equipe psicossocial da Central de Monitoração Eletrônica (UCME) nos fluxos do Grupo de Trabalho Audiência de Custódia e Rede



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Programa de Inclusão Social de Egressos do Sistema Prisional (PrEsp) em 11 municípios; Políticas específicas sobre saúde mental, trabalho, profissionalização e ensino

DEPOIS

Escritório social

- > Articulação para implantação de **Escritório Social no município de Alfenas** – em andamento
- > Raesp: articulação e **institucionalização da Raesp** em andamento

Cidadania

- > Minuta sobre **alas específicas para a população LGBTI** no sistema prisional entregue à Sejus
- > Grupo de Trabalho sobre **Pessoas com Sofrimento Mental no Sistema Prisional** constituído



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Ausência de Central de Vagas; NAI em funcionamento; Comissão Intersetorial do Sinase; Ausência de audiência concentrada; Programa de acompanhamento do adolescente pós-medida suspenso; Ausência de ações de profissionalização e aprendizagem

DEPOIS

- > **Central de Vagas:** articulação entre TJ, Suase, MP e Defensoria Pública para elaboração de Resolução Conjunta voltada à implantação e regulamentação da Central de Vagas no Executivo Estadual, com previsão para outubro de 2020
- > **NAI:** sistematização da experiência do CIA para compartilhamento da metodologia nacionalmente
- > Retomada gradual de programa de **acompanhamento do adolescente pós-medida** (Programa Se Liga) no âmbito do Poder Executivo, com foco na prevenção



Estrutura do GMF

ANTES

> Equipe de servidores vinculada ao Programa Novo Rumos atuando nas pautas do GMF, PAI-PJ e Apacs

DEPOIS

- > **Equipe de servidores exclusiva** na assessoria do GMF
- > Publicada **resolução para separação de competências** dos magistrados e equipes para cada um dos programas que compõem o Novos Rumos
- > Ampliação dos **espaços de governança e atuação em rede** em temas como saúde mental, LGBTI+, audiências de custódia
- > **Criação de 3 GTs:** Audiência de Custódia, Saúde Mental, LGBTI+ – todos com participação do MP, DP, Executivo estadual e municipal



Encontro regional no TJPA para ações de biometria e documentação civil (novembro/2019)
Crédito: Érika Nunes/TJPA

PARÁ

Início das atividades do Justiça Presente: 13 de maio de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

21.279

247,35/100 mil habitantes (23°)

Presos provisórios

27,37%

(19°)

Déficit de vagas

11.080

(8°)

Razão preso/vagas

2,1

(9°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

42,30

(1°)

Acesso a trabalho

1.555

(7,31%)
(21°)

Acesso à educação

1.586

(7,45%)
(21°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

98%

(9°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

433

Taxa de internação por 100 mil habitantes

5,03

(23°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 24.874 processos informados, em meio físico (20%) e no SEEU (80%); Sem coleta biométrica das pessoas privadas de liberdade; Levantamento da documentação civil das pessoas presas e de seus familiares, com a emissão de 2.884 documentos em 2017

DEPOIS

- > **SEEU implantado** em maio de 2019, com **99,5% dos 35.005 processos** já migrados
- > Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com TJ e Seap em janeiro de 2020 e SF em junho de 2020**, com previsão de **entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020**
- > Articulada a **coleta biométrica do passivo com a Seap e TJ** em janeiro de 2020
- > Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Estrutura arquitetônica com restrições; Ausência de atendimento multidisciplinar e de fluxos com a rede de atenção social; Preenchimento do Sistac com necessidade de aprimoramento

DEPOIS

- > **Material de apoio para juízes sobre proteção social**, com mapas e fluxos sobre serviços disponíveis na capital e a ser adaptado para comarcas do interior
- > **Serviços e fluxos de atendimento à pessoa custodiada** implementado, com instrumentos de qualificação desenvolvidos; Atendimento pré universal; Atendimento pós-audiência; Capacitação remota da equipe; destinação de sala para amamentação
- > **GT em rede de proteção social estadual** iniciado em janeiro de 2020
- > **Carta com informações sobre proteção social** para acompanhar alvará de soltura em utilização
- > Núcleo de **equipes multidisciplinares do TJ para diálogo e troca de experiências** em funcionamento, a fim de dar suporte às equipes
- > **Tortura e maus-tratos**: roteiro e material de apoio a juízes elaborado com base na Resolução CNJ 213/2015 destinado a juízes plantonistas, também em comarcas do interior
- > **Protocolo de Prevenção e Combate à Tortura**, elaborado a pedido da presidência do TJ e mobilizando atores como o Ministério Público, Defensoria Pública e Executivo
- > **Mapeamento de casos de tortura e desdobramentos administrativos e jurídicos** em andamento, por meio de cruzamento de dados do Judiciário e órgãos de segurança pública
- > **Folder popular sobre audiências de custódia e direitos da pessoa presa**, com linguagem acessível e distribuição em serviços de proteção social e à equipe multidisciplinar
- > **Curso de formação sobre racismo estrutural no Judiciário** a ser implementado pela Escola Judicial – em desenvolvimento
- > **Novo Termo de Cooperação em Audiência de Custódia** em construção, diante de encerramento do anterior, envolvendo TJPA, Ministério Público, Defensoria Pública e a UFPA



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

> Ausência de política estadual de alternativas penais e inexistência de convênio com Depen; Serviços de monitoração eletrônica iniciados em 2014, com convênio Depen de R\$ 4 milhões, em execução; CME com equipe multidisciplinar

DEPOIS

- > Articulação para **implementação de CIAP** na comarca de Marabá
- > Fomentada com o GMF e o Executivo a **aplicação da Resolução CNJ nº 288**, inclusive por meio de implantação de Comitê Gestor
- > Inclusão da **temática Alternativa Penais em formação de magistrados** e servidores promovida pela Escola Judiciária
- > **Qualificação dos serviços de acompanhamento multidisciplinar** da VEPMA para alinhamento de fluxos – em andamento
- > Suporte técnico ao **projeto para convênio federal com o Depen** com foco nas equipes de monitoração eletrônica – em andamento
- > **Alinhamento com a equipe multidisciplinar das audiências de custódia** para o melhor estabelecimento de fluxos



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Coordenadoria de Políticas para Egressos no âmbito da Seap, com encaminhamentos pontuais a atividades de profissionalização; Programa de inserção produtiva para mulheres privadas de liberdade; Ausência de políticas judiciais específicas sobre condição psicossocial

DEPOIS

- > Assinatura de **acordo de cooperação técnica entre TJ, Seap e CNJ** em agosto de 2020. Apoio financeiro por meio de convênio com o Depen
- > **Pactuação do plano de trabalho**, com fluxo de encaminhamento de pré-egressos e egressos
- > Construção de parceria junto à VEP, Seap e Secretaria de Educação para o **fomento da remissão de pena pela leitura**
- > Participação no GT de elaboração da cartilha do fluxo do acompanhamento das **medidas terapêuticas aplicáveis às pessoas com transtornos mentais** em conflito com a lei, distribuídas a todas as comarcas.
- > Aporte técnico nas **audiências de desinternação das pessoas com transtornos mentais** em conflito com a lei, iniciadas em outubro de 2019
- > Aporte técnico para **criação do fundo de trabalho penitenciário**, com portaria publicada em maio de 2020



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Portaria para controle de vagas; NAI; Comissão Intersetorial do Sinase com atuação apenas na capital; Ausência de audiência concentrada e de programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida; Ações de profissionalização/aprendizagem na capital limitadas

DEPOIS

- > Articulação com a Ceij para **pactuação do Plano Executivo do Justiça Presente**
- > Levantamento de Informações preliminares para o **aprimoramento da Central de Vagas**, com foco na adequação de metodologia
- > Diálogo para **melhoria dos fluxos de atendimento no NAI**, entre TJ, Defensoria Pública, MP, Executivo Estadual e Municipal
- > **Comissão Intersetorial do Sinase** com pactuação de ações no âmbito do Justiça Presente
- > Articulação com a Escola Judiciária para inclusão de **temas Sinase e ECA na formação de juízes**
- > Levantamento de informações sobre **ações de acompanhamento pós-medida para subsidiar projeto da Ceij e Comissão Sinase. Criado GT para discutir projeto na área**
- > Levantamento de parceiros e experiências atuais quanto a **ações de profissionalização e aprendizagem** em andamento



Estrutura do GMF

ANTES

> Equipe de trabalho com 2 servidores do TJ e 1 estagiário; Espaço físico reduzido

DEPOIS

- > Equipe com 1 servidor e 1 estagiário, e **melhoria de estrutura física**
- > **Incidência em todas as políticas penais** fomentadas pelo Programa
- > Ceij passou a atuar com **pautas da socioeducação fomentadas** pelo Justiça Presente e plano de trabalho incluindo todas as iniciativas do Justiça Presente e reuniões mais frequentes
- > Maior **proximidade com as varas de execução penal e criminal**, assim como com outras instituições



Inauguração do Escritório Social em João Pessoa, capital da Paraíba (agosto/2020)
Crédito: Ednaldo Araújo/TJPB

PARAÍBA

Início das atividades do Justiça Presente: 15 de abril de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

13.361

332,52/100 mil habitantes (13°)

Presos provisórios

31,56%

(15°)

Déficit de vagas

5.449

(16°)

Razão preso/vagas

1,7

(18°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

11,23

(15°)

Acesso a trabalho

907

(6,79%) (23°)

Acesso à educação

2.285

(17,10%) (10°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

86%

(20°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

492

Taxa de internação por 100 mil habitantes

12,24

(8°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> VEP Virtual com 75% dos processos (30.096 informados); Sem coleta biométrica; Ausência de informações sobre documentação

DEPOIS

> **SEEU implantado** em março de 2019, com **98,9% dos 31.090 processos** já migrados

> Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com Seap em janeiro de 2020, com SJ em junho de 2020 e TJ julho de 2020**, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020

> Articulada a **coleta biométrica do passivo com a Seap e TJ** em janeiro de 2020

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

- > Estrutura arquitetônica reduzida; Rotatividade de juízes; Baixo preenchimento do Sístac; Inexistência de equipe multidisciplinar; Ausência de fluxo com a rede de proteção social

DEPOIS

- > Acordo de cooperação técnica entre TJ, Secretaria de Segurança Pública e Seap **para Implantação do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada** na capital, com equipe de psicólogos e assistentes sociais - previsão setembro de 2020
- > **Rede de proteção social fortalecida**, com instalação de GT reunindo magistrados, MEPCT e OAB, entre outras instituições
- > Articulação local para mudança da Loje/PB visando a **realocação de servidores psicólogos e assistentes sociais do quadro do TJ para o NAC**
- > Determinação de 5 **juízes de competência criminal** para atuação no NAC, em dezembro de 2019
- > **Expansão das AC para comarcas do interior** determinada pela Resolução TJPB 01/2020
- > **Prevenção à tortura:** aprimoramento de fluxos para encaminhamento de relatos à Corregedoria da PM e ao MP
- > **Redefinição do fluxo da escolta com a Secretaria de Segurança Pública**, com foco em viabilizar o atendimento imediato das pessoas custodiadas – em andamento
- > Articulação com a Defensoria Pública para **designação de um defensor fixo para o NAC**
- > Acordo de cooperação técnica com UEPB para **cessão de estagiários para atuação no atendimento pós** na capital – em andamento



Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa

ANTES

- > Ausência de política estadual de alternativas penais e de convênio com o Depen; Vepa com uma assistente social; Serviço de Monitoração Eletrônica iniciado em 2018, sem equipe multidisciplinar e estrutura com limitações; Convênios com Depen nas políticas de alternativas penais e na monitoração eletrônica, sem execução

DEPOIS

- > **Inclusão de dotação orçamentária no PPA** para implantação de CIAP após indução do programa
 - > Incidências para ampliação **de equipe multidisciplinar**, com previsão de contratação de 7 técnicos – aguardando nomeação
- #### Monitoração eletrônica
- > Incidências para **ampliação da equipe** – de 16 para 23 servidores
 - > Colaboração na elaboração do **projeto para convênio junto ao Depen**, já aprovado pelo órgão
 - > Incidência junto à Seap para **ampliação e qualificação da estrutura física** da monitoração eletrônica. Reforma em andamento
 - > Tratativas para Resolução Conjunta entre TJ, Corregedoria, Seap, SSP e SEMDH, com vistas à **parametrização de portarias sobre funcionamento da política** de monitoramento eletrônico de pessoas, com previsão de assinatura em setembro de 2020
 - > **Justiça Restaurativa:** implantação de Núcleo em andamento e estabelecimento de parcerias com a Universidade Estadual da Paraíba



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Executivo local com gerência de ressocialização, sem fluxo e metodologia para encaminhamento; Lei 9.430/2011: obrigatoriedade de reserva de vagas dos processos licitatórios do estado para egressos; Sem políticas judiciais específicas sobre condição psicossocial

DEPOIS

- > Acordo de cooperação técnica e articulado para implantação do **Escritório Social** (inaugurado agosto/2020). Elaboração e articulação para aprovação de convênio Depen e doação de insumos
- > Elaboração da minuta do Projeto de Lei e articulação para **aprovação da Lei 11.570**, de 10/12/2019, que versa sobre a política para egresso do sistema prisional e criação de cargos técnicos
- > Inclusão de **dotação orçamentária no PPA** para a política de egressos
- > **Saúde mental:** articulação para instituição do Grupo Interinstitucional de Trabalho Interdisciplinar de Atenção às pessoas em sofrimento mental e conflito com a Lei (16 instituições do sistema de justiça, Executivo e universidades passaram a integrar o GITIS)
- > Elaboração do **Plano Estadual de Atenção à Pessoa em Sofrimento Mental e Conflito com a Lei**, em confluência com o Gitis - em andamento;
- > **Saúde:** Articulação junto aos municípios para adesão à PNAISP e qualificação do atendimento em saúde no sistema prisional
- > Incidência junto a Secretaria de Estado da Saúde e PPF para realização do mutirão visando a **emissão de laudos forenses** na PPF - 98 laudos emitidos na PPF e 10 no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira
- > **Educação:** Incidência junto a gerência de ressocialização para garantia do direito de cursar o ensino superior na modalidade presencial; Parametrização do projeto **“Remição pela Leitura”** e revisão do Plano Estadual de Educação Prisional – em andamento



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Ausência de Central de Vagas; NAI com estrutura e articulação com a rede limitadas; GT Sinase com baixa articulação; Ausência de audiências concentradas; Oferta limitada de ações de profissionalização/aprendizagem

DEPOIS

- > Instituição do **GT Socioeducativo**, composto por Judiciário, sociedade civil, DPE, MPE e Executivo
- > Elaboração do Protocolo de Gestão entre Rede SUAS e Sistema de Justiça - (**alinhamento de fluxo de atendimento** entre as comarcas e Rede de atenção, Central de Vagas, Audiência Concentrada, Audiência de Apresentação, NAI e política de atenção aos jovens egressos do sistema socioeducativo)
- > Incidência para realização dos encontros regionais visando a avaliação do Plano Decenal da socioeducação realizados no segundo semestre de 2019
- > Rearticulação do GT Sinase para política articulada com o CEDCA
- > **Articulação com a ESMA** para realização de cursos sobre a política de proteção do adolescentes em conflito com a lei e Justiça Restaurativa



Estrutura do GMF

ANTES

> Ausência de equipe técnica e sem estrutura instalada

DEPOIS

- > **1 assessor jurídico** atuando em tempo parcial
- > **Composição de 4 Grupos de Trabalho** para implementar a plataforma do programa, reunindo 40 instituições do poder público e sociedade civil. Reuniões mensais e incidência para visitas e inspeções
- > **Socioeducativo:** instituído GT para atuação no tema (15 instituições) e designado juiz auxiliar da Presidência para participação
- > Submissão do **Plano de Trabalho com aprovação de 17 ações** macro



Atores locais discutem ações estratégicas para os Grupos de Trabalho do Comitê Gestor Permanente de Políticas Públicas Penitenciárias (Dezembro/2019) Crédito: Flávia Kroetz / Justiça Presente



Início do atendimento universal pré-custódia (agosto/2019) Crédito: Laís Gorski / Justiça Presente

PARANÁ

Início das atividades do Justiça Presente: 13 de maio de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

29.767

260,34/100 mil habitantes (22°)

Presos provisórios

29,11%

(17°)

Déficit de vagas

8.151

(13°)

Razão preso/vagas

1,4

(17°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

11,42

(14°)

Acesso a trabalho

8.839

(29,69%) (4°)

Acesso à educação

9.433

(31,69%) (4°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

87%

(18°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

1032

Taxa de internação por 100 mil habitantes

9,03

(15°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> SEEU Paraná com 100% dos processos (119.477 informados); Sistema de coleta biométrica compatível com o nacional e 100% da população prisional biometrizada; Sem informações sobre documentação

DEPOIS

- > **SEEU implantado** em julho de 2020, com **100% dos 122.161 processos já migrados**
- > **Pactuado o plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com SJ em janeiro de 2020, com SESP em fevereiro de 2020 e TJ em julho de 2020**, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020
- > Articulada a **integração dos bancos de dados e sistemas com Instituto de Identificação e TSE** em outubro de 2019
- > Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

- > Central somente na capital;
- Ausência de equipe de atendimento psicossocial pré ou pós-audiência;
- Ausência de fluxos com redes de proteção social; Conselho da Comunidade fornece alguns insumos emergenciais

DEPOIS

- > **Central de atendimento psicossocial** instalada em agosto de 2019, com atendimento universal pré e pós-audiência de custódia
- > **Rodízio fixo de juízes** criminais estabelecido
- > Articulação de **ato normativo para institucionalização de fluxos** de atendimentos – em andamento
- > Projeto e implementação de **banco de dados para sistematização das informações** colhidas no pré e pós-custódia para elaboração de boletins – em andamento
- > **Prevenção e combate à tortura:** criação GT interinstitucional. Protocolo e fluxo de prevenção e combate à tortura com exame cautelar e elaboração de fluxo de denúncias de violações e inspeções nas carceragens das delegacias – em andamento
- > Institucionalização de três **projetos de extensão universitária** (UFPR, Fesp e Uninter), com enfoque na qualificação dos atendimentos pré e pós-custódia
- > Elaboração e credenciamento de **cursos de formação continuada** junto à Emap



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

- > Ausência de política de alternativas penais e de convênio com Depen;
- Atendimentos realizados por Patronatos, sem capilaridade para as demandas; CME implementada em 2014, sem equipe multidisciplinar;
- Ausência de convênio com o Depen para monitoração eletrônica

DEPOIS

- > Articulação na **inclusão de rubrica no PPA/LOA** para desenvolvimento de políticas na área
- > Incidência junto à VEP para **aprimoramento do trabalho** da equipe técnica e estabelecimento de fluxos com o Executivo
- > Criação da **CIAP**, dentro do Complexo Social. **Capacitação das equipes nos atendimentos** e fluxos com as redes de proteção social e com a VEP
- > Fomento à **utilização de penas pecuniárias** – em andamento
- > Apoio técnico junto ao GMF para otimização de gestão de dados
- > Fomento a envio de projeto de **convênio com Depen para contratação de equipe** multidisciplinar, com edital já publicado
- > Incentivo realizado para o **fortalecimento da política** e aperfeiçoamento da CME mediante integração e articulação com o Complexo Social e com equipe multidisciplinar para acompanhamento das pessoas monitoradas
- > Formalização dos **fluxos e atendimentos no Complexo Social** no que se refere a alternativas penais e monitoração eletrônica – em andamento



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

- > Atendimentos pontuais a egressos oferecidos pelo Patronato Penitenciário, com estrutura e equipe reduzidos; Escritório Social sem atuação junto a egressos

DEPOIS

- > Inclusão de previsão orçamentária no PPA/LOA destinada à implementação da **Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional**; Criado GT interinstitucional sobre o tema, com plano de trabalho
- > Reformulação dos equipamentos para implementação da Política de Atenção às Pessoas Egressas fomentada, mediante **reestruturação do Complexo Social e reformulação do Escritório Social**
- > **Formação das equipes multidisciplinares** e apresentação de metodologias, com a participação de 18 servidores do Depen
- > Qualificação das equipes, com participação em **processo formativo** dos novos técnicos que atuarão no Complexo Social (agosto/ 2020)
- > Fortalecimento dos **Conselhos da Comunidade** e FECCOMPAR
- > Apoio à regulamentação de **parâmetros de acolhimento à população LGBTI**, com apoio técnico para elaboração de cartilha e capacitação de agentes
- > Fomento e apoio técnico para criação de **Selo de Unidade de Progressão Restaurativa** – em andamento
- > Projeto **EAD Pitágoras** de educação à distância, com concessão de 15 bolsas em 3 unidades prisionais – em implementação



Sistema Socioeducativo

ANTES

- > Central de Vagas coordenada pelo Executivo; Ausência de NAI; Inexistência de audiência concentrada e de plano estadual de profissionalização/aprendizagem

DEPOIS

- > Incentivo à **replicação do modelo da Central de vagas** do estado, com mobilização de atores de outras UFs
- > Fomento a ações de **capacitação sobre meio aberto para servidores** da Fundação de Ação Social e inclusão de **módulo Sinase na matriz curricular da Escola de Magistratura** – em andamento
- > Fomento e elaboração de **projeto piloto para implementação de audiência concentrada**, com implementação em andamento;
- > Apoio na retomada da Comissão Interinstitucional de **Monitoramento e Avaliação do Plano Estadual Socioeducativo**



Estrutura do GMF

ANTES

- > Equipe com três servidores

DEPOIS

- > **Ampliação da equipe** técnica (total de 6 servidores) e da estrutura física
- > **Socioeducativo nos temas de atuação**, com qualificação dos servidores
- > Adoção de **plano de trabalho** interno e periódico
- > Aprimoramento de **mecanismos de gestão, acompanhamento e sistematização** de dados
- > Fomento à adoção de **indicadores e sistema de inspeções**
- > Criação de **10 Grupos de Trabalho** interinstitucionais
- > Inclusão do GMF no projeto de **parametrização jurídica** nas audiências de custódia



Articulação com o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura (dezembro/2019)
Crédito: Manuela Abath

PERNAMBUCO

Início das atividades do Justiça Presente: 9 de abril de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

33.706

352,68/100 mil habitantes (11°)

Presos provisórios

36,34%

(10°)

Déficit de vagas

21.010

(3°)

Razão preso/vagas

2,7

(3°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

14,24

(12°)

Acesso a trabalho

2.739

(8,13%) (19°)

Acesso a educação

11.350

(33,67%) (3°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

83%

(25°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

1.869

Taxa de internação por 100 mil habitantes

19,56

(5°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 35 mil processos informados, em meio físico; Sem coleta biométrica das pessoas presas; Levantamento da documentação civil - sem identificação quanto ao % com documentação básica

DEPOIS

- > **SEEU implantado** antes do Justiça Presente. Atualmente, **95,7% dos 44.782 processos** já migrados
- > Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com SJ em dezembro de 2019, com TJ em janeiro de 2020 e com a SJDH em julho de 2020**, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020
- > Articulada a **integração dos bancos de dados e sistemas com Instituto de Identificação e TSE** em outubro de 2019
- > Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Estrutura arquitetônica com inadequações; Serviço de atendimento à pessoa custodiada (capital e outros 2 polos – pós); Inexistência de fluxo com a rede de proteção social; Fluxo limitado com a Ceapa; Sem preenchimento do Sistac

DEPOIS

- > **Adequação e ampliação do espaço físico** de atendimento à pessoa custodiada
- > Aprimoramento do **serviço de atendimento** pós-audiência
- > Criação e definição de **fluxo de referência com a rede de proteção social**
- > Adequação e **qualificação do roteiro de perguntas** em conformidade com o artigo 8º da Resolução CNJ 213/2015
- > Criação do **GT Audiência de Custódia** com os atores da rede de proteção social (reuniões mensais)
- > Minuta de Resolução para encaminhamento dos casos de **pessoas com transtornos mentais, evitando encaminhamento ao HCTP**
- > Implementação de **busca ativa de pessoas em liberdade provisória** em parceria com os consultórios na rua – em andamento
- > **Levantamento dos casos de tortura** noticiados nas audiências, em parceria com a Defensoria Pública, com vistas a subsidiar intervenções para construção de fluxo de apuração dos casos
- > Em andamento, articulação com o MP e IML para garantia dos **encaminhamentos dos laudos periciais** traumatológicos às audiências de custódia
- > **Processo formativo de magistrados** sobre fluxos do atendimento à pessoa custodiada (saúde mental e proteção social) com membros dos serviços da rede de proteção social e da Ceapa – em andamento



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

> 14 Ceapas e convênio entre Governo Federal e SJDH de R\$ 1,8 milhão; Cemer vinculada ao Executivo, com convênio Depen de 2015 de R\$ 2,2 milhões em execução; Sem equipe multidisciplinar

DEPOIS

- > **Articulação com o TJ** para disponibilização de 10 linhas telefônicas para Ceapas, habilitadas para telefonia móvel, a fim de possibilitar a continuidade do serviço (8 já realizadas)
- > Em construção, estabelecimento de fluxos para melhor interlocução e **troca de informações entre Ceapa, Executivo e Judiciário**
- > **Elaboração de diagnóstico** sobre reversão da medida de monitoração



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Atenção a pessoas egressas e ações de inserção produtiva executadas por Patronato (pessoas em regime aberto e beneficiadas com livramento condicional); Encaminhamento para vagas de trabalho por meio de convênios públicos e privados

DEPOIS

Apoio à pessoa egressa

- > Incidência para **instituição de Escritório Social no município de Caruaru**, com articulação junto ao Executivo e Judiciário
- > Capacitação em **metodologia de Escritório Social** (equipe do Patronato)
- > Mapeamento dos equipamentos sociais e organizações da sociedade civil atuantes no território, com vistas a subsidiar **iniciativas com foco na constituição de Raesp**
- > Institucionalização do **Fundo Penitenciário no município de Caruaru**, com suporte técnico na elaboração do anteprojeto de lei municipal – em andamento

Cidadania

- > Em andamento, mobilização da sociedade civil e do Judiciário para implantação e **fortalecimento de Conselhos da Comunidade** (institucionalização avançada em Caruaru e retomada do antigo Conselho do Recife)



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Central de Vagas; NAI (Cica Cidadania); Comissão Intersetorial do Sinase; Ações de profissionalização/aprendizagem; Audiência concentrada; Projeto Novas Oportunidades

DEPOIS

- > Apoio técnico no decreto de **Central de Vagas**, publicado em outubro de 2019
- > Levantamentos em andamento sobre **NAI** (Centro Integrado da Criança e do Adolescente), **audiências concentradas e programas de acompanhamento de adolescentes pós-medida**, com vistas a subsidiar ações futuras de incidência
- > Articulação com Escola de Magistratura para **inclusão de conteúdo do Sinase no perfil curricular** – em andamento, com previsão para dezembro de 2020



Estrutura do GMF

ANTES

> GMF não formalizado; Ausência de estrutura física e de equipe de trabalho

DEPOIS

- > **Portaria institucionalizando** o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e da Execução de Medidas Socioeducativas – julho de 2020
- > Portaria com previsão de **composição de equipe técnica e multiprofissional** – áreas de saúde, educação e serviço social
- > Incidência em audiência de custódia e **ampliação da atuação para temáticas do socioeducativo**



Reunião colegiada do GMF (2019)
Crédito: TJ/PI



Encontro de Formação dos Escritórios Sociais em Teresina/PI (2019)
Crédito: TJ/PI

PIAUÍ

Início das atividades do Justiça Presente: 2 de abril de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

4.516

137,97/100 mil habitantes (26°)

Presos provisórios

43,91%

(5°)

Déficit de vagas

2.097

(26°)

Razão preso/vagas

1,9

(12°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

19,93

(8°)

Acesso a trabalho

228

(5,05%) (24°)

Acesso à educação

463

(10,25%) (17°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

100%

(1°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

170

Taxa de internação por 100 mil habitantes

5,19

(22°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 8.823 processos informados, em meio físico (21%) e no SEEU (79%); Coleta biométrica pelo Judiciário durante audiências de custódia e no comparecimento mensal à VEP da capital; Sem levantamento de necessidade de emissão de documentos civis

DEPOIS

- > **SEEU implantado** em maio de 2019, com **100% dos 10.055 processos já migrados**
- > Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com TJ e Sejus em janeiro de 2020 e com SJ em julho de 2020**, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020
- > Articulada a **coleta biométrica do passivo com a Sejus e TJ** em janeiro de 2020
- > Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Serviço de atendimento à pessoa custodiada com necessidade de melhorias; Equipe psicossocial com atendimento pré e pós-audiência cedidas pela CIAP (quantidade limitada)

DEPOIS

- > **Qualificação e expansão da equipe psicossocial** do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada, com edital já publicado pela CIAP – em andamento
- > **Articulação intersetorial com redes estaduais e municipais de saúde, assistência social e educação**, com foco no estabelecimento de fluxos entre as equipes de audiência de custódia e a rede de proteção social
- > Elaboração de **termos de cooperação entre a CIAP e TJ para estabelecimento de atribuições, fluxos e compartilhamento de informações** na implementação dos serviços nas audiências de custódia e nas alternativas penais – em andamento
- > **Capacitações das equipes da audiência de custódia e CIAP** sobre: política nacional de alternativas penais, grupos reflexivos, testagem e vacinação, rede SUAS e direitos humanos
- > Celebração de acordo de cooperação técnica com **instituições de ensino superior e organizações da sociedade civil** para ampliação de equipe técnica (estagiários) e atuação em temáticas específicas como violência contra mulher e uso abusivo de drogas – em andamento
- > Ações instituídas para **qualificação de exames cautelares e laudos apresentados** periodicamente para que se adequem a parâmetros internacionais
- > **Capacitação continuada dos magistrados plantonistas do TJPI**, em parceria com a EJUD, em temas da audiência de custódia. Processos formativos já realizados com três turmas



Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa

ANTES

> CAP implantada em 2018, com equipe multidisciplinar e funcionamento em espaço do Fórum de Justiça – convênio com Depen de R\$1,5 milhão; CME desde 2013 e convênio com Depen de R\$1,2 milhão – sem equipe multidisciplinar; Além da capital, CMEs em Parnaíba, Luís Correia, Picos, Floriano e Oeiras; Ações de Justiça Restaurativas pontuais

DEPOIS

- > **Implementação da CIAP**, com inauguração de nova sede em outubro de 2019
- > **Ampliação de equipe multidisciplinar** com publicação de edital para chamamento público e OSC já selecionada – contratações em andamento
- > **Celebração de acordo de cooperação técnica e implantação de Comitê Gestor** entre Sejus, TJ, MP, DPPI e Corregedoria da Justiça para suporte institucional na implementação da política estadual de alternativas penais
- > Capacitações com equipes técnicas e ações para **ampliação de equipe multidisciplinar** em andamento
- > Articulação em andamento com DPPI para **pedido de revisão das medidas com prazo superior a um ano**
- > Implantação de **Núcleo de Justiça Restaurativa** – em andamento



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Política de atenção à pessoa egressa, com ações de inserção produtiva por meio do programa Reconstruindo Vidas – estrutura e equipe limitadas; Ausência de políticas judiciais específicas sobre gênero, raça e condição psicossocial

DEPOIS

Escritório Social

> **Acordo de cooperação técnica** para implantação em dezembro de 2019, em parceria com o TJ e o governo do estado; Doação de insumos para o funcionamento do espaço

> Plano de Implementação da metodologia elaborado, com foco no **diálogo com as redes de proteção social** e singularização do atendimento junto a pré-egressos, egressos e familiares

> **Raesp**: articulação e institucionalização em andamento

Inserção produtiva

> **Fomento à política de trabalho no sistema prisional** por meio do GMF, presidência do TJ, Vice-Governadoria, Secretarias de Estado de Justiça, de Governo, de Administração e Procuradoria Geral do Estado – em andamento

> Apoio técnico para **elaboração de projeto de lei voltado às pessoas egressas**, em tramitação no gabinete do governador

> GMF com atribuição instituída em seu plano de trabalho de ser o **órgão de monitoramento do cumprimento de cotas para pessoas egressas**



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Ausência de Central de Vagas e de NAI (há fluxo de atendimento na VIJ, sem institucionalidade); Ausência de Comissão Intersetorial do Sinase; Acesso a direitos durante o cumprimento da medida nas áreas de educação e saúde com limitações; Ausência de audiência concentrada, de programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida e de ações de profissionalização/aprendizagem

DEPOIS

> Aproximação com atores estratégicos para levantamento de informações com vistas a elaboração de diagnóstico sobre a **ambiência local para implantação de NAI e Central de Vagas**

> **Justiça Restaurativa**: constituição da equipe técnica e participação nos processos

> **Central de vagas**: mapeamento e diálogos com atores locais para verificar a possibilidade de implementação do projeto – em andamento

> **Audiência concentrada**: elaboração de diagnóstico sobre ambiência local para instalação

> Levantamento de informações para **diagnóstico voltado à instalação de programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida**



Estrutura do GMF

ANTES

> Equipe de trabalho com 2 servidores exclusivos, 3 terceirizados e 10 estagiários; Sala própria com 18 estações de trabalho

DEPOIS

> **Equipe de servidores e terceirizados mantida** – redução do quantitativo de estagiários

> **Ampliação das salas de trabalho** para acolher a equipe estadual do JP e espaço destinado ao Escritório Social

> **Ampliação da incidência técnica** nas políticas de alternativas penais, monitoração eletrônica, atenção às pessoas egressas e Justiça Restaurativa

> Em andamento, elaboração de **plano de trabalho dedicado à temática do socioeducativo**

> **Interlocação e ações conjuntas com a VIJ**, especialmente em virtude do Projeto de Justiça Restaurativa



Missão apresentação do Justiça Presente e pactuação de ações com autoridades locais (maio/2019) Crédito: Luiz Henrique Vincent/TJRJ

RIO DE JANEIRO

Início das atividades do Justiça Presente: 5 de maio de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

51.029

295,56/100 mil habitantes (16°)

Presos provisórios

38,71%

(9°)

Déficit de vagas

19.544

(5°)

Razão preso/vagas

1,6

(19°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

36,06

(2°)

Acesso a trabalho

1.799

(3,53%) (26°)

Acesso à educação

4.093

(8,02%) (20°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

100%

(1°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

2038

Taxa de internação por 100 mil habitantes

11,80

(9°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 81 mil processos informados, em meio físico (20%) e no sistema SCP-PRD (80%); Coleta biométrica em meio digital; Levantamento da documentação civil, com 93% dos indivíduos privados de liberdade com documentos

DEPOIS

> **SEEU implantado** em 28 de janeiro de 2020, **com 99,8% dos 92.019 processos já migrados**

> Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos Kits **com SJ e Seap em junho de 2020 e com TJ em julho de 2020**, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020

> Articulada a **integração dos bancos de dados e sistemas com Instituto de Identificação e TSE** em agosto de 2019

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Estrutura arquitetônica com necessidade de aprimoramento; Ausência de preenchimento do Sistac e sem fluxo com a CIAP; Atendimento de proteção social com um assistente social e atuação limitada com a rede; Insumos emergenciais limitados aos custodiados

DEPOIS

- > **Fortalecimento e ampliação da equipe psicossocial:** articulação com a rede de saúde e de assistência
- > Início do **preenchimento do Sistac** na Central de Custódia de Benfica (capital) e consolidação do uso da plataforma em 100% do estado
- > **Fluxo para disponibilização de teste de gravidez** antes da realização das audiências de custódia – em andamento
- > **Reorganização do fluxo de saída dos custodiados após as audiências,** com aperfeiçoamento no horário do cumprimento de alvarás de soltura. Novo fluxo aos que chegam de hospitais
- > **Convênio firmado com concessionárias de transporte público** para garantia aos que recebem liberdade provisória de deslocamento, na região metropolitana, após saída da audiência
- > **Capacitação dos magistrados e demais profissionais do Sistema de Justiça** em demandas de saúde mental, em parceria com a Emerj, Secretaria de Saúde e Seap
- > **Capacitação dos agentes penitenciários na Resolução CNJ 213/2015** (efetividade do fluxo psicossocial)
- > Colaboração no conteúdo do **Curso de Formação da Emarf para 24 juízes federais** que realizam audiências de custódia no TRF-2, com foco na rede de atenção psicossocial
- > Proposta de **projeto de parceria do TJ com universidades** (UERJ, UFRJ, UNIRIO e IFRJ), com foco no atendimento prévio às audiências – em andamento
- > **Protocolo Interinstitucional de Prevenção e Combate à Tortura** (TJ, MP, Defensoria Pública, DP e Seap) – em construção



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

> Política de alternativas penais executada por centrais no Judiciário e no Executivo (convênio Depen de R\$ 4,4 milhões sem execução); Serviço de monitoração eletrônica iniciado em 2011, com convênio de R\$2,7 milhões para Implantação de CME sem execução; Sem equipe interdisciplinar e atuação em PAD (Prisão Albergue Domiciliar) e medida cautelar por violação à Lei Maria da Penha

DEPOIS

- > Fortalecimento das ações da **Central de Alternativas Penais** (Capma)
- > Apoio técnico no andamento do convênio entre Depen e Seap para a **contratação e ampliação de equipes técnicas** para a CIAP (Capma) – edital já aprovado e em fase de lançamento
- > Apoio na tramitação em andamento da **minuta do acordo de cooperação técnica** entre TJ/ Depen/Seap/ MP/DP estadual
- > Articulação junto à Seap para uso de **protocolos e manuais sobre monitoração eletrônica,** a fim de aprimorar o atendimento
- > Fortalecimento de **fluxos Interinstitucionais entre a Seap e VEP** para aprimoramento do serviço
- > Apoio à elaboração de **projeto para implantação de equipe multidisciplinar** no âmbito da CME, pela Seap – em andamento



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Ações para pessoas egressas realizadas pelo Patronato Estadual – equipes reduzidas; Atuação junto a egressos realizada também pela Raesp, de forma restrita; Fundação Santa Cabrini responsável pela gestão dos contratos de trabalho para as pessoas privadas de liberdade; Política específica de cidadania para mulheres e população LGBT, além de saúde mental

DEPOIS

Escritório Social

> Assinatura de acordo de cooperação técnica entre CNJ, TJ e Prefeituras para Implantação de Escritórios Sociais nos municípios de Maricá e de Niterói (em revisão), em novembro de 2019

> **Raesp:** ação para o fortalecimento e institucionalização em andamento

Cidadania

> Diálogo com a Seap para **ampliação do Projeto Remição Pela Leitura** já existente no estado



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Central de Vagas em vias de implementação; NAI na capital; Audiências concentradas suspensas; Ausência de programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida; Ações de profissionalização e aprendizagem realizadas pela Cevij/TJ; Iniciativas de Justiça Restaurativa

DEPOIS

Porta de entrada

> Apoio para fortalecimento da Central de Vagas já inaugurada por meio de articulação com GMF e juízes da infância

> Interlocuções com o GMF e atores do Sistema Socioeducativo para **aprimorar estrutura e funcionamento do NAAP** – em andamento

> **Audiências Concentradas retomadas** na capital em fevereiro de 2020, com incidência do programa via GMF, pela Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas (VEMSE), com apoio do Degase, MP e DPE



Estrutura do GMF

ANTES

> Sem servidores específicos; Estrutura física limitada

DEPOIS

> **Ampliação da equipe** com designação de profissional específico para o órgão, além de redistribuição de atribuições e fluxos

> **Fortalecimento das pautas** de audiências de custódia, alternativas penais, políticas para egressos e centrais de vagas



Reunião ordinária do GMF (junho/2019)
Crédito: Ascom TJ/RN



Reunião sobre iniciativas para fomento a ações de remição de pena pela leitura no cárcere (fevereiro/2020)
Crédito: Maria Edilma - NAPS/TJRN

RIO GRANDE DO NORTE

Início das atividades do Justiça Presente: 15 de maio de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

10.180

290,29/100 mil habitantes (18°)

Presos provisórios

28,43%

(18°)

Déficit de vagas

2.791

(23°)

Razão preso/vagas

1,4

(25°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

14,73

(10°)

Acesso a trabalho

336

(3,30%) (27°)

Acesso à educação

569

(5,59%) (24°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

88%

(17°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

204

Taxa de internação por 100 mil habitantes

5,82

(19°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 20.776 processos informados, em meio físico (69%) e eletrônico com PJE (31%); Dados sobre biometria repassados pela UF inconsistentes, mas previa-se que parte da população prisional estava biometrizada; Sem informações sobre documentação

DEPOIS

- > **SEEU implantado** em julho de 2019, com **100% dos 20.031 processos já migrados**
- > Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com TJ e Seap, em janeiro de 2020, e com SJ em junho de 2020**, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020
- > Articulada a **coleta biométrica do passivo com a Seap e o TJ** em janeiro de 2020
- > Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado
- > Articulação em andamento para **convênio com Arpen e migração dos dados com o TRE**, previsão outubro/2020



Audiências de Custódia

ANTES

> Ausência de atendimento multidisciplinar; Ausência de uso do Sistac; Mais de 25 juízes em revezamentos semestrais; Ausência de rede de proteção social

DEPOIS

- > **Implantação de atendimento psicossocial** com capacitação de equipe; instrumentos de trabalho desenvolvidos; ato normativo de estabelecimento de fluxo de trabalho em andamento
- > Qualificação da **rede de proteção social** de 16 municípios com capacitação de servidores em demandas de custódia; GT instalado para discussão da prevenção ao uso e abuso de drogas e audiências promovidas pelo Poder Executivo de Natal
- > **Rodízio fixo de juízes criminais:** ampliação em 70% da participação de juízes criminais na escala dos dias excepcionais na Central de Flagrantes da capital
- > **Implementação do preenchimento do Sistac** na capital e interior, com capacitação de 100 servidores de 29 varas dos Polos de Audiência de Custódia de Natal, Pau dos Ferros e Mossoró
- > Apoio para edição de ato normativo de **funcionamento das audiências de custódia no interior**, com implementação de 4 polos regionalizados e capacitação para 20 servidores
- > **Redução no uso de algemas** - Súmula Vinculante nº11
- > **Insumos:** implementação de fornecimento de alimentação aos custodiados



Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa

ANTES

> Ausência de política estadual de alternativas penais e de convênio com Depen; CME por meio de convênio com Depen em 2015 de R\$1,1 milhão; Semiaberto como público prioritário da monitoração eletrônica; Equipe multidisciplinar composta por três servidoras cedidas pelo TJ

DEPOIS

- > Diálogo com Executivo estabelecido, garantindo a inclusão no **PPA de recursos para implantação de CIAP**
- > Ações de **qualificação dos serviços de acompanhamento multiprofissional** da VEPMA, com fomento à implantação das práticas de Justiça Restaurativas e acompanhamento psicossocial – em andamento
- > **Curso de qualificação em Alternativas Penais para magistrados e servidores**, promovido pela Escola de Magistratura com apoio do Justiça Presente
- > **Qualificação técnica da equipe do Programa Novos Rumos** (egressos), com construção de fluxo de trabalho com a Central de Monitoração
- > Contribuição à **atualização da Portaria Conjunta da Monitoração Eletrônica**, no contexto da Unidade Portátil de Rastreamento para mulheres em situação de violência doméstica
- > Protocolo do uso da **monitoração eletrônica para pessoas em situação de rua** – em construção
- > **Justiça Restaurativa** – Projeto de Justiça Restaurativa em Rede em desenvolvimento, com implantação do Comitê Gestor Estadual de JR do Tribunal de Justiça



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Incidência na política de atenção à pessoa egressa por meio do Programa Novos Rumos do TJ, com foco na inserção produtiva

DEPOIS

Escritórios Sociais

> Assinatura de **termos de cooperação técnica**, entre CNJ, TJ, Executivo estadual e os municípios de Caicó, Ceará Mirim, Mossoró, Natal, Nísia Floresta, Parnamirim e Pau dos Ferros para **implantação de 7 Escritórios Sociais**, em setembro de 2020

> **Raesp**: constituição de rede em julho de 2020

Cidadania

> Construção de parcerias de fomento à leitura no cárcere, com implantação da **remição de pena por leitura**

> Articulação com municípios para **adesão à política de saúde prisional** – em andamento

Inserção produtiva

> Construção de pactuação do **fluxo de encaminhamento das pessoas egressas para profissionalização** e empregabilidade em Natal (TJ, Seap e Prefeitura). A formalização foi prejudicada em função da pandemia

> Apoio a formalização de projeto de **Extensão da UFRN para pré-egressos e egressos**, a fim de auxiliar a construção do Projeto de vida na fase de soltura



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Central de Vagas no Executivo com atuação restrita; Ausência de NAI; Ausência de audiência concentrada; Ações de profissionalização/aprendizagem pontuais

DEPOIS

> Levantamento de informações para o **aprimoramento da Central de Vagas** e apoio técnico para atualização de portaria sobre seu funcionamento

> Articulação com o Executivo para **inclusão no PPA de implantação do NAI; Apoio técnico na construção de termo de cooperação técnica** em fase inicial com entes do Sistema de Justiça, Executivo estadual e municipal, Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente

> Apoio no planejamento estratégico e acompanhamento da **Comissão Intersetorial do Sinase**, com vistas à qualificação das medidas em meio aberto

> Apoio na construção do **monitoramento das MSE-MA**, conforme estabelecida no Plano Estadual do Sistema de Atendimento Socioeducativo, de responsabilidade do órgão gestor estadual

> Articulação do Sistema de Justiça para finalização dos **Planos Operativos Municipais de Saúde** – em andamento

> Articulação com o Executivo para **inclusão no PPA de recursos para implementação de política de atenção ao adolescente pós-medida**; Levantamento de informações preliminares sobre ações de pós-medida

> Levantamento de **experiências e parceiros para profissionalização e aprendizagem** – em andamento



Estrutura do GMF

ANTES

- > Sem estrutura física própria e ausência de servidor destinado ao GMF

DEPOIS

- > **Equipe ampliada**, com 3 servidores com tempos parciais
- > **Adequação de infraestrutura**, com sala de reunião e escritório completo
- > **Incidência em políticas penais fomentadas**, incluindo interiorização das audiências de custódia, Escritórios Sociais e monitoração eletrônica
- > **Absorção de demandas do socioeducativo**, como CNAEL, NAI, profissionalização, PIA e atendimento ao adolescente pós-medida
- > Atualização da Resolução do GMF, com **planejamento de ações** para 2020 e relatório trimestral
- > Protagonismo na **articulação de reuniões ampliadas e grupos de trabalhos**



Reunião de lançamento de Grupo de Trabalho Interinstitucional para elaboração de proposta de política de alternativas penais e de atenção a egressos do sistema prisional (agosto/2019) Crédito: Eduardo Nichele (TJ/RS)

RIO GRANDE DO SUL

Início das atividades do Justiça Presente: 9 de maio de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

41.272

362,76/100 mil habitantes (8°)

Presos provisórios

29,65%

(16°)

Déficit de vagas

13.539

(6°)

Razão preso/vagas

1,5

(21°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

21,08

(5°)

Acesso a trabalho

11.116

(26,93%)

(6°)

Acesso à educação

2.795

(6,77%)

(23°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

93%

(14°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

1306

Taxa de internação por 100 mil habitantes

11,48

(11°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 100% dos 93.585 processos informados em meio físico; Coleta biométrica digital durante ingresso no sistema; Levantamento da documentação civil das pessoas privadas de liberdade – sem indicadores

DEPOIS

> **SEEU implantado** em maio de 2019, com **99,1% dos 84.470 processos** já migrados

> Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com SJ em janeiro de 2020, com Seapen em fevereiro de 2020. Em andamento a pactuação do plano com TJ.** Previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020

> Articulada a **integração dos bancos de dados e sistemas com Instituto de Identificação e TSE** em outubro de 2019

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Realizadas em todas as comarcas do estado; Sistac com necessidade de aprimoramento no preenchimento; Ausência de serviço de atendimento à pessoa custodiada, de fluxo com a rede de proteção social e com a CIAP; Sem disponibilização de insumos emergenciais

DEPOIS

- > **Implantação do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada** em andamento. Pactuação com a Susepe para deslocamento de psicólogos e assistentes sociais das casas prisionais e plano de capacitação para equipes técnicas
- > Ato normativo para **institucionalização dos fluxos** de encaminhamento pós e de atendimentos com a rede de proteção social em construção; Elaboração e apresentação do **Mapa dos Equipamentos Públicos e da Sociedade Civil** em Porto Alegre
- > Apoio na interlocução para **atendimento de medidas cautelares, rede de proteção social e audiências de custódia** nas comarcas do interior com CIAP, com mobilização dos Executivos municipais – em andamento
- > **Rodízio de juízes criminais diferenciado** – em construção
- > Qualificação do **preenchimento Sistac**, inclusive em comarcas do interior
- > Qualificação das perguntas e adequação do **fluxo para relatos de tortura e maus-tratos**, com pactuação entre TJ, Executivo e Comitê contra a Tortura
- > **Capacitação com a Escola de Magistratura** sobre os temas da audiência de custódia e da política de drogas, em parceria com Hospital de Clínicas – em andamento



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

> Duas CIAPs inauguradas em 2019, sem convênio com Depen; Serviços de monitoração eletrônica iniciados em 2010, com equipe multidisciplinar – ausência de convênio com Depen ou outro instrumento de repasse para fomento à política; Patronato Penitenciário

DEPOIS

- > Com apoio da Corregedoria-Geral de Justiça e GMF, instituído em agosto de 2019 Grupo de Trabalho para elaborar proposta de **política de alternativas penais e de atenção a egressos do sistema prisional**. Participam representantes do Judiciário, Ministério Público, Seapen, OAB, Defensoria Pública e sociedade civil, como instituições permanentes
- > Incidência junto à Diretoria de Inteligência da Seapen, a fim de acompanhar o andamento da renovação da assinatura do termo de cooperação técnica que regulamenta o **Programa de Monitoração Eletrônica Georreferenciada** no Estado – em construção
- > **PPA 2020-2023**: Inclusão de previsão orçamentária específica, visando redução da superlotação do sistema prisional



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Conselho Penitenciário com encaminhamento de egressos para obtenção de documentação e outras orientações; 31 Conselhos da Comunidade em funcionamento, com voluntariado; Serviços de atenção a egressos com estrutura e equipe com restrições; Trabalho intramuros (ligas) e extramuros (protocolo de ação conjunta para trabalho em empresas públicas e privadas)

DEPOIS

Escritórios Sociais

> Fomento às **iniciativas para implantação de Escritórios Sociais** nas cidades de Passo Fundo, Caxias do Sul e Santa Cruz do Sul – previstos para segundo semestre de 2020

Cidadania

> Articulação junto ao Legislativo e à Seapen para inserção de política de cidadania no **PPA 2020-2023, LDO e LOA 2020**

> Incidência junto à Seapen no processo **de implementação do Fundo de Movimentação Financeira Prisional (Fundo Rotativo)**, com vistas a assegurar direitos do preso trabalhador, como transporte, EPI e alimentação – em andamento

> **Apoio técnico para o projeto de Remição pela Leitura**, com foco na obtenção de materiais para subsidiar a iniciativa, já realizada em algumas unidades – em construção

> Levantamento e **mobilização dos Conselhos da Comunidade no estado**, propiciando uma maior aproximação junto ao GMF



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Ausência de Central de Vagas; Centro Integrado de Atendimento a Criança e Adolescente (Ciaca) criado em 2007; Acesso a direitos durante o cumprimento da medida com equipes de servidores da Fase; Programa “POD Socioeducativo”, com oferta de cursos técnicos e encaminhamento ao mercado de trabalho; Programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida (SJCDH e Fundação Municipal FASC)

DEPOIS

> Suporte técnico para alinhamento do Termo de Cooperação do **Ciaca conforme metodologia do NAI** – em andamento

> Articulação para reativação dos encontros do **Fórum Permanente de Medidas Socioeducativas**, criado por decreto 2015 – em andamento

> Articulação para criação de **projeto de cidadania** aos adolescentes que cumprem medidas em meio aberto - em construção



Estrutura do GMF

ANTES

> Equipe de trabalho com 1 servidora terceirizada, 20 magistrados (membros efetivos e indicados) e 2 desembargadores; Estrutura integrada à Corregedoria-Geral de Justiça

DEPOIS

> **Equipe de trabalho ampliada** (+ 1 servidora terceirizada)

> **Incidência em todas as políticas penais** fomentadas pelo Justiça Presente

> Incidência nas **temáticas do socioeducativo** por meio da CIJ

> Construção do **plano de trabalho** seguindo orientação da Resolução 214/2015: apresentado e validado pela nova gestão do GMF 2020/2021

> **Atuação interinstitucional** junto a Defensoria Pública, Ministério Público, Poder Executivo Estadual e OAB

Reunião de reestruturação do GMF/TJRO
(fevereiro/2020)
Crédito: Ascom/ TJRO

RONDÔNIA

Início das atividades do Justiça Presente: 9 de abril de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

13.419

755,05/100 mil habitantes (2°)

Presos provisórios

13,28%

(27°)

Déficit de vagas

6.309

(14°)

Razão preso/vagas

1,9

(13°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

6,71

(24°)

Acesso a trabalho

3.029

(22,57%)

(7°)

Acesso a educação

1.510

(11,25%)

(15°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

86%

(20°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

206

Taxa de internação por 100 mil habitantes

11,59

(10°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> SEEU com 80% dos processos informados (27 mil); Coleta biométrica no momento da prisão por meio da digitalização da impressão coletada em papel; Informações desconhecidas sobre documentação

DEPOIS

- > **SEEU implantado** antes do Justiça Presente. Atualmente, **99,9% dos 26.034 processos** já migrados
- > Pactuado o **Plano de Trabalho** de Logística de Entrega e de Recebimento dos Kits **com TJ, SJ e Sejus em dezembro de 2019**, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020
- > Articulada a **coleta biométrica do passivo com a Sejus e TJ** em dezembro de 2019
- > Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Estrutura arquitetônica limitada;
Prazo de apresentação de custodiados: ponto de atenção;
Realização somente em dias úteis; Sem juiz coordenador; Sem Núcleo; Ausência de atendimento multidisciplinar; SISTAC com preenchimento limitado no interior.

DEPOIS

- > **Melhoria na infraestrutura:** espaço próprio com recepção/sala de espera, duas salas de apoio e duas salas para realização de audiências (equipadas com ferramentas de gravação em áudio e vídeo)
- > Implantação das **audiências de custódia nos finais de semana, feriados e pontos facultativos** na capital
- > Implantação de audiências de custódia por **prisões decorrentes de mandado de prisão**
- > **Adequação do tempo de apresentação** da pessoa custodiada para respeitar as 24 horas da comunicação do flagrante
- > Designação de **juiz coordenador**
- > **Sistac:** criado procedimento para averiguar e corrigir déficit na inserção de dados
- > Atendimento por **equipe multidisciplinar**, com foco em uso abusivo de drogas e saúde mental
- > Articulação em andamento junto a GMF, MP, Defensoria Pública e MEPCT para **qualificar o fluxo de prevenção à tortura;**
- > Processos formativos sobre prevenção à tortura e alternativas penais junto à Escola de Magistratura – em andamento
- > **Cartilha de proteção social** a partir de articulação com Defensoria, MEPCT, Sejus, Vepema, Semasf, Semusa, entre outros, a ser entregue com alvará de soltura a partir de setembro/2020 – em construção



Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa

ANTES

> Ausência de política de alternativas penais no estado; Convênio com Depen de R\$ 1,5 milhão para criação de CIAP; Acompanhamento das penas e medidas alternativas pela Vepema desde 2011; Política de Monitoração Eletrônica desde 2011; Convênio com o Depen de R\$ 1,5 milhão para a contratação de equipe multidisciplinar.

DEPOIS

- > Destramento do convênio com Depen para **implantação da CIAP**, com homologação de Organização da Sociedade Civil
- > **Assinatura do termo de colaboração** com Organização da Sociedade Civil para acompanhamento das Alternativas Penais – em andamento
- > Celebração de **acordo de cooperação técnica** entre TJ, Executivo, MP e Defensoria Pública, com foco nas responsabilidades de cada ente na execução da Política de Alternativas Penais – em andamento
- > Implantação de **Comitê Gestor**, com participação do TJ, Executivo, MP, Defensoria Pública e demais atores do Sistema de Justiça – em andamento
- > Destramento de **Convênio com Depen** para contratação de equipe multidisciplinar, com homologação de Organização da Sociedade Civil
- > Assinatura do **Termo de Colaboração com Organização da Sociedade Civil** para contratação de equipe multidisciplinar – em andamento
- > Estabelecimento de fluxos e protocolos, com grupo de trabalho para **atualização** da regulamentação estadual sobre **monitoração eletrônica** – em andamento
- > Implantação de **Núcleo de Justiça Restaurativa** – em andamento



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Gerência de Reinserção Social criada em 2015, com ações em educação básica, qualificação profissional, encaminhamento ao mercado de trabalho, assistência religiosa, atenção à mulheres; Escritório Social com foco no regime aberto

DEPOIS

- > Contribuição metodológica no projeto do **Patronato/Escritório Social** (2021) para ampliação da equipe (atendimento ao público egresso, sem obrigatoriedade)
- > Mobilização para realização do **Projeto Leitura no Cárcere** e incidência para inclusão no Plano Estadual de Educação para 2021
- > Mobilização para participação do Encontro Regional e **capacitação da equipe do Escritório Social**, servidores TJ, Executivo estadual e atores da rede de proteção ao egresso



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Inexistência de Central de Vagas; Ausência de Comissão Intersetorial do Sinase; Necessidade de atualização dos Regimentos Internos das Unidades Socioeducativas; Necessidade de aprimoramento da análise dos PIAs; Ausência de programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida; Projeto Vida Livre (Acuda) e Se a Vida Ensina eu Sou Aprendiz (Emeron)

DEPOIS

Porta de entrada

- > Articulação e suporte técnico para a **implementação da Central de Vagas** (minuta em construção com TJ, Fease, MP e Defensoria Pública)
- > Suporte técnico para a atualização dos **Regimentos Internos da Unidades Socioeducativas** – em andamento
- > Inserção da temática **Sinase** na grade curricular da Escola de Magistratura – em andamento

Execução

- > Mobilização de atores locais para criação da **Comissão Intersetorial do Sinase** – em andamento
- > **Justiça Restaurativa:** ações de mobilização e capacitação da rede, dos servidores do Tribunal e articulação para a criação de Núcleo de Justiça Restaurativa no TJ – em andamento



Estrutura do GMF

ANTES

> Estrutura física limitada e ausência de equipe de trabalho (1 secretária contratada)

DEPOIS

- > Publicado pelo TJ ato para instituição de **equipe multiprofissional** com 2 assistentes sociais, 2 pedagogos e 2 psicólogos, mais 3 servidores com dedicação exclusiva – ainda não nomeada
- > Incidência nas políticas de **alternativas penais, monitoração eletrônica, atenção a egressos e socioeducativo**
- > Juiz titular da Vara de Atos Infracionais e **Medidas Socioeducativas** integrando o GMF



Inauguração do Escritório Social (novembro/2019)
Crédito: Assessoria de Comunicação da Assembleia Legislativa de Roraima



Atividade de formação de equipes da Central Integrada de Alternativas Penais, com UNODC e Eixo 1 (fevereiro/2020)
Crédito: Cristina Cardoso

RORAIMA

Início das atividades do Justiça Presente: 27 de maio de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

3.711

612,62/100 mil habitantes (3°)

Presos provisórios

48,02%

(1°)

Déficit de vagas

2.787

(24°)

Razão preso/vagas

4,0

(1°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

8,08

(21°)

Acesso a trabalho

329

(8,87%)
(18°)

Acesso à educação

382

(10,29%)
(16°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

100%

(1°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

75

Taxa de internação por 100 mil habitantes

12,38

(7°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 100% dos processos de execução penal (3.018 informados) tramitando eletronicamente no SEEU (cerca de 3.000 processos de medidas alternativas fora do sistema); Sem coleta biométrica; Levantamento da documentação civil das pessoas presas sem interligação entre sistemas de informação das unidades

DEPOIS

- > **SEEU implantado** em setembro de 2019, com **100% dos 5.887 processos já migrados**
- > Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com TJ, SJ e Sejuc** em janeiro de 2020, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020
- > Articulada a **coleta biométrica do passivo com a Sejuc e o TJ** em janeiro de 2020
- > Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Revezamento entre todos os juízes; Ausência de atendimento multidisciplinar e de fluxo com rede de proteção social; Sem preenchimento do Sistac; Interiorização com restrições no alcance

DEPOIS

- > **Adequação da estrutura física para o funcionamento** do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada no Fórum Criminal, inclusive com sala para atendimento psicossocial; Duas capacitações da **equipe psicossocial**
- > **Implementação do Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada** em andamento, por meio de acordo de cooperação técnica (Sejuc, Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública)
- > Definição e institucionalização de **fluxos de atendimento pré e pós-audiência** por ato do TJ – em andamento
- > Rodízio fixo **apenas de juízes criminais**
- > **Interiorização de todas as audiências de custódia** (Resolução de dezembro de 2019)
- > Adequação do tempo de **apresentação da pessoa custodiada para 24 horas**
- > Mapeamento de **antropólogos e de intérpretes, incluindo de Libras**, considerando línguas indígenas no estado, além de migrantes e pessoas com deficiência
- > Garantia de **acesso por parte do juiz a fotografias de exame cautelar** no momento da audiência - em andamento
- > Colocação de Projudi com perfil perito no IML para **laudos com dados para apuração de tortura/maus-tratos**, além de preenchimento Sistac – em andamento



Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa

ANTES

> Ausência de política estruturada de alternativas penais (convênio com Depen de R\$ 2,2 milhões envolvendo Sejud e TJ); Ausência de CIAP; Serviço de monitoração eletrônica iniciado em 2018 – convênio com Depen de R\$ 1,9 milhão

DEPOIS

- > Em andamento, **implantação de CIAP** e acordo de cooperação técnica entre TJ, MP, Defensoria Pública e Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de Roraima. Início do funcionamento previsto para setembro de 2020
- > **Sala para o funcionamento da CIAP** nas dependências do Fórum Criminal
- > Ampliação de **equipe multidisciplinar e capacitação** de equipes técnicas
- > Em andamento, implantação de **equipe multidisciplinar na monitoração eletrônica** e capacitação da equipe para levantamento de dados das pessoas monitoradas
- > **Justiça Restaurativa**: implantação de núcleo em andamento



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Ausência de política de atenção à pessoa egressa; Ausência de política estruturada de inserção produtiva de apenados; Ausência de políticas judiciárias específicas sobre gênero, raça e condição psicossocial

DEPOIS

> **Implantação de Escritório Social** por meio de parceria entre Assembleia Legislativa e Governo do Estado, TJ e CNJ. Em funcionamento desde novembro de 2019, com parcerias com instituições como Defensoria Pública, Funai, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação, Sistema "S" e universidades

Políticas de cidadania

> Articulação para celas específicas para **populações LGBTI, indígenas e de idosos**

> Plano de **educação no sistema prisional** em andamento, além de promoção de ações de saúde

> Doação de **bicicletas e cestas básicas** para egressos e familiares durante a **pandemia**

> Ações de fomento para fortalecimento de **Conselhos da Comunidade** – em andamento

Inclusão produtiva

> Formalização em 2019 de convênio com o Depen para a execução de **Projeto de Capacitação Profissional e Implantação de Oficinas Permanentes**, de R\$ 3,2 milhões

> Incentivo à produção agrícola na Presídio Agrícola de Monte Cristo



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Ausência de NAI, de Central de Vagas e de Comissão Intersetorial do Sinase; Acesso ao direito de educação no cumprimento da medida; Ausência de programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida e de programa de profissionalização e aprendizagem

DEPOIS

> Articulação para **criação da Central de Vagas** – em andamento

> **Instalação de NAI** em andamento, com articulação de parceria entre CNJ, TJ, Setrabes, Assembleia Legislativa e MPT. Foco em ações de profissionalização e acompanhamento pós-medida

> Iniciativas para **estruturação de núcleo de Justiça Restaurativa** – em construção

> Medidas para implementação de **Programa de Acompanhamento ao Adolescente Pós-Medida**

> Ações de **Profissionalização/Aprendizagem** – em andamento



Estrutura do GMF

ANTES

> Estrutura física suficiente e equipe de trabalho com 1 servidora, 1 cargo comissionado e 1 estagiário

DEPOIS

> **Incidência em políticas penais**, com servidor do GMF atuando com exclusividade, com destaque na interlocução junto ao Executivo e roteiro de inspeções às unidades



Atividade de formação sobre pré-egressos e egresso, com gestores e equipe do Justiça Presente (setembro/2019) Crédito: Secretaria da Administração Prisional e Socioeducativa



Articulação com Defensoria Pública do estado sobre contentação da audiência de custódia (agosto/2019) Crédito: Defensoria Pública de Santa Catarina

SANTA CATARINA

Início das atividades do Justiça Presente: 24 de junho de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

23.483

327,76/100 mil habitantes (14°)

Presos provisórios

24,21%

(23°)

Déficit de vagas

4.450

(18°)

Razão preso/vagas

1,2

(27°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

14,48

(11°)

Acesso a trabalho

7.897

(33,63%) (3°)

Acesso a educação

11.335

(48,27%) (2°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

96%

(11°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

406

Taxa de internação por 100 mil habitantes

5,67

(20°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> e-SAJ com 99,9% dos processos (68.390 informados); Coleta biométrica digital e levantamento da documentação civil das pessoas privadas de liberdade

DEPOIS

> **Implantação do SEEU não iniciada**

> Pactuado **Plano de Trabalho** de Logística de Entrega e de Recebimento dos Kits **com SAP em fevereiro de 2020, e com TJ e SJ em junho de 2020**. Previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020

> Articulada a **integração dos bancos de dados e sistemas com Instituto de Identificação e TSE** em agosto de 2019

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Estrutura arquitetônica adequada; Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada via CPMA; Fluxo com rede de proteção social (SUS e SUAS); Sem preenchimento de Sistac

DEPOIS

- > Preenchimento do **Sistac** em 7 varas da capital
- > Articulação para **defesa da tutela** coletiva, no âmbito da audiência de custódia, pela Defensoria Pública e MP (atividade contínua)
- > **Mapeamento e qualificação de fluxos de atendimento social** e práticas jurídicas para grupos vulneráveis: interlocução com consulados; adequação de fluxo de escolta; incidência sobre uso de algemas e uso da força conforme parametrização nacional e internacional – em andamento
- > Interlocução em andamento junto à CPMA para **atendimento de custodiados** conforme a Resolução CNJ 213/2015
- > Relatório com cronograma de trabalho e mapa descritivo para o fortalecimento das **audiências de custódia nas comarcas do interior**
- > Cadastramento de lista de **intérpretes e tradutores de línguas indígenas** (Resolução 287/19 CNJ)
- > **Prevenção e combate à tortura**: adoção normativa do exame *ad cautelam* e registro fotográfico prévios à audiência (Resolução TJSC N 17/2020); Em andamento, melhoria ou estabelecimento de fluxos para relato de casos



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

> 8 Centrais de Penas e Medidas Alternativas (CPMAs); Desde 2019, Gerência de Penas, Medidas Alternativas e Política de Egressos no âmbito da Seap; CME sem equipe multidisciplinar

DEPOIS

- > Em andamento, suporte técnico no processo de **ampliação e contratação de equipe para as CPMAs**. Previsão de três novas Centrais
- > Criação de **GT de Alternativas Penais e Pessoas Egressas** do sistema prisional, com GMF, SAP, Corregedoria do TJ e Conselho da Comunidade
- > Monitoração eletrônica: suporte técnico à gerência da CME para **contratação de equipe multidisciplinar** e plano de formação para a equipe



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Ausência de política sistemática e articulada a pessoas pré-egressas e egressas; Iniciativas pontuais no âmbito do Judiciário, Executivo e organizações da sociedade civil; Programa Mulheres Livres

DEPOIS

Atenção à pessoa egressa

- > Articulação em andamento junto a projeto de pessoas egressas desenvolvido pela FURB e pela VEC de Blumenau para adoção das **modelagens e metodologias do Escritório Social**
- > Articulação com o projeto de **incubadoras de economia solidaria** da FURB Blumenau voltadas a pessoas egressas visando levantamento metodológico e disseminação
- > Articulação em andamento com unidades prisionais (Palhoça e Florianópolis) para assimilação da **metodologia de atendimento pré-egressos**

Cidadania

- > Articulação em andamento com **sistema municipal de saúde** para incidência junto às pessoas em execução penal e medidas cautelares
- > Levantamento de dados sobre os **Planos de Fomento ao Trabalho Prisional**



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Sem Central de Vagas; Ausência de Comissão Intersetorial do Sinase; Programa de acompanhamento ao adolescente pós-medida com restrições; Ações de profissionalização/aprendizagem no meio fechado

DEPOIS

Porta de entrada

- > Mapeamento de metodologia e dados sobre **Central de Vagas**, a fim de fomentar implantação

Execução

- > Articulação junto ao TJ para **institucionalização da Comissão Intersetorial do Sinase** - portaria publicada em 2019

Porta de saída

- > Articulações em andamento com vistas à: implantação da **Audiência Concentrada**; Ampliação do alcance de projetos locais de **acompanhamento de adolescente pós-medida**; Incremento de **ações de profissionalização e aprendizagem**



Estrutura do GMF

ANTES e DEPOIS:

- > Estrutura física e equipe suficiente, vinculada à presidência do TJ; Incidência em políticas penais: audiências de custódia, alternativas penais e monitoração eletrônica; Plano de trabalho anual



Comitiva do Justiça Presente e gestores do TRF-3 em reunião que marca início do programa (julho/2019)
Crédito: Acom/TRF3

SÃO PAULO

Início das atividades do Justiça Presente: 26 de julho de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

233.089

507,61/100 mil habitantes (6°)

Presos provisórios

19,86%

(25°)

Déficit de vagas

85.147

(1°)

Razão preso/vagas

1,6

(20°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

9,65

(18°)

Acesso a trabalho

49.805

(21,37%) (9°)

Acesso a educação

30.900

(13,26%) (13°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

100%

(1°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)
8410

Taxa de internação por 100 mil habitantes

18,31

(6°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> 511.919 processos informados, em meio físico e eletrônico (E-SAJ). Banco de dados biométrico. Guia com Orientações Gerais sobre Documentação para Presos e Egressos

DEPOIS

> **Implantação do SEEU não iniciada. Pactuação do SEEU com MP-SP**

> Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com TJ e SJ**; em junho de 2020. Em andamento a pactuação do plano de trabalho de logística de entrega e de recebimento dos kits **com a SAP**. Previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020

> Articulada a **integração dos bancos de dados e sistemas com Instituto de Identificação e TSE** em julho de 2019

> Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia na Justiça Federal

ANTES

> Estrutura e espaço para realização das audiências adequados, mas sem ventilação natural; Ausência de Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada; Sem fluxos com rede de proteção social; Sem preenchimento regular de Sistac por todas as varas

DEPOIS

- > Articulações com GMF e SAP para implantação do **serviço de atendimento prévio à pessoa custodiada** no TRF-3 (Guarulhos e São Paulo), com o apoio de parceria com a Universidade de Guarulhos – em andamento
- > Criação de **soluções para migrantes em conflito com a lei**: articulação entre Judiciário e DPU
- > **Sistac**: aprimoramento do fluxo de preenchimento pelas varas de Guarulhos e São Paulo (preenchimento regular)
- > **Tortura e maus-tratos**: em andamento, articulação para aprimoramento de **fluxos entre Judiciário, Polícia Federal e IML** para encaminhamento de laudos de exames de corpo de delito, além de incidência para melhoria na identificação de casos (proposição de roteiro)



Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa

ANTES

> 87 CPMA, com equipes reduzidas e metodologia própria; Sem CME (implementação diretamente pela empresa contratada); Convênio com Depen sem execução

DEPOIS

- > Articulações com a SAP e Depen para **retomada do convênio federal** com contratação de equipes multidisciplinares – em andamento
- > Articulação com SAP e TJ para **reestruturação da Ceapis** na Comarca de Jundiaí visando ampliação de equipe técnica e atendimento na audiência de custódia – em andamento
- > Implantação de **Núcleo de Justiça Restaurativa** junto ao TRF3 – em andamento



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> 49 CAEFs vinculadas à administração estadual; Programa Pró-Egresso, regulado por decreto para adoção de cotas para egressos em contratos de licitação pública

DEPOIS

> Mobilização de servidores da SAP e representantes da sociedade civil para participação de **Encontro Regional do Escritório Social** (Espírito Santo)
> Articulações iniciais para **implantação da Raesp**: parceria ITTC e Pro Bono



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Dados não levantados

DEPOIS

> **Coleta de dados** junto à Fundação CASA para subsidiar incidências nas políticas na área
> Formação de **grupo de trabalho com a CIJ (TJ), Fundação CASA e Secretaria de Desenvolvimento Social** do Estado para alinhamento de incidências conjuntas, incluindo evento comemorativo aos 30 anos do ECA, previsto para 2020



Estrutura do GMF-TRF3

ANTES

> Estrutura suficiente e equipe de trabalho com 1 servidor cedido

DEPOIS

> Atuação para a melhoria do atendimento de **proteção social nas audiências de custódia** e emissão de orientações às Varas Criminais



Reunião sobre interiorização de audiências de custódia (janeiro/2020)
Crédito: Bruno César/Dircom TJSE



Reunião sobre implantação da Central Integrada de Alternativas Penais, com representantes do Judiciário e do Executivo (outubro/2019)
Crédito: Ascom/Sejuc

SERGIPE

Início das atividades do Justiça Presente: 4 de abril de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

6.360

276,68/100 mil habitantes (4°)

Presos provisórios

44,45%

(24°)

Déficit de vagas

3.271

(21°)

Razão preso/vagas

2,1

(10°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

20,44

(6°)

Acesso a trabalho

441

(6,93%) (22°)

Acesso à educação

1.154

(18,14%) (9°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

90%

(16°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

250

Taxa de internação por 100 mil habitantes

10,88

(12°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> Sistema de Controle Processual Virtual com 97,3% dos processos (17.616 informados); Ausência de cadastramento biométrico; Termos de cooperação entre Sejuc, Anoreg e Superintendência do Trabalho e Emprego para emissão de documentos conforme demanda

DEPOIS

- > **SEEU implantado** em julho de 2019, com **99,9% dos 20.191 processos já migrados**
- > Pactuado o **plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits com TJ em janeiro de 2020, **com Sejuc em junho de 2020 e com SJ em julho de 2020**, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020
- > **Articulada a coleta biométrica** do passivo com a Sejuc e o TJ em janeiro de 2020
- > Elaborado **diagnóstico sobre a situação de emissão de documentação** civil no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Realizadas na capital e atendendo a 11 municípios; Revezamento de juízes de todas as áreas, sem coordenador ou núcleo de referência no TJ; Preenchimento do Sistac com restrições; Ausência de equipe multidisciplinar e de fluxos com redes de proteção social; Ausência de insumos para atendimento emergencial

DEPOIS

- > Implantação do **serviço de atendimento à pessoa custodiada** por meio da CIAP, com termo de cooperação técnica entre TJ, MP, Defensoria Pública, OAB, Prefeitura de Aracaju e Prefeitura de Nossa Senhora do Socorro/SE
- > Implementação de sala de atendimento para **equipe psicossocial no espaço das audiências** e ações para fortalecer fluxo entre as equipes do atendimento psicossocial e monitoração eletrônica
- > **Interiorização** das audiências de custódia, com criação de quatro pólos
- > **Formação de magistrados e servidores** em audiências de custódia e alternativas penais, pela Escola Judicial do estado, com apoio técnico à construção da proposta



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

> Ausência de política estadual de alternativas penais – convênio com Depen de R\$ 2 milhões desde 2015, não executado; Vepema com atuação na capital; CME sem equipe multiprofissional – ausência de execução do convênio com o Depen de R\$ 1,5 milhão, firmado em 2015 e vigência até janeiro/2020

DEPOIS

- > **Articulação para implementação do convênio federal** para a CIAP: aquisição de equipamentos e contratação de equipe
- > **Termo de cooperação técnica** para implementação, acompanhamento e avaliação da política de alternativas penais no estado
- > Articulação para reforma de prédio cedido para implantação da Central, com **uso de penas pecuniárias para aquisição de itens**, e para contratação de equipe multidisciplinar, com formação pelo Justiça Presente em maio de 2020
- > Implantação de **Comitê Gestor** (Sistema de Justiça e do Executivo) – em andamento
- > Apoio à realização de **cursos da Escola Judicial** do estado para magistrados e servidores – em andamento
- > Articulação para **implementação do convênio federal** para a política de monitoração eletrônica, com prorrogação de vigência, e implantação de equipe multidisciplinar
- > Atualização de Portaria Conjunta GMF e Sejud que regulamenta o uso do equipamento, assim como **protocolos e fluxos entre o Judiciário e a Central de Monitoração Eletrônica** – em andamento



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Ausência de política de atenção a pessoas egressas; Núcleo técnico da VEP com estrutura restrita e sem fluxo com a rede de proteção; Conselho da Comunidade mantém o Programa Começar de Novo, com contratos de prestação de serviços e fomento ao empreendedorismo; Projeto Odara de inserção produtiva para mulheres no sistema prisional; Dois convênios Procap em âmbito federal (de R\$ 203 mil e vigência até dezembro/2019; e de R\$ 392 mil e término em janeiro/2020) – ambos sem execução

DEPOIS

Escritório Social e pré-egressos

- > Acordo de cooperação técnica **assinado em junho de 2020 para implantação de Escritório Social** (CNJ, TJ e Governo do Estado); Doação de insumos para funcionamento
- > Criação de **Grupo de Trabalho** reunindo Judiciário, Executivo e sociedade civil para fomentar a criação da estrutura e de metodologia
- > Novo fluxo de **apresentação de egressos na VEC**, com antecipação do prazo de apresentação – identificação e encaminhamento de demandas emergenciais
- > **Parceria Escritório Social com NAT e Fundat**, com foco na inserção produtiva – em construção
- > **Raesp**: articulação e institucionalização em andamento
- > Elaboração de Plano de Trabalho para **implementação da metodologia de pré-egressos** e aplicação piloto em unidade prisional – em construção
- > Em andamento, criação de grupo itinerante de atendimento a pré-egressos pela Sejud; Consolidação de **fluxos e instrumentais de atendimento** a pessoas egressas

Inserção produtiva

- > Elaboração de minuta de **Plano Estadual sobre Trabalho no Sistema Prisional** e suporte na implementação de convênios Procap e NAT-CoopSocial, firmados com o Depen e o Ministério da Cidadania no campo da inclusão produtiva (sem execução desde 2015) – em andamento

Conselho da Comunidade

- > Ações para **integração e fluxo com Escritório Social**, além de ampliação de parcerias para vagas de trabalho



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Ausência de Central de Vagas e de NAI; Audiências concentradas interrompidas; Programa de Egressos da Fundação Renascer, de acompanhamento ao adolescente pós-medida

DEPOIS

- > Interlocução com o Executivo para elaboração de proposta e **modelagem para implantação da Central de Vagas**
- > Elaboração de proposta e de minuta de termo de cooperação, em conjunto com a CIJ, para **implantação de metodologia do NAI**
- > Articulação com Ejuse para **inclusão de conteúdo do Sinase na grade curricular** de cursos de formação aos magistrados – em andamento em andamento
- > Organização de evento para **integração entre Judiciário e meio aberto**, para ampliação do diálogo entre as equipes dos Creas e magistradas – em andamento
- > Apoio às ações da CIJ para mais **salas do ensino básico nas unidades** de internação
- > Levantamento de informações sobre **prazos das internações provisórias**, com vistas a subsidiar maior controle do Judiciário e Executivo sobre os prazos das internações
- > Apoio à CIJ para **articulação de vagas de aprendizagem** em órgãos públicos (JF, TRT, MPT, MP, Executivo, Alese) e privados (Fecomércio), e aproximação com Programa de Egressos da Fundação Renascer



Estrutura do GMF

ANTES

> Estrutura física e equipe de trabalho compartilhada com outros setores do TJ.

DEPOIS

> **Aproximação com VEC e Vempa**, com maior interlocução com a Coordenadoria de Perícias, que acompanha as equipes psicossociais; Em avaliação, proposta de inclusão de juiz da VEC

> Atuação ampliada também para **alternativas penais e atenção a pessoas egressas**

> Aproximação com a **Coordenadoria de Infância e Juventude**



I Workshop Estadual de Alternativas, realizado na Escola de Magistratura do Tocantins, com representantes do GMF/ TJTO, Defensoria Pública, Secretaria de Cidadania e Justiça e MP estadual (setembro/2019) Crédito: Mariana Leiras / Justiça Presente



Encontro de Formação em Metodologias dos Escritórios Sociais, em Brasília/DF (Novembro 2019) Crédito: Equipe Justiça Presente

TOCANTINS

Início das atividades do Justiça Presente: 05 de abril de 2019



SISTEMA PRISIONAL

População privada de liberdade

4.491

285,53/100 mil habitantes (19°)

Presos provisórios

35,47%

(12°)

Déficit de vagas

2.394

(25°)

Razão preso/vagas

2,1

(11°)

Mortalidade por 10 mil habitantes

20,44

(7°)

Acesso a trabalho

1.004

(22,36%) (8°)

Acesso à educação

586

(13,05%) (14°)

Estabelecimentos que receberam visitas de inspeção

95%

(12°)

Fonte: Infopen (dados de dezembro de 2019)



SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Adolescentes em meio fechado (2018)

124

Taxa de internação por 100 mil habitantes

7,88

(16°)

Fonte: Panorama da execução dos programas socioeducativos de internação e semiliberdade nos estados brasileiros – Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2019)



Sistemas e Identificação

ANTES

> e-PROC com 100% dos processos (14.315 informados); Informações desconhecidas sobre documentação e biometria

DEPOIS

> **SEEU implantado** em abril de 2019. Atualmente, 99,5% de seus 14.680 processos já foram migrados

> **Pactuado o plano de trabalho** de logística de entrega e de recebimento dos kits **com Secretaria de Cidadania e Justiça em novembro de 2019, com o TJ em janeiro de 2020 e com o SJ em junho de 2020**, com previsão de entrega dos kits biométricos a partir de outubro de 2020

> Em andamento **articulação da coleta biométrica do passivo** com a SECIJU e TJ

> Elaborado diagnóstico sobre a **situação de emissão de documentação civil** no estado



Audiências de Custódia

ANTES

> Ausência de equipe psicossocial no pré e pós-audiência; Ausência de articulação intersetorial, com restrição de conhecimento de serviços do SUS e SUAS

DEPOIS

- > **Formação técnica em proteção social** junto à Gerência Estadual de Alternativas Penais e às 5 equipes multiprofissionais das Centrais de Penas e Medidas Alternativas
- > Mapeamento e **pactuações com a rede de serviços do SUS e SUAS**, com aprimoramento na interlocução com o Judiciário e qualificação das decisões do magistrado quanto a encaminhamentos
- > Qualificação e **padronização de roteiro de perguntas sobre vulnerabilidade social**, tortura e maus-tratos
- > Desenvolvimento, em conjunto com GMF, de instrumentos voltados para inspeções com quesitos específicos sobre **as celas de custódia e verificação de maus-tratos e tortura**
- > Inclusão da **audiência de custódia no Plano de Trabalho do GMF**, com formação de equipe, planejamento e monitoramento das ações



Alternativas Penais e Monitoração Eletrônica

ANTES

> 3 centrais de Penas e Medidas Alternativas – alinhamento restrito da equipe nos fluxos e gestão; Convênio de R\$ 650 mil com o Depen para a política de alternativas penais até janeiro de 2020; Convênio com o Depen para monitoração eletrônica de R\$2,3 milhões e 3 Centrais de Monitoração Eletrônica sem equipe multidisciplinar

DEPOIS

- > Ampliação para 5 unidades de **Centrais de Penas e Medidas Alternativas**, com capacitação técnica das equipes no aprimoramento de fluxos e qualificação do atendimento
- > **Formação técnica da Gerência Estadual de Alternativas Penais** com foco na proteção social no pré e pós-audiência
- > Monitoração eletrônica: suporte técnico sobre **proteção de dados das pessoas monitoradas**, via manuais e diretrizes



Políticas de Cidadania/Apoio a Pessoas Egressas e Familiares

ANTES

> Ausência de política ou programas de apoio a pessoas egressas; Iniciativas pontuais realizadas pela Seciju; Conselho da Comunidade atuando em demandas emergenciais; Ausência de programa de inserção produtiva

DEPOIS

Escritório Social

- > Acordo de cooperação técnica entre CNJ, TJ, Governo do Estado, Arquidiocese e Conselho da Comunidade, em fevereiro de 2020, para implantação de **Escritório Social**. Articulação para **plano de trabalho e construção da unidade viabilizada** por meio de penas pecuniárias
- > Articulação para obtenção de **recursos via Depen e doação de insumos** para o funcionamento pelo programa

Raesp

- > Articulação para lançamento em fevereiro de 2020, com 15 instituições representativas de diversos setores. Elaboração do **Planejamento Estratégico da Raesp em andamento**, com foco na atuação em parceria com as políticas do Escritório Social
- > **Inclusão de estratégias intersetoriais** de prevenção e combate à tortura já a partir das audiências de custódia. Incidência para aproximação da sociedade civil com o GMF



Sistema Socioeducativo

ANTES

> Central de Vagas no Executivo com atuação com restrições; Ausência de NAI e de Comissão Intersetorial de Acompanhamento do Sinase; Ausência de programa de acompanhamento do adolescente pós-medida; Ações pontuais de profissionalização e aprendizagem

DEPOIS

> Institucionalização de grupo de trabalho para efetivação das ações referente à **instalação de NAI**, com acordo de cooperação técnica entre Coordenadoria da Infância, MP, Defensoria Pública, Secretaria de Cidadania e Justiça, Secretaria de Trabalho e Assistência Social em andamento

> **Implantação do Comitê Intersetorial de Acompanhamento do Socioeducativo** (Ciase) em andamento, com portaria publicada. Aguardando manifestação das Secretarias Estaduais

> Mobilização dos atores locais para diagnóstico das **medidas em meio aberto**

> Suporte técnico local no **diagnóstico de serviços de qualificação para adolescentes em cumprimento** de medidas socioeducativas – em andamento



Estrutura do GMF

ANTES

> GMF com 1 desembargador supervisor, 1 juiz coordenador e 4 juízes colaboradores

DEPOIS

> **Magistrados engajados e articulados** em torno de novo plano de trabalho orientado pelas diretrizes do programa

> **Equipe técnica ampliada** para 3 técnicos auxiliares com formação multidisciplinar e 3 estagiários de Direito

> Estrutura física ampliada, com **7 estações de trabalho e sala de reunião**

> **Juiz da Infância e Juventude** participa de ações junto ao GMF

> Ampliação da atuação em **audiências de custódia** – coordenador GMF titular nas audiências de custódia na capital

> **Ampliação de temas de trabalho**, com aproximação com sociedade civil e suporte técnico a Raesp, atuação com a política de alternativas penais

PRÓXIMAS ATIVIDADES

Além de dar continuidade às atividades já iniciadas localmente, o próximo ciclo da parceria entre CNJ e PNUD, com apoio do Depen, irá incidir em iniciativas como:



SEEU

- > Conclusão do processo de nacionalização após adaptação de cronogramas em razão da Covid-19
- > Criação de Comitês no CNJ (Técnico e Gestor) e refinamento e governança
- > Aprofundamento de integração de atividades com DTI/CNJ – sustentabilidade
- > Continuidade de interligação entre sistemas (BNMP, Sisdepen)
- > Novas funcionalidades e melhoria contínua em segurança
- > Disponibilização de painel público de consulta em tempo real com dados sobre execução penal
- > Geração de consultas e relatórios – melhor tomada de decisão



Biometria e Documentação

- > Suporte local para entrega e recepção dos equipamentos de coleta biométrica
- > Suporte local para articulações e definição de fluxo da emissão de documentação civil das pessoas privadas de liberdade
- > Suporte local para emissão e entrega da documentação civil das pessoas privadas de liberdade



Audiência de Custódia

- > Cooperações técnicas com instituições de ensino superior em temáticas relacionadas à justiça criminal e ao acesso à rede de proteção social
- > Capacitações e processos formativos para magistratura, em parceria com Escolas Judiciárias
- > Interiorização das audiências de custódia, com expansão e qualificação dos serviços, seguindo parametrização jurídica e de proteção social
- > Prevenção e combate aos maus-tratos e à tortura, com estabelecimento de protocolos interinstitucionais de registro, notificação e processamento de casos
- > Capacitação de médicos legistas para qualificação dos laudos perícia sobre exame cautelar, com foco no Protocolo de Istambul e outros tratados internacionais
- > Fortalecimento de incidência para redução do uso de algemas durante as audiências de custódia, conforme Súmula Vinculante 11 do STF
- > Arquitetura: adequação para atendimento à pessoa custodiada, além de implantação e qualificação de equipes multidisciplinares e de institucionalização de fluxos
- > Garantia do acesso público às audiências de custódia, especialmente de familiares, bem como serviço de tradução e de intérpretes de Libras



Alternativas Penais, Monitoração Eletrônica e Justiça Restaurativa

- > Implantação de novas Centrais Integradas de Alternativas Penais
- > Implementação e institucionalização de Comitês Gestores Estaduais de Alternativas Penais
- > Apoio técnico na execução e/ou obtenção de convênios federais para qualificação de serviços de alternativas penais e monitoração eletrônica
- > Implementação e acompanhamento de práticas de Justiça Restaurativa, incluindo grupos reflexivos voltados a autores de violência doméstica
- > Aprimoramento de serviços e instrumentos, com formação de magistrados, capacitação de equipes técnicas, atendimento multidisciplinar e elaboração de fluxos e protocolos



Políticas de Cidadania e Atenção à Pessoa Egressa

- > Fomento à política de inclusão produtiva de pessoas presas, egressas e familiares, por meio de articulação com o setor produtivo e de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares
- > Implantação e fortalecimento da atuação de Conselhos da Comunidade
- > Novos acordos para implantação de Escritórios Sociais e inauguração de unidades com cronograma suspenso em razão da pandemia de Covid-19
- > Implementação da PNAISP e de políticas de atenção à saúde mental
- > Rede de Apoio à Pessoa Egressa do Sistema Penitenciário: apoio na construção e institucionalidade de ações



Sistema Socioeducativo

PORTA DE ENTRADA

- > Núcleo de Atendimento Integrado (NAI): apoio em articulação para implantação e/ou ações de aprimoramento
- > Central de Vagas: fomento à criação, implementação, aperfeiçoamento e sustentabilidade, inclusive por meio de projetos de lei

EXECUÇÃO

- > Comissão Intersectorial Sinase: ações de articulação e de fortalecimento
- > Inclusão de conteúdos do Sinase em formações iniciais e continuadas de Escolas de Magistratura

PORTA DE SAÍDA

- > Programa de Acompanhamento ao Adolescente Pós-Medida: criação, implantação e/ou fortalecimento
- > Profissionalização/Aprendizagem: execução de projetos de qualificação profissional de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, incluindo parcerias com Institutos Federais, MPT e Sistema S
- > Audiências Concentradas: fomento à institucionalização do serviço

Grupos de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMFs/TJs)

- ACRE:** Desembargadora Denise Castelo Bonfim (supervisão); Juiz de Direito Robson Aleixo (coordenação)
- ALAGOAS:** Desembargador Celyrio Adamastor Tenório Accioly (supervisão); Juiz de Direito Ivan Vasconcelos de Brito Junior (coordenação)
- AMAPÁ:** Desembargador Rommel Araújo De Oliveira (supervisão); Juiz de Direito João Teixeira de Matos Júnior (coordenação)
- AMAZONAS:** Desembargador Sabino da Silva Marques (coordenação)
- BAHIA:** Desembargador Pedro Augusto Costa Guerra (supervisão); Juiz de Direito José Reginaldo Costa Rodrigues Nogueira (coordenação)
- CEARÁ:** Desembargador Henrique Jorge Holanda Silveira (supervisão); Juíza de Direito Luciana Teixeira de Souza (coordenação)
- DISTRITO FEDERAL:** Desembargador Roberval Casemiro Belinati (supervisão); Juíza de Direito Leila Cury (coordenação)
- ESPÍRITO SANTO:** Desembargador Fernando Zardini Antônio (supervisão); Juíza de Direito Gisele Souza De Oliveira (coordenação)
- GOIÁS:** Desembargador Jairo Ferreira Junior (supervisão); Juíza de Direito Thelma Aparecida Alves Marques (coordenação)
- MARANHÃO:** Desembargador Marcelo Carvalho Silva (supervisão); Juiz de Direito Marcelo Silva Moreira (coordenação)
- MATO GROSSO:** Desembargador Orlando de Almeida Perri (supervisão); Juiz de Direito Geraldo Fernandes Fidélis Neto (coordenação)
- MATO GROSSO DO SUL:** Desembargador Luiz Gonzaga Mendes Marques (supervisão); Juiz de Direito Olivar Augusto Roberti Coneglian (coordenação)
- MINAS GERAIS:** Desembargador Júlio Cezar Gutierrez Vieira Baptista (supervisão); Juiz de Direito Evaldo Elias Penna Gavazza (coordenação)
- PARÁ:** Desembargador Ronaldo Marques Valle (supervisão); Juíza de Direito Blenda Nery Rigon Cardoso (coordenação)
- PARAÍBA:** Desembargador Joás de Brito Pereira Filho (supervisão); Juiz de Direito Rodrigo Marques (coordenação)
- PARANÁ:** Desembargador Ruy Muggiati (supervisão); Ana Carolina Bartolamei Ramos (coordenação)
- PERNAMBUCO:** Desembargador Mauro Alencar de Barros (supervisão); Juiz de Direito Roberto Costa Bivar (coordenação)
- PIAUI:** Desembargador Ricardo Gentil Eulálio Dantas (supervisão); Juiz de Direito José Vidal De Freitas Filho (coordenação)
- RIO DE JANEIRO:** Desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes (supervisão); Juiz de Direito Leandro Loyola de Abreu (coordenação)
- RIO GRANDE DO NORTE:** Desembargadora Maria Zenaide Bezerra (supervisão); Juiz de Direito Henrique Baltazar Vilar dos Santos (coordenação)
- RIO GRANDE DO SUL:** Desembargadora Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak (supervisão); Juiz de Direito Alexandre de Souza Costa Pacheco (coordenação)
- RONDÔNIA:** Desembargador José Antônio Robles (supervisão); Juiz de Direito Sérgio William Domingues Teixeira (coordenação)
- RORAIMA:** Desembargador Almiro José Mello Padilha (supervisão); Juíza de Direito Joana Sarmiento de Matos (coordenação)
- SANTA CATARINA:** Desembargador Leopoldo Augusto Brüggemann (supervisão); Juíza de Direito Carolina Ranzolin Nerbass Fretta (coordenação)
- SÃO PAULO:** Desembargador Marcelo Coutinho Gordo (supervisão); Desembargador Reinaldo Cintra Torres de Carvalho (coordenação)
- SERGIPE:** Desembargador Diógenes Barreto (supervisão); Juiz de Direito Daniel de Lima Vasconcelos (coordenação)
- TOCANTINS:** Desembargadora Maysa Vendramini Rosal (supervisão); Juiz de Direito Jordan Jardim (coordenação)

FICHA TÉCNICA

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ)

Juizes auxiliares da Presidência

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi (Coordenador); Antonio Carlos de Castro Neves Tavares; Carlos Gustavo Vianna Direito; Fernando Pessoa da Silveira Mello

Equipe

Victor Martins Pimenta; Ricardo de Lins e Horta; Alexandre Padula Jannuzzi; Alisson Alves Martins; Anália Fernandes de Barros; Auristelia Sousa Paes Landino; Bruno Gomes Faria; Camilo Pinho da Silva; Danielle Trindade Torres; Emmanuel de Almeida Marques Santos; Helen dos Santos Reis; Joseane Soares da Costa Oliveira; Kamilla Pereira; Karla Marcovecchio Pati; Karoline Alves Gomes; Larissa Lima de Matos; Liana Lisboa Correia; Lino Comelli Junior; Luana Alves de Santana; Luana Gonçalves Barreto; Luiz Victor do Espirito Santo Silva; Marcus Vinicius Barbosa Ciqueira; Melina Machado Miranda; Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa; Nayara Teixeira Magalhães; Rayssa Oliveira Santana; Renata Chiarinelli Laurino; Rennel Barbosa de Oliveira; Rogério Gonçalves de Oliveira; Sirlene Araujo da Rocha Souza; Thaís Gomes Ferreira; Valter dos Santos Soares; Wesley Oliveira Cavalcante

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni
Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Unidade de Gestão de Projetos (UGP)

Gehysa Lago Garcia; Camila Fracalacci; Fernanda Evangelista; Jenieri Polacchini; Mayara Sena; Polliana Andrade e Alencar

Equipe Técnica

Coordenação-Geral

Valdirene Daufemback; Talles Andrade de Souza; Adrianna Figueiredo Soares da Silva; Amanda Pacheco Santos; Anália Fernandes de Barros; André Zanetic; Beatriz de Moraes Rodrigues; Debora Neto Zampier; Iuri de Castro Tôrres; Lucas Pelucio Ferreira; Luciana da Silva Melo; Marcela Moraes; Marília Mundim da Costa; Mario Henrique Ditticio; Sérgio Peçanha da Silva Coletto; Tatiany dos Santos Fonseca

Eixo 1

Fabiana de Lima Leite; Rafael Barreto Souza; Izabella Lacerda Pimenta; André José da Silva Lima; Ednilson Couto de Jesus Junior; Julianne Melo dos Santos

Eixo 2

Claudio Augusto Vieira; Fernanda Machado Givisiez; Eduarda Lorena de Almeida; Solange Pinto Xavier

Eixo 3

Felipe Athayde Lins de Melo; Pollyanna Bezerra Lima Alves; Juliana Garcia Peres Murad; Sandra Regina Cabral de Andrade

Eixo 4

Alexander Cambraia N. Vaz; Ana Teresa Iamarino; Hely Firmino de Sousa; Rodrigo Cerdeira; Alexandra Luciana Costa; Alisson Alves Martins; Ana Virginia Cardoso; Anderson Paradelas; Celena Regina Soeiro de Moraes Souza; Cledson Alves Junior; Cristiano Nascimento Pena; Daniel Medeiros Rocha; Felipe Carolino Machado; Filipe Amado Vieira; Flavia Franco Silveira; Gustavo José da Silva Costa; Joenio Marques da Costa; Karen Medeiros Chaves; Keli Rodrigues de Andrade; Marcel Phillipe Silva e Fonseca; Maria Emanuelli Caselli Pacheco Miraglio;

Rafael Marconi Ramos; Roberto Marinho Amado; Roger Araújo; Rose Marie Botelho Azevedo Santana; Thais Barbosa Passos; Valter dos Santos Soares; Vilma Margarida Gabriel Falcone; Virgínia Bezerra Bettega Popiel; Vivian Murbach Coutinho; Wesley Oliveira Cavalcante; Yuri Menezes dos Anjos Bispo

Coordenações Estaduais

Ana Pereira (PB); Arine Martins (RO); Carlos José Pinheiro Teixeira (ES); Christiane Russomano Freire (SC); Cláudia Gouveia (MA); Daniela Rodrigues (RN); Fernanda Almeida (PA); Flávia Saldanha Kroetz (PR); Gustavo Bernardes (RR); Isabel Oliveira (RS); Isabela Rocha Tsuji Cunha (SE); Jackeline Freire Florêncio (PE); Juliana Marques Resende (MS); Lucas Pereira de Miranda (MG); Mariana Leiras (TO); Mayesse Silva Parizi (BA); Nadja Furtado Bortolotti (CE); Natália Vilar Pinto Ribeiro (MT); Pâmela Villela (AC); Paula Jardim (RJ); Ricardo Peres da Costa (AM); Rogério Duarte Guedes (AP); Vânia Vicente (AL); Vanessa Rosa Bastos da Silva (GO); Wellington Pantaleão (DF)

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

Diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC: Elena Abbati

Coordenador da Unidade de Estado de Direito: Nívio Caixeta Nascimento

Equipe

Marina Lacerda e Silva; Nara Denilse de Araujo; Vinícius Assis Couto; Ana Maria Cobucci; Daniela Carneiro de Faria; Denise de Souza Costa; Elisa de Sousa Ribeiro Pinchemel; Igo Gabriel dos Santos Ribeiro; Lívia Zanatta Ribeiro; Luiza Meira Bastos; Pedro Lemos da Cruz; Thais Lemos Duarte; Thays Marcelle Raposo Pascoal; Viviane Pereira Valadares Felix

Consultorias Estaduais em Audiência de Custódia

Acássio Pereira De Souza (CE); Ana Carolina Guerra Alves Pekny (SP); Ariane Gontijo Lopes (MG); Carolina Costa Ferreira (DF); Carolina Santos Pitanga De Azevedo (MT); Cesar Gustavo Moraes Ramos (TO); Cristina Gross Villanova (RS); Cristina Leite Lopes Cardoso (RR); Daniela Dora Eilberg (PA); Daniela Marques das Mercês Silva (AC); Gabriela Guimarães Machado (MS); Jamile dos Santos Carvalho (BA); João Paulo dos Santos Diogo (RN); João Vitor Freitas Duarte Abreu (AP); Laís Gorski (PR); Luanna Marley de Oliveira e Silva (AM); Luciana Simas Chaves de Moraes (RJ); Luciano Nunes Ribeiro (RO); Lucilene Mol Roberto (DF); Lucineia Rocha Oliveira (SE); Luis Gustavo Cardoso (SC); Manuela Abath Valença (PE); Maressa Aires de Proença (MA); Olímpio de Moraes Rocha (PB); Rafael Silva West (AL); Regina Cláudia Barroso Cavalcante (PI); Victor Neiva e Oliveira (GO)

CONSULTORIAS ESPECIALIZADAS

Ana Claudia Nery Camuri Nunes; Cecília Nunes Froemming; Dillyane de Sousa Ribeiro; Felipe da Silva Freitas; Phillippe de Freitas Campos; Helena Fonseca Rodrigues; José Fernando da Silva; Leon de Souza Lobo Garcia; Maíra Rocha Machado; Maria Palma Wolff; Natália Ribeiro; Natasha Brusaferrero Riquelme Elbas Neri; Pedro Roberto da Silva Pereira; Suzann Flavia Cordeiro de Lima; Raquel da Cruz Lima; Silvia Souza; Thais Regina Pavez

EX-COLABORADORES

DMF/CNJ

Ane Ferrari Ramos Cajado; Gabriela de Angelis de Souza Penaloza; Lucy Arakaki Felix Bertoni; Rossilany Marques Mota; Túlio Roberto de Moraes Dantas

PNUD/UNODC

David Anthony G. Alves; Dayana Rosa Duarte Morais; Fernanda Calderaro Silva; Gabriela Lacerda; João Marcos de Oliveira; Luana Natielle Basílio e Silva; Luiz Scudeller; Marcus Rito; Marília Falcão Campos Cavalcanti; Michele Duarte Silva; Noelle Resende; Tania Pinc; Thais Duarte; Thayara Castelo Branco

SEEU - Forças-tarefa

Magistrados

Marcelo Gobbo Dalla Dea (Desembargador - TJPR); Albino Coimbra Neto (TJMS); Ana Carolina Bartolomei (TJPR); Consuelo Silveira Neto (TJMG); Eduardo Lino (TJPR); Fernanda Orsomarzo (TJPR); Gisele Souza de Oliveira (TJES); Graciela de Rezende Henriquez (TJES); João Matos Junior (TJAP); Jordan Jardim (TJTO); José Vidal de Freitas; Oswaldo Soares Neto (TJPR); Renato Garcia (TJPR)

Administradores Nacionais SEEU

Túlio Dantas (TJDFT); Lucy Arakaki Felix Bertoni (CNJ); Lino Comelli Jr. (TJPR)

SERVIDORES

TJAC Paulo Wilker Oliveira Pereira; Warle Castelo da Rocha

TJAP Adelson Armando Marques Anderson; Adria Lilian Miranda do Nascimento; Aldhemir Johel da Silva Freitas; Carlos Eduardo Valoes Mazurek; Daniela Gonçalves Matias; Danny Wadson de Souza Azulay; Lissa Violeta de Carvalho Malta; Maria Aparecida Borges de Azeredo; Raimundo Augusto Brito Pinheiro; Renee Gomes de Souza

TJCE Francisco Alípio Pinto Misquita

TJDFT Tatiana de Souza Guedes

TJES Anderson de Souza Rocha; Ariela Lima Andrade; Augusto Henrique G. F. de Andrade; Bruno de Oliveira Fabres; Carla Mileipe Festa; Felipe Gabriel Sotero e Andrade; Hélio Adolpho Machado Schiavo; Leandro Machado de Miranda; Leandro Silva Oliveira; Leonardo Seoldo Ferreira; Marcus Pinto Sobrosa; Robson Abreu; Rodson Barcellos Ferreira; Tatiana Abreu Miranda

TJGO Bruno Faustino de Jesus; Danilo Vieira Santos; Davi José da Silva; Fabiano da Silva Matos; Glauber Valadão Victor; Heber Silva Veloso; Kamilla Pereira

TJMG Ana Júlia Lopes; Bruno Alves Apolinário; Carlos Eduardo Minekawa; Caroline Eire de Oliveira Queiroz Soares; Cinthya Calili Rezende Lima; Débora Aparecida Costa Lemos; Eli Luiz da Silva; Fabiana Ribeiro Fagundes de Souza; Gislene Sousa Salomão; Juliana Alves Rodrigues; Leila dos Santos Dias; Lucimara Aparecida Silva Antunes de Oliveira; Lucimara Oliveira; Magda Rizza; Marcelo Pereira da Trindade; Márcio Caldeira da Cruz; Marise de Freitas Rosa; Natália Menezes Santos; Patrícia Prata de Velloso Vianna; Roselaine da Silva; Sara Eleto Hamade; Vânia Alves Ramos; Vanusa Maria dos Santos; Zaqueu José Ribeiro

TJMS Aline Aparecida Bittencourt; Andrea Michele do Carmo Alves; Evandro Gomes de Souza; Guilherme Romano de Souza; Hícaro Augusto Bertolotti; Isabele Quadros Pegoretti; Luciano Alves da Silva; Mariana de Mello Mendonça; Maurício Henriques Porciúncula; Paulo Jeronimo Coelho Queiroz; Wiliane da Silva Campos

TJPR Adriana da Silva Tavares; Anderson Fernandes Vieira; Andressa Wolff Cordeiro; Andressa Martins; Ciceane Estela do Carmo; Clarice de Fátima Bielen Wambier; Claudia Fernandes Gonçalves; Danielle Graça Recco; Diogo Kanoffre da Silveira; Diogo de Brito Garcia; Edson dos Santos Azevedo; Eliane da Silva Souza; Érika Barbiero Vieira; Everton Fernandes Lopes; Fabiane Tomé; Fabricio Ferreira Mendes; Felipe Antonioli Dantas; Fernanda Carolina Hauenstein; Fernando Antônio Moscato; Fernando Garcia Algarte Filho; Gabriela de Oliveira; Gerson André Martins Tria; Giovani Liberalesso; Guilherme Goerck Confortim; Ingrid Yuri Meyer Noda; Jackson da Rocha; Jackson Mitsuro Yoshitomi; Jacqueline de Fátima Percegon; Jonatas Domingos Soares; Jonathan Buratto Barbosa; Jordana Marcelle Fernandes de Oliveira; Juliane Senger Diniz; Karlla Priscilla Crestani Romanino; Kleber Biaggi Ribeiro da Silva; Laura Cristina de Souza Leite; Lucio da Rosa da Silva; Madalena Castilho; Marcio Barrim Bandeira; Marcos Antônio Barbosa Pereira; Marina Cortina; Meiri Angela Fernandes dos Reis; Newton Cesar Likes; Patricia Harumi Arai; Paulo Alexandre Verboski; Raquel de Naday Di Creddo; Renato Werle Ribeiro; Rodrigo Barroso Cremonez Guimarães; Rosangela Roberto dos Santos de Moura; Sidnei Rodrigo Cozer; Suelen Aparecida Gonçalves Palaoro; Tatiana Liborio Nellessen Perestrelo; Vitor Luís dos Santos

TJPI Anne Michelle de Freitas Travassos; Camila Patrício Ventura; Gildeon da Costa Oliveira; João Pedro Soares Silva; Klaus Ribeiro de Oliveira; Layse Alves Coêlho; Marlon Fábio Alves de Paula; Pablo Ernesto Fonseca Neiva; Walkey Werber da Silva Sousa; Williane Carvalho Cardoso

TJRO Ana Zélia Vaz de Oliveira; Marcia de Castro Chaves; Samia Pimentel de Carvalho

TJSE Acacia Simone dos Santos Bitencourt; Carolina Oliveira Melo; Claudia Emilia F. G. M. Tosta; Diane Vidigal Andrade Leite; Lissa Violeta de Carvalho Malta; Maria Cleidejane da Silva Santos; Michell de Araujo Andrade; Rafaela Dantas de Andrade Silveira

TJSP Débora Cristina Ruivo

TJTO Ana Paula Brito Alves; Claudia Rodrigues Chaves; Flávio Moreira de Araújo; Mariane Ribeiro Miranda; Morgana Soares Borges;

Voluntários ONU (UNV) Adriane Barbosa Santos; Alan Fernando de Assunção Figueiredo da Silva; Alice Patzlaff Hardtke; Amanda Pacheco Santos; Amanda Victoria Queiroz de Souza; Ana Carolina Patrocínio Paes; Ana Carolina Pereira Teles; Ana Clara Ribeiro Prado; Ana Luísa de Assis Paulino; Ana Maria Melchior; Ana Paula Soares Lopes; Anderson Galvani da Silva; Anna Maria Dufau Silva; Aurivando Maciel da Costa; Betinna Senger Amaral; Bianca Cristina Silva de Oliveira; Bruna Fagundes; Bruna Paula Picolo; Bruno David da Silva; Bruno Martins de Azevedo; Bruno Tairan Cerqueira Deziderio; Caio Rhuam Gomes Guedes; Camila Schmitt; Carlos Augusto Valim; Carolina Fraga Limas; Carolina Gomes Siqueira; Cassandra Dall'Alba; Cláudia Schuster Pereira Martinelli; Darlan Roque Peres; Débora Schneider; Deise Francine Luz Forlin; Diogo Ribeiro de Jesus; Douglas Martins; Eduardo Wagner Schaefer; Eleniel Júnior Nobre de Amorim; Eliandra Martins Leite; Elinês Pires dos Santos Gomes; Êmily de Amarante Portella; Ethiane de Bona Moares Larsen; Eveline Marchese Alves Martins; Evelyn Nadine Silva Santos; Fabio de Oliveira da Silva; Felipe Augusto Almeida do Nascimento; Fernanda Costa dos Santos; Fernando Santos Silva; Gabriel Bras da Silva Ayres Vieira; Gabriel da Silva Alves; Gabriel Mota Dinis; Gabriela Pantoja da Silva; Gabriela Pereira Siqueira; Giovanna Morbeck Arantes Rodrigues; Guilherme Sousa; Gustavo Honório Bardusco Oliveira; Gustavo Silva Dantas; Gutenberg Chaves Cezario; Helena Gaier Gudolle; Ioly Picolo da Silveira de Oliveira; Isaane Sodré de Oliveira dos Santos; Isabela Brun de Souza; Isadora Nunes Reichembach Florão; Jean de Albuquerque Bastos; Jéssica Cardozo Santiago; Jéssica Mercês Ferreira de Nascimento; Jhonatan Anfilofev Faria; Jilciene Silva dos Santos; João Henrique Miranda da Silva; Jordana Farias Pereira; Jordana Rebelo Mineu; José Henrique Cavalcante Silva; Júlia Alves Cunha Santos; Júlia Ito Landers; Julia Moreira Santos; Juliana Tyemi Kato; Juliana Vilela Almeida; Julyana Raissa Silva Messias; Karen Medeiros Chaves; Karla Hatsue Hamakawa; Karolayne Evangelista Dupim; Karysta Dayane Vilela Folha; Kelve Mendonça Lima; Ketully Oliveira Pacheco; Kimbelli Keisy Cavalcanti Eufrasio; Kimberly do Canto Winter dos Santos; Lara Hagen Schmetzman Costa; Laura Eugênia Pinheiro; Layla Lorena Coneglian Januário; Layson Castro; Leandro Martins Souza; Leone Lima Cerqueira; Letícia Rocha de Oliveira; Leziree Rejane dos Inocentes Pereira; Lucas Lincon Ferreira Barbosa; Lucas Rodrigues Godoy; Luis Alberto Simões dos Santos; Luís Henrique da Costa Pedroso; Luiz Felipe da Silva do Espírito Santo; Luiza Alves Rolim; Maiane Silva Gonçalves; Maiara Zanuzzo; Marcela de Bitencourt Goulart; Marcos Roberto Moura de Almeida Junior; Maria Edimara do Vale; Maria Júlia Palma de Ávila; Maria Luiza Leonel Mendes; Mariana D'Alberto Araújo; Mario Gessinger Viana de Oliveira; Marla Jossana Oliveira Castro Balbi; Martina Hummes Bitencourt; Melissa Scarlet Ribeiro Domingos; Messias Araújo da Silva Roman; Michel Marcelo de Souza Ribeiro; Mirela Lovato da Silva; Mirrelle Stoltemberg Delbono; Nathália Targa Rodrigues Muniz Araujo; Nathalia Vaz Severo; Nicolas Ricardo Lascano Zanelato; Oiara de Lemos Floôr; Olavo Pires de Campos Telles; Patricia Lourenço Armi; Paula Clavé de Oliveira; Pedro Felizardo Cunha; Priscila de Freitas Malagueta; Priscila Pereira Araujo; Priscila Silveira Prochinski; Rafael Gonçalves da Silva; Rafael Santos Cordeiro de Menezes; Rafael Tosqui Pereira; Rafaela Santana de Oliveira; Rafaela Stefanny Barbosa Neves; Raissa Catarina Lampert Feldmann; Raphael da Silva Freitas Oliveira; Rayanne Saturnino de Araújo; Rebeca Malaquias Neiva; Ronaldo Pozzobom; Rose Marie Botelho Azevedo Santana; Sâmella dos Santos Gois; Sheila Pereira Gomes; Taianan Soares da Silva; Taluana Wenceslau Rocha; Tamara Gomes de Lima; Tauane Martins da Silva; Tayanne Patricia Alves Galeno; Thaís Rossito Ferraz Pinto; Thalita Golin; Thalita Silva Oliveira; Thamara Larissa Alves; Thamyres Alice Souza da Silva; Thays Marcelle Raposo Pascoal; Thiago de Souza Batista; Thiago Reis de Oliveira Guimarães; Túlio Leonardo Salvino Silva; Valdeir Soares da Cruz; Valentina Fonseca da Luz; Victor Hugo Santos Nogueira; Víctor Krug Masiero; Victoria Cardoso Amorim; Vitória Bonamigo Falavigna; Walquiria Flores da Silva; Wanderley Júnior Falvão da Silva; Weique Andrade Sousa



DEPEN
Departamento Penitenciário Nacional



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA